



DAIANE DOS SANTOS MORAES

**QUILOMBO DE SÃO ROQUE, ARROIO DO MEIO, RS:
memórias, histórias e resiliência cultural**

Porto Alegre
2021

DAIANE DOS SANTOS MORAES

**QUILOMBO DE SÃO ROQUE, ARROIO DO MEIO, RS:
memórias, histórias e resiliência cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio, área de Patrimônio e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Dalla Zen

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Moraes, Daiane dos Santos
QUILOMBO DE SÃO ROQUE, ARROIO DO MEIO, RS:
memórias, histórias e resiliência cultural / Daiane
dos Santos Moraes. -- 2021.
202 f.
Orientadora: Ana Maria Dalla Zen.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Museologia e Patrimônio. 2. Museologia Social.
3. Patrimônio Cultural. 4. Cultura Afro-brasileira. 5.
Comunidade Remanescente Quilombo de São Roque. I.
Dalla Zen, Ana Maria, orient. II. Título.

DAIANE DOS SANTOS MORAES

**QUILOMBO DE SÃO ROQUE, ARROIO DO MEIO, RS:
memórias, histórias e resiliência cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada em ___ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Gelmini de Faria, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Fernanda Oliveira da Silva, Programa de Pós-Graduação em História, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Giane Vargas Escobar, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Dalla Zen, Orientadora, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradeço à Comunidade Remanescente do Quilombo de São Roque pelo acolhimento, pelo carinho, pela confiança, pela paciência, e pela parceria.

À minha querida orientadora profa. Ana Maria Dalla Zen por ter paciência e acreditar em mim.

À minha família religiosa, Pais, Mães, suas Falanges Espirituais e Irmãos pelo amor, carinho, apoio, compreensão, suporte e torcida.

Ao meu pai Mário Adalberto, minha mãe Elionélia, minha filha Maria, minha irmã Daniele, meu cunhado Leonardo e meus sobrinhos Lorenzo e Vicente pela paciência, pelo amor e por terem sido a minha estrutura para chegar até aqui.

Aos meus amigos de longa data, Rita de Cássia dos Santos Camisolão e Paulo Sérgio da Silva, pelo incentivo, conselhos e indicações bibliográficas.

Aos meus amigos, Ismael Maynard Bernini e Daniela Amaral, pelo carinho, pelos conselhos, pelo ombro amigo.

E aos meus irmãos do DEDS People pelo apoio e incentivo.

À memória de Seu Ailton Roque da Silva, que foi um grande incentivador e colaborador para que esta dissertação pudesse acontecer.
Sonhamos juntos com este resultado. Muito obrigada.

RESUMO

Investiga a contribuição da cultura negra na formação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul (RS), especificamente reconhecendo, identificando, elencando, registrando e classificando o patrimônio cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, localizada no município de Arroio do Meio, RS. A fundamentação teórica baseou-se em conceitos nos campos da Museologia Social, Patrimônio Cultural, Memória, Sociologia, História e Africanidade. Inclui investigação bibliográfica, documental e estudo etnográfico, baseado na história oral. Envolve também ações museais realizadas virtualmente junto aos sujeitos da pesquisa. Coleta dados para investigar quais elementos do cotidiano da comunidade representam sua identidade, cultura, tradição. Descreve os principais elementos apontados pelos sujeitos da pesquisa como sendo as referências de seu patrimônio cultural. Analisa os quatro elementos que foram caracterizados pelo grupo como sendo os bens patrimoniais da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, para registro proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre Inventários Participativos. Destaca o conhecimento e uso das ervas curativas, da celebração à devoção à Virgem Imaculada Conceição, a dança africana *Amaé Axé* como expressão e a casa de Seu Dárcio Geraldo e Dona Maria Rita como um lugar de memória. Conclui que a cultura negra está muito presente, e permanece viva, pulsante na região de Arroio do Meio e no Rio Grande do Sul. Sugere que sejam definidos mecanismos para o seu reconhecimento como protagonista no patrimônio da cultura brasileira, mediante a valorização tanto de seus bens patrimoniais, quanto fratrmoniais.

Palavras-chave: Museologia e Patrimônio. Museologia Social. Patrimônio Cultural. Cultura Afro-brasileira. Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.

ABSTRACT

It investigates the contribution of black culture in the formation of the cultural heritage of Rio Grande do Sul (RS), specifically recognizing, identifying, listing, registering, and classifying the cultural heritage of the Remnant Community of Quilombo São Roque, located in the municipality of Arroio do Meio, RS. The theoretical foundation has been based on concepts in the fields of Social Museology, Cultural Heritage, Memory, Sociology, History, and Africanidade. It includes bibliographical, documentary, and ethnographic research, based on oral history. It also involves museum actions carried out virtually with the research subjects. It collects data to investigate which elements of the community's daily life represent its identity, culture, tradition. It describes the main elements pointed out by the research subjects as being the references of their cultural heritage. It analyzes the four elements that were characterized by the group as the heritage assets of the Remnant Community of Quilombo de São Roque, for registration proposed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) - (National Institute of Historic and Artistic Heritage) on Participatory Inventories. It highlights the knowledge and use of healing herbs, from celebration to devotion to the Virgin Immaculate Conception, the African dance Amaé Axé as an expression, and the house of Mr. Seu Dárcio Geraldo and Ms. Dona Maria Rita as a place of memory. It concludes that black culture is present, and remains alive, pulsating in the region of Arroio do Meio and in Rio Grande do Sul. It suggests that mechanisms be defined for its recognition as a protagonist in the heritage of Brazilian culture, through the enhancement of both its heritage and fratrimonial assets.

Keywords: Museology and Heritage. Social Museology; Cultural Heritage. Afro-Brazilian Culture. Remnant Community of Quilombo São Roque.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ordenha do leite	23
Figura 2	Quilombos mais conhecidos no Brasil nos séculos XVII a XIX	38
Figura 3	Localização do município de Arroio do Meio no Rio Grande do Sul	70
Figura 4	Localização da cidade de Arroio do Meio na região do Vale do Taquari	71
Figura 5	Vista da Estrada Linha São Roque que atravessa a comunidade...	72
Figura 6	Início da Estrada Linha São Roque.....	73
Figura 7	Estrada Linha São Roque	77
Figura 8	Casa que sediou a Fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo	81
Figura 9	Caminho da Titulação das Terras Quilombolas.....	84
Figura 10	Oficina de dança africana Amaé Axé na Associação dos Moradores do Morro São Roque (fev. 2019).....	111
Figura 11	Processo de preparação da Pamonha.....	112
Figura 12	Doce do Mamãozinho do Mato	113
Figura 13	Preparação da Erva-Mate para consumo	113
Figura 14	Capitel do Morro de São Roque, Arroio do Meio, Rio Grande do Sul	114
Figura 15	Uma das casas mais antiga do Quilombo	115
Figura 16	Ailton Roque da Silva.....	120
Figura 17	Alcides Geraldo da Silva com seus 111 anos	121
Figura 18	Gilberto da Silva	124
Figura 19	Entrevista com Seu Alcides Geraldo da Silva.....	125
Figura 20	Moedor de Ervas.....	128
Figura 21	Loni Maria da Silva	129
Figura 22	Altar do Capitel	130
Figura 23	Apresentação da dança africana Amaé Axé	132
Figura 24	Pilão da Dona Loni	133
Figura 25	Franciele Aparecida da Silva.....	134
Figura 26	Final da apresentação da dança africana Amaé Axé	135
Figura 27	Mayra Ribeiro da Silva	139
Figura 28	Eliana Luciana Voigtlander.....	141
Figura 29	Trabalhadora do campo na lida com o gado	142
Figura 30	Trabalhadora do campo na roça	143
Figura 31	Erenilda da Silva.....	148
Figura 32	Carlos Eduardo da Silva	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ingressos de escravizados novos no território brasileiro (1831-1850)	
	42
Quadro 2	Sujeitos da pesquisa no Quilombo de São Roque	61
Quadro 3	Referências culturais do Quilombo de São Roque	110

LISTA DE SIGLAS

CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COVID-19	Corona Vírus Disease 2019
CPI-SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
DEDS	Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
DOU	Diário Oficial da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-RS/ASCAR	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FACED	Faculdade de Educação
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEERS	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IACOREQ	Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
MINIPLAN	Ministério de Planejamento e Coordenação Geral
MNU	Movimento Negro Unificado
ONGS	Organizações Não Governamentais
PCH	Programa de Cidades Históricas
PPGEDU	Programa de Pós-graduação em Educação
PPGMUSPA	Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio
PROREXT	Pró-Reitoria de Extensão
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SDR/RS	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1 DA RESTINGA AO QUILOMBO DE SÃO ROQUE: REMINISCÊNCIAS, VIVÊNCIAS E HISTÓRIAS DE VIDA	11
2 NOVO MUNDO: SOBREVIVÊNCIA, LUTA E ESPERANÇA.....	32
2.1 Da África às Américas.....	33
2.2 Os quilombos como estratégia de liberdade.....	35
2.3 Legislação e liberdade	40
2.4 Movimentos de resistência no Rio Grande do Sul.....	44
2.5 A chegada da comunidade negra em Arroio do Meio.....	52
3 CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA.....	54
3.1 Caminho metodológico: percurso investigativo.....	55
3.2 Caminho documental: Arroio do Meio.....	69
3.3 Caminho vivido: a comunidade.....	72
4 CULTURAS ENTRELAÇADAS.....	86
4.1 Patrimônio cultural no Brasil.....	92
4.2 A Museologia Social e o Quilombo de São Roque.....	101
4.3 O Quilombo de São Roque como patrimônio cultural.....	106
5 MEMÓRIAS, HISTÓRIAS & RESILIÊNCIA.....	119
5.1 Seu Ailton.....	119
5.2 Seu Gilberto.....	123
5.3 Dona Loni.....	129
5.4 Franciele.....	133
5.5 Mayra.....	138
5.6 Dona Eliana.....	140
5.7 Dona Erenilda.....	148
5.8 Carlos Eduardo.....	152
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICE A Termo de Consentimento.....	178
APÊNDICE B Roteiro de perguntas.....	180
APÊNDICE C Referências culturais do Quilombo de São Roque.....	181
ANEXO A Relatório parcial sobre o grupo de famílias negras da localidade de São Roque, do município de Arroio do Meio (2004)	196
ANEXO B Ata de Fundação da Associação Comunitária Vovô	

	Teobaldo	197
ANEXO C	Certidão de Autorreconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.....	198
ANEXO D	Diário Oficial da União com a Portaria da Fundação Palmares.....	199
ANEXO E	Ofício de solicitação de abertura do processo de regularizações das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.....	200

1 DA RESTINGA AO QUILOMBO DE SÃO ROQUE: REMINISCÊNCIAS, VIVÊNCIAS E HISTÓRIAS DE VIDA

Minha infância foi marcada pelo carinho, afeto e dedicação incansável dos meus pais, que fizeram o possível e o impossível para criar e educarem seus filhos. Ambos moravam em bairros de periferia de Porto Alegre, meu pai no Bairro Bom Jesus e, minha mãe, na Vila Mato Sampaio. Começaram a trabalhar ainda crianças, ela, com nove anos, em uma casa de família, e ele, em uma oficina mecânica, com sete anos. Era um período duro no Brasil ditatorial, principalmente para as famílias que moravam nas margens das cidades. Trabalhavam em troca de moradia, alimento e um irrisório salário, com o qual contribuía para pagamento das despesas das casas de suas mães. Nem minha mãe, nem meu pai tiveram a presença da figura paterna. Quando estavam com 16 anos, os dois resolveram constituir uma família.

Morávamos no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, bairro de periferia, onde tínhamos uma vida bastante humilde. Minha mãe optou por cuidar do lar, cursou até a quarta série e, meu pai, que trabalhava como motorista de táxi, concluiu o ensino fundamental. Para ambos, a educação seria o alicerce para que seus três filhos se tornassem pessoas bem-sucedidas, e, para isso, não poupavam esforços. E foi nesse período que minha mãe, para fortalecer a receita financeira da família, e se fortalecer como mulher, começou a participar do clube de mães do bairro. Os encontros aconteciam no salão da igreja da região, e as mulheres, acompanhadas de seus filhos, eram as protagonistas da troca de saberes. As que tinham habilidades com o crochê, o tricô, a culinária e a pintura transmitiam esses saberes para as outras e para os filhos que ali estivessem, independentemente de gênero e idade. Naquele espaço, também aconteciam aulas de ginástica e de cuidados com a saúde, promovidas por professores voluntários, tanto com as mães como com seus filhos. Até hoje me lembro das brincadeiras com os filhos das outras mulheres no pátio da igreja e do cheiro do bolo de chocolate, com calda de chocolate, que minha mãe aprendeu perfeitamente a fazer lá no clube de mães do bairro Bom Jesus.

A maneira como fomos educados e incentivados aos estudos me faz refletir que, embora meus pais não tivessem lido, nem ouvido falar em Paulo Freire, entendiam que a liberdade e a autonomia do indivíduo estão baseadas no conhecimento. E que o conhecimento é adquirido por meio de uma relação dialógica entre os sujeitos, em qualquer espaço de sociabilidade, fosse família, escola ou

comunidade. Em consequência, em nossa família sempre houve um bom diálogo, o que fez com que cada um dos filhos pudesse crescer com o entendimento de que todos deveriam se apoiar.

No início dos anos 1980, fomos morar na Restinga, outro bairro de periferia de Porto Alegre. Trata-se de um bairro que foi criado na década de 1960, dentro de uma política de *higienização* da cidade, quando as famílias negras e de baixa renda foram tiradas do centro de Porto Alegre e levadas para uma região bem afastada, na zona sul da cidade, sem qualquer infraestrutura para acolhê-las. E, quando chegamos à nossa casa nova, nem as estruturas de saneamento básico e nem do calçamento estavam concluídas. Além disso, a escola mais próxima à nossa casa também não estava pronta para receber seus alunos: embora o edifício estivesse pronto, as salas de aula não.

Foi então que conheci o segundo movimento comunitário, quando os moradores resolveram se unir para ajudar a escola. Além de trabalharem voluntariamente na montagem das salas para que o ano letivo pudesse iniciar o mais breve possível, projetaram e fizeram o jardim da escola e a horta da comunidade escolar, para que, futuramente, os produtos colhidos fossem utilizados nas merendas escolares. Assim, pude perceber a importância da força da ação coletiva, em que pessoas que vivem à margem se unem para se fortalecerem coletivamente, garantindo a execução de políticas públicas, direito de todos os cidadãos. E foi nesse movimento que os moradores do bairro, coletivamente, romperam a cultura do silêncio e expressaram seu sentimento de pertencimento à escola. Esta, a partir de então, revelou-se um espaço importante de aproximação das famílias, e, sobretudo, um lugar de encontro, fortalecimento e resistência diante das demandas que se apresentavam. Desse modo, além de espaço para o ensino dos filhos, a escola se tornou o ponto de encontro da comunidade para reuniões, trocas de saberes entre as mães, bem como momentos de diálogos e reivindicações feitas por meio do Círculo de Pais e Mestres.

Realizei meu ensino médio na Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde obtive o diploma no curso de Técnico em Secretariado. Essa formação foi uma experiência muito diferente para mim, pois cursara o ensino fundamental numa escola pública de um bairro de periferia e tive que me adaptar aos novos padrões de ensino, exigências e processos.

Ademais, tive que me adaptar às culturas dos novos colegas da escola. Tratava-se de um ambiente mais frio, com menos diálogo entre professores e alunos, além de contar com a presença de alunos pertencentes a diferentes classes sociais. Na escola da Restinga todos nós, alunos, conhecíamos-nos e interagíamos além do convívio escolar. Sabíamos onde cada um de nossos colegas morava, conhecíamos as suas famílias, e, nos finais de semana, encontrávamo-nos nas casas uns dos outros para fazer as lições da escola e para nos divertir.

Certamente tínhamos nossas diferenças, mas também muitos pontos em comum, por vivermos em um bairro de periferia. O melhor exemplo era quando nos reuníamos para reivindicar melhorias para o bairro, quando deixávamos nossas diferenças de lado e nos uníamos para lutar por um bem comum. Já na Escola Técnica de Comércio da UFRGS, com a convivência com colegas de diferentes culturas e classes sociais, aprendi muito sobre tolerância, sobre estar pronta para novos conhecimentos e a me empenhar para conquistar o meu espaço. Sem dúvida, esse período foi importante para delinear minhas futuras escolhas acadêmicas e profissionais.

Hoje, ao refletir sobre essas escolhas, percebo que nunca me distanciei de minhas raízes, de minhas origens de mulher de periferia, moradora de um bairro em que a ausência do poder público faz com que a própria comunidade resolva os seus problemas. Permaneço fiel à minha cultura e, sobretudo, às minhas fontes de inspiração, que foram meu pai e minha mãe, que nunca mediram esforços para me manter no curso da UFRGS. Eles tiveram que arcar com minhas despesas de transporte, material escolar e alimentação. Além disso, pagaram cursos de inglês e datilografia, porque, certamente, se não tivesse esses conhecimentos, eu não teria conseguido concluir o curso. Desse modo, meu diploma de Técnico em Secretariado foi uma conquista do esforço da minha família.

Após ter concluído o ensino técnico, fiz concurso e ingressei na UFRGS como Porteira. Esse foi um momento muito marcante em minha vida, pois, assim que concluí o curso técnico, já comecei a trabalhar para ajudar meus pais. Meu primeiro espaço de trabalho dentro da Universidade foi na biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), onde descobri a importância da leitura de livros e artigos científicos para a formação da vida das pessoas. Aprendi também a importância de ter essas informações organizadas e disponibilizadas para as pesquisas acadêmicas e para as pessoas interessadas em acessar o acervo. Depois

de dois anos trabalhando na Universidade, senti a necessidade de ingressar num curso superior, e decidi fazer o vestibular. Foram três tentativas frustradas para ingresso no curso de Pedagogia na UFRGS. Acredito que as fragilidades da escola pública no ensino fundamental e a formação do ensino médio, mais voltada à profissionalização oferecida pelo curso técnico, não me permitiram acessar as ferramentas necessárias para a concorrida seleção da universidade pública.

No segundo semestre de 1994 fui convidada a trabalhar no setor financeiro da secretaria da Faculdade de Educação. Como eu gostava de desafios, aceitei o convite. Foi uma experiência que ampliou meus conhecimentos, e aprendi a gostar do planejamento financeiro. Em decorrência disso, resolvi prestar vestibular para o curso de Ciências Contábeis, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Fui aprovada e ingressei na universidade no segundo semestre de 1995.

Desse modo, fui a primeira pessoa da família a ingressar em uma universidade, conquista essa que me permitiu sentir uma explosão de sentimentos, entre surpresa, alegria, ansiedade, medo, dúvida e responsabilidade. Eu, uma pessoa da periferia, cuja educação básica foi toda realizada em instituições públicas, diante das dificuldades no processo seletivo dessas instituições, e à ausência de políticas de estímulo ao ingresso e permanência nesses espaços, utilizei uma instituição privada como alternativa para realizar o ensino superior. Então, o meu receio passou a ser não ter recursos financeiros para pagar as mensalidades, e também não ter tempo para me dedicar às disciplinas e aproveitar plenamente as possibilidades de viver e aprender no espaço acadêmico. Então, com o apoio dos meus pais, enchi-me de coragem e realizei o curso em cinco anos de estudos à noite, quando eu saía do trabalho e ia para sala de aula, sem poder aproveitar muito aquilo que a universidade poderia me oferecer, como palestras, oficinas, seminários, pesquisa e extensão.

Com essa minha experiência na graduação, pude refletir sobre o elitismo do ensino superior, em que somente uma pequena parcela da população tem acesso à graduação. Passei a defender a importância de uma política de ações afirmativas na universidade, que pudesse amenizar as desigualdades de ingresso de pessoas historicamente discriminadas ou desfavorecidas no País. Com a criação da política de cotas, que visa a reserva de parte das vagas da universidade para indígenas, negros, imigrantes, pessoas de famílias de baixa renda e pessoas com deficiência, a

universidade pública, que era um espaço elitizado, começou a se tornar multicultural. A cada dia, novos alunos, de diferentes matizes, origens e expectativas vão surgindo, e transformando o espaço acadêmico mais democrático e polifônico. Então me dei conta de que isso não é suficiente: é necessário também que a academia reformule suas metodologias, as grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, e promova ações que incluam a carga de novos saberes e experiências que esses novos alunos trazem consigo.

Em 2003, ingressei no curso de Especialização em Economia da Cultura, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, o que significou uma guinada em minha trajetória. As leituras e discussões do curso me levaram a uma forte identificação com as questões relacionadas à memória e patrimônio cultural, em suas dimensões material e imaterial, na vida de cada pessoa e na sociedade.

Aprendi então o que é se sentir pertencente a um espaço de convívio comum, ao mesmo tempo preservando a cultura de sua família e a cultura de sua comunidade. O curso me levou a valorizar e a observar mais as outras culturas e os ambientes que fazem parte da história das pessoas e do local onde vivo. E entendi, finalmente, a importância de que, para entender o presente e fortalecer nosso futuro, precisamos conhecer e refletir sobre nosso passado.

Prosseguindo em minha vida profissional, no ano de 2001 passei a trabalhar no Departamento de Contabilidade da UFRGS, onde percebi que, realmente, a contabilidade não era o que eu queria. Em 2008, comecei a trabalhar na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), e finalmente me encontrei. Ela promove, incentiva e fomenta a interlocução do conhecimento acadêmico, com o saber tradicional, por meio de ações de extensão. Criada pela reforma de ensino superior definida pela Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, a extensão universitária se constitui na estratégia que permite uma maior integração da universidade. Em seu artigo 40, alínea A, é definido que por meio dela os alunos poderão participar na “[...] melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”. (BRASIL, 1968, doc. eletrônico). O seu reconhecimento legal se deu na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988a, doc. eletrônico), no artigo 207, que estabelece a “[...] indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Desse modo, a vida acadêmica das universidades passou a integrar as atividades de extensão junto ao ensino e à pesquisa. A partir da Carta Magna, e do engajamento de professores universitários, a extensão foi ganhando espaço de igualdade entre os outros eixos

fins das universidades brasileiras, o ensino e a pesquisa. E o seu conceito foi se transformando com o passar dos anos. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 28):

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

O seu papel fundamental é realizar a interlocução, a integração, e o encontro entre os saberes populares e os conhecimentos acadêmicos, por meio do diálogo, da escuta e do respeito. Essa experiência contribui para que os alunos, técnicos administrativos e docentes se aproximem da realidade social em que a universidade está inserida. Além disso, proporciona novas aprendizagens, sugere a reformulação de conceitos e a oxigenação do conhecimento. E, também, permite a eliminação de preconceitos e uma melhor compreensão da diversidade cultural que caracteriza este país.

No momento em que conheci e vivi a extensão universitária, como técnica administrativa, o meu conhecimento se expandiu e se reformulou, ao entrar em contato com diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Conheci movimentos sociais, líderes comunitários que são incansáveis nas lutas por conquistas e cumprimento de políticas públicas. A extensão me proporcionou aprender com o outro, por meio do diálogo, da escuta, do respeito, do afeto. E percebi que diversos conhecimentos são fundamentais para que todos os grupos sociais se sintam pertencentes à sociedade em que estão inseridos, pela democratização de direitos e o reconhecimento de todos como cidadãos, participantes da economia e da cultura. O sistema extensionista é “[...] humano, dialógico, integrado, é luta contra as diferenças, luta pela igualdade, tornando todos os cidadãos participantes na distribuição igualitária de políticas e de riqueza social” (SOUZA JUNIOR, 2020, doc. eletrônico).

A presente pesquisa nasceu exatamente numa dessas vivências extensionistas. Ao participar de uma ação de extensão, convivi na Comunidade Remanescente do Quilombo (CRQ) São Roque por oito dias. Nesse período, tive a oportunidade e o privilégio de conhecer a trajetória histórica desse grupo social, seus conhecimentos, sua cultura e sua tradição, fundamentais para a composição e

formação da região de Arroio do Meio, do Vale do Taquari e do estado do Rio Grande do Sul. Sua sabedoria demonstra as relações do ser humano consigo e com o(s) outro(s), com a natureza, com a saúde, com o território, com Deus, com o trabalho e com a educação. Seus conhecimentos divergem da cultura eurocêntrica em muitos aspectos, como, por exemplo, por serem transmitidos pela oralidade, por terem uma cosmovisão de forte ligação entre homem, terra e Deus. Seu aprendizado, ademais, é obtido por meio de experiências vividas, como, por exemplo, dançando, rezando, fazendo uma receita culinária, desempenhando um ofício, trabalhando junto com os mais velhos, entre outros.

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque faz parte do tecido social rio-grandense, e eu, como extensionista universitária, senti-me na obrigação de desfazer a cultura de silêncio, executando uma investigação que promova/evidencie o conhecimento, a cultura, a tradição desse grupo social, cujo patrimônio está presente e forma o patrimônio cultural da sociedade gaúcha.

Posso afirmar que, na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), encontrei meu lugar, onde me reconheço e que permite o exercício de minha cidadania. Com apoio institucional, realizei um curso de especialização em Extensão Universitária, na Universidade Federal de São João del Rei, em Minas Gerais. Pude então compreender como a universidade desempenha um papel importante na formação cidadã do estudante. Entendi como é fundamental que a universidade pública brasileira abra suas portas para o saber popular por meio da extensão, do ensino e da pesquisa. É a extensão que permite a formação de sujeitos políticos, que saem da universidade diferentes daqueles que só se dedicam ao ensino e à pesquisa. Além disso, interagi com alunos oriundos de diversos estados do País, cada um contribuindo com sua bagagem de vida e acadêmica, que mostraram a polifonia da universidade brasileira.

Ao longo do curso, foi enfatizada a importância do diálogo e da escuta sensível na busca da ecologia dos saberes, que Boaventura de Sousa Santos conceitua também como “[...] uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade” (SANTOS, 2011, p. 75-76). Ficou claro para mim o quanto a diversidade cultural, através do diálogo, aumenta a bagagem de conhecimento do indivíduo, que, à medida que adquire novos conhecimentos, renova-se sem perder sua essência.

Trabalho, desde dezembro de 2012, no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), setor da PROEXT, que tem como função abrir canais de interlocução e diálogo com a sociedade, proporcionando uma permanente troca de saberes. Um dos seus eixos temáticos é a Educação na Diversidade, que tem como objetivo pensar a relação entre o eu e o outro nos espaços socioculturais em que as diferentes presenças se encontram, na escola, trabalho, universidade e sociedade, e a relação que se dá com as transformações políticas, econômicas e socioculturais (UFRGS, 2020). Assim, achei o meu espaço dentro da universidade, que me permite exercer minha cidadania a cada momento e lugar onde me envolvo.

No ano de 2015, realizei uma disciplina por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), da Faculdade de Educação (FACED), como aluna especial do Programa de Educação Continuada, denominada *História, Ensino e Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil*. Foi uma experiência muito significativa, porque me permitiu perceber como as relações étnico-raciais são vividas na realidade da sociedade brasileira, tanto nas relações individuais e familiares, como nas escolas e nas universidades. Também me auxiliou a compreender o porquê de muitas questões étnico-raciais não serem abordadas em livros didáticos nas escolas, e nem em disciplinas nas universidades. Em 2017, outra disciplina do mesmo Programa de Pós-Graduação, denominada *Temas contemporâneos em Educação: Produção do Conhecimento – práticas interculturais*, oportunizou-me conhecer e refletir a respeito do conhecimento intercultural, por meio de palestras realizadas por pesquisadores indígenas, negras(os), quilombolas, pessoas com deficiência, travestis e transexuais. Foi nessa oportunidade que aprendi que, tanto a universidade, como todos nós, cidadãos, devemos estar dispostos e receptivos para receber e aprender com a diversidade cultural. Na ocasião também conheci as lutas individuais e coletivas das pessoas para vencerem o preconceito e ocuparem seu lugar de direito na sociedade e na universidade. Isso me fez repensar a sociedade e a educação no Brasil e na América Latina, e refletir sobre como eu poderia atuar nos ambientes em que convivo, para que todos sejam reconhecidos, respeitados, dentro de um convívio coletivo que promova o bem-estar comum.

Ao ingressar no mestrado em Museologia e Patrimônio da UFRGS, ao rever o passado e refletir sobre minha trajetória e as escolhas que fiz, os espaços que

ocupe, percebi que tudo tem relação direta com a área de Patrimônio e Cultura. Fiquei muito grata ao ingressar no mestrado no PPGMUSPA/UFRGS, porque seria uma bela oportunidade para contribuir em ampliar a voz da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque. Eles se converteriam em sujeitos falantes e, nós, seus ouvintes, numa pesquisa que apresentaria suas histórias e saberes, para serem (re)conhecidos tanto dentro da academia como na região em que a comunidade se situa. Kilomba (2019), nesse sentido, ensina-nos que ouvir é permitir ao falante se expressar, ou seja:

Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aquelas(es) que são ouvidas(os) são também aquelas(es) que 'pertencem'. E aquelas(es) que não são ouvidas(os), se tornam aquelas(es) que 'não pertencem' (KILOMBA, 2019, p. 42-43).

Decidi realizar uma pesquisa que tivesse como propósito a interação com a comunidade, centrada na contribuição da população negra na formação cultural da sociedade gaúcha. Dessa maneira, espero tornar mais visível a presença da Comunidade Remanescente do Quilombo de São Roque, ressaltando que os negros do Morro São Roque não podem ser celebrados apenas nas atividades alusivas ao 20 de novembro, uma vez que eles são protagonistas na afirmação do território e não simples coadjuvantes. As gerações atuais dos quilombolas precisam saber e se apropriarem da contribuição dos seus ancestrais nos processos de desenvolvimento econômico da região de Arroio do Meio e no distrito de Palmas, em especial.

O meu primeiro contato com a comunidade foi por meio do programa de extensão universitária Convivências¹, coordenado pelo DEDS/PROEXT (UFRGS), ocorrido entre os dias 3 a 10 de fevereiro de 2019.

O programa Convivências faz parte das diversas ações de extensão que o Departamento promove semestralmente, oportunizando a interlocução entre a comunidade acadêmica e as comunidades indígenas, quilombolas, imigrantes, rural, de periferia e de rua do estado do Rio Grande do Sul. Ainda permanecem na minha

¹ O Programa propõe um encontro de saberes entre a Universidade e comunidades populares da Grande Porto Alegre e do interior do estado do RS, como quilombolas, indígenas e periféricas. Através de uma metodologia participativa de construção de conhecimentos, atuam estudantes de graduação, professores e técnicos administrativos da UFRGS de diversas áreas, os quais têm a oportunidade de conviver com essas comunidades durante o período de recesso escolar (UFRGS, 2019).

lembrança as cores, os cheiros, as histórias, a culinária, e a dedicação à terra da comunidade quilombola de São Roque. Em um domingo, nublado e chuvoso, saímos da cidade de Porto Alegre e percorremos uma distância de 121 km em direção ao interior do estado do Rio Grande do Sul, dirigindo-nos mais precisamente à cidade de Arroio do Meio, distrito de Palmas. Depois de duas horas e meia de viagem chegamos ao pé do morro São Roque. Para alcançar o destino final do itinerário, o topo do morro, percorremos uma distância de dois quilômetros, ladeira acima (500 metros de altura) (RIO GRANDE DO SUL, 2020), em uma estrada de chão batido, estreita, que só permite a passagem de um carro por vez.

Finalmente chegamos à comunidade Quilombola de São Roque, inserida numa paisagem repleta de vegetação nativa, rodeada por morros onde se respira ar puro. A simplicidade, o acolhimento e a gentileza dos seus moradores, que compõem 17 famílias, tornaram aquela manhã de domingo chuvoso e nublado em um momento aconchegante e acolhedor.

Lá no alto do morro se percebe que tudo transcorre no seu tempo: as caminhadas ladeira acima, ladeira abaixo; as motocicletas que passam em alta velocidade na estrada de chão batido; as rodas de conversa sobre as histórias do passado, do presente e do futuro; o trabalho nas roças; o preparo da ração que irá satisfazer a fome dos animais; o uso do celular e da internet. Nada é feito com pressa, tudo é realizado com atenção, dedicação e em seu tempo.

Na primeira atividade, realizada no programa Convivências, o almoço coletivo organizado pelos integrantes da Associação Comunitária Vovô Teobaldo², os dotes culinários de alguns moradores se destacaram. Na sequência foi organizada uma roda de conversa, em que foi possível conhecer a trajetória de constituição da comunidade quilombola de São Roque. De acordo com o relato oral de Ailton Roque da Silva, que atualmente é o vice-presidente da Associação Comunitária, o quilombo teria sido fundado por seu avô, Alcides Geraldo da Silva, mais conhecido como Vovô Teobaldo. A sua coragem em fugir de uma situação de trabalho forçado³ em busca

² Realizado na casa de Seu Ailton Roque da Silva.

³ Conforme a Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021): “[...] a expressão *trabalho forçado* ou *obrigatório* designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (artigo 2°). Sua exploração poderá ser realizada por autoridades do Estado, pela economia privada ou por pessoas físicas.

de uma vida melhor, fez com que ele saísse de Roca Sales e se fixasse no morro da Garrafa, atual morro de São Roque, dando origem ao Quilombo.

As pessoas da comunidade sentem orgulho da história, de sua origem, e dos ensinamentos deixados pelo Vovô Teobaldo. As suas memórias e conhecimentos permanecem presentes em cada morador, seja no seu jeito de cuidar a terra, na forma de plantar e colher os alimentos, ou no modo contagiante e alegre de receber um visitante. A roda de conversa que tratou da fundação do quilombo remete à importância que a oralidade tem na recuperação das memórias das comunidades negras rurais. Na maioria absoluta desses grupos, a oralidade é elemento determinante na preservação das suas histórias de resistência e da preservação dos seus saberes e fazeres.

No que se refere à terminologia quilombo, a literatura diz que o termo, no século XVIII, referia-se aos locais que reunissem entre cinco ou mais escravizados fugitivos, em espaços desabitados, de difícil acesso, mesmo que não tivessem moradias estruturadas e nem ferramentas de trabalho⁴. Negros, libertos ou fugidos do sistema escravocrata se refugiavam em regiões distantes, sem os mínimos recursos necessários para a formação e manutenção de um povoado, nem alternativas de produção econômica. Instalados nesses locais eles produziam instrumentos de trabalho, que transformavam os cereais *in natura* em alimento próprio para ser consumido, numa economia de subsistência, com capacidade de produção e beneficiamento dos produtos.

Com o passar do tempo, essas terras foram sendo conquistadas pelos seus moradores por meio do trabalho, da negociação com os senhores das terras, por herança, entre outras formas. Surge a transição de escravizado para a condição de camponês livre. Em decorrência disso, o conceito de quilombo foi ressignificado, passando a se constituir num lugar de resistência, de luta, de preservação de identidade, de subsistência e de movimentação econômica.

Mais adiante, será apresentado o processo pelo qual as comunidades quilombolas passaram a ser reconhecidas legalmente pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988a), por meio do Ato das Disposições Constitucionais

⁴ Resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, ao conceituar quilombo ou mocambo, como "[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (BRASIL, 2003b).

Transitórias, artigo 68 que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O documento garantiu aos remanescentes de quilombo o reconhecimento definitivo de suas terras. E, no artigo 215 da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988a), o Estado reconheceu a diversidade cultural brasileira, quando se propôs em proteger as culturas populares, e declarou que elas fazem parte do processo civilizatório do País. Dessa forma, a cultura afro-brasileira passou a integrar o patrimônio cultural brasileiro.

A terminologia *remanescentes de quilombo* demonstra o reconhecimento de um modo particular de ser, viver, conviver e de se relacionar com os recursos naturais, e não apenas por um passado rememorado (MARQUES, 2009). Cada comunidade quilombola tem os seus saberes e fazeres em processo de elaboração permanente, de modo contínuo e longo, a produzir conhecimento e integrados ao território em que se situa. Os saberes e os fazeres dos membros da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque estão presentes nas atividades do cotidiano. São identificados pelo jeito de plantar verduras e legumes, na forma de colhê-los, de armazená-los e de transformá-los para o consumo, bem como na criação de animais para fornecimento de alimentos para a comunidade como carne, banha, leite, ovos, como pode ser observado na Figura 1. E, igualmente, na forma de reconhecer, preservar e utilizar as ervas curativas⁵ da região.

⁵. Saliento que, neste estudo, utilizarei o conceito de ervas curativas utilizado pelas pessoas da Comunidade. Elas consideram ervas curativas todas as plantas secas *in natura* e aquelas colhidas frescas, raízes e troncos, que são utilizadas para o consumo do chá, xarope, pó, emplastos e infusões.

Figura 1
Ordenha do leite



Fonte: Arquivo pessoal.

Na culinária, as receitas de pirão de feijão, o doce de abóbora e outras, deixadas pelo Vovô Teobaldo, foram hoje atualizadas. Além disso, permanece como sua herança a identificação e uso de ervas curativas colhidas nos pátios das casas e na beira da única estrada do Quilombo.

Nos oito dias em que lá permaneci, foi possível observar que os moradores avaliaram de modo positivo a participação nas atividades, sob a forma de rodas de conversa, saraus e trilhas. As rodas de conversa, realizadas ao entardecer, geralmente em frente à casa de Seu Ailton, possibilitaram-me conhecer melhor a dinâmica da comunidade, suas dificuldades, alegrias, histórias, vínculos familiares, bem como seus costumes e seu respeito e amor à terra. Aliás, chamou minha atenção a relação dos quilombolas com a terra, já que, para eles, o solo significa preservação e manutenção da vida, da tradição comunitária, e garantia da continuidade e do futuro do grupo. Na perspectiva quilombola, a terra não está à venda, não pode ser usada como mercadoria.

Os saraus, organizados no início da noite, constituíam-se na oportunidade para que os membros da comunidade pudessem manifestar seus dons artísticos, seja tocando instrumento musical, cantando ou dançando, e se convertiam em momentos de muita alegria e recordações de músicas e cantigas antigas, datadas da época do Vovô Teobaldo.

Outra atividade que mobilizou boa parte dos moradores foram as caminhadas, ladeira acima e abaixo, percorrendo as trilhas do riacho, do capitel e da pedreira.

Elas se converteram na possibilidade de rememorar os caminhos de um passado vivido pelos moradores mais antigos da comunidade. Durante o percurso, cada árvore, cada lago, cada paisagem revelava uma história.

As refeições coletivas, por sua vez, que contaram com a participação da maioria dos moradores, representaram espaços de encontro e emoção. Percebi que o preparo dos alimentos se constitui num momento de união, diálogo, escuta, troca de experiências, recuperação da memória afetiva individual e coletiva e integração comunitária. Os pratos típicos são a feijoada, a canjica e o mocotó, cujos modos de preparo são repassados de geração a geração.

Enfim, pude perceber como os membros da comunidade quilombola São Roque, com suas práticas culturais, saberes e fazeres se inserem no território em que vivem. A convivência revelou uma dinâmica diária, numa relação orgânica entre as pessoas, seu patrimônio e seu território. As memórias e as histórias de vida, seus modos de sobreviver, de cantar, dançar e rezar mostram que se trata de uma comunidade viva, pulsante e sonhadora, que, sem dúvida, merecia a realização de um estudo apropriado de modo a contemplar algumas de suas reivindicações e demandas por justiça social e reconhecimento de direitos, e evidenciar suas potencialidades no âmbito sociocultural.

No retorno a Porto Alegre, ao refletir sobre a imersão na comunidade, percebi que poderia contribuir no relato da trajetória do Quilombo, de modo a permitir o seu reconhecimento como elemento constituinte do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Isso se daria mediante o ingresso no curso de mestrado, onde eu daria início a esta dissertação, a partir das questões que emergiram durante o convívio com a comunidade quilombola de São Roque, dentro do programa de extensão universitária Convivências, no período de 03 a 10 de fevereiro de 2019. As indagações que me fiz, relacionadas a seguir, que se constituem no eixo norteador desta pesquisa: qual é a contribuição da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque na constituição do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul? Quais são as relações que se estabeleceram entre os moradores do quilombo para o fortalecimento e a valorização do seu território e de seu patrimônio?

A partir da reflexão e do suporte acadêmico no curso de mestrado, e tendo por base a história dos quilombos no Brasil, além de aspectos que se ancoram em estudos da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, da Economia e Desenvolvimento Rural, dentre outros, este projeto se delineou, com a perspectiva

de se inserir na proposta de incentivar o estudo, a valorização e o reconhecimento das culturas tradicionais como referências do patrimônio cultural do País. Nesse sentido, foi reunido embasamento teórico e metodológico em autores acadêmicos e em sujeitos da pesquisa, que são os verdadeiros protagonistas deste estudo.

Em decorrência, delineou-se como objetivo geral deste trabalho contribuir com o reconhecimento, preservação e registro do patrimônio cultural da comunidade quilombola de São Roque. E, como objetivos específicos, destacam-se: reunir os principais elementos que constituem o patrimônio da comunidade quilombola de São Roque, como referências para a constituição do patrimônio cultural do RS; analisar o processo histórico de formação e organização do Quilombo de São Roque; interpretar o processo de transmissão de saberes entre as diferentes gerações, mediante a identificação dos modos como a comunidade fortalece o seu território; e avaliar a importância atribuída pelos quilombolas às suas práticas cotidianas como elementos constituintes do patrimônio cultural do RS.

Neste momento, enquanto me debruço na escrita desta dissertação busco entender o porquê de eu, na condição de mulher branca, divorciada, mãe de um filho *trans*, moradora do maior bairro de periferia de Porto Alegre, estar produzindo uma pesquisa sobre a comunidade quilombola de São Roque. Qual é o meu lugar nesta pesquisa? Trata-se do olhar de uma mulher que, com muita coragem, sempre enfrentou dificuldades, preconceitos, desafios, pronta para lutar e aprender, embalada por um forte sonho de justiça social. Acredito que a diversidade é necessária para o crescimento e desenvolvimento humanos, pois oxigena e muda formas de pensar, e pode contribuir para melhorar as condições de viver da humanidade. Percebi o quanto a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque tem a coragem, a força, a sabedoria e a vontade de ser reconhecida como importante no panorama cultural do Rio Grande do Sul.

Por tudo isso, decidi seguir adiante. Todavia, o percurso não foi fácil, já que, em plena etapa de coleta de dados, eclodiu a pandemia da COVID-19, durante o primeiro semestre de 2020. O cronograma inicial, que previa cinco saídas de campo aos finais de semana, tornou-se inviável. Como continuar, o que fazer? Momentos de angústia e indecisão naquilo que veio a se constituir em mais um dos desafios a enfrentar durante a minha vida. Não seria o primeiro, nem será o último.

Inicialmente, a metodologia escolhida para a pesquisa seria a realização de um inventário participativo, a ser feito de acordo com Chuva (2015). Como se verá no

decorrer desta dissertação, porém, a pandemia reduziu a sua abrangência, o que a transformou, na prática, num estudo etnográfico, baseado na história oral. A metodologia da história oral, sem dúvida, não poderia ser substituída, porque com ela é possível conhecer os costumes, as tradições, os saberes, os ofícios das comunidades tradicionais, ela aproxima o sujeito da pesquisa com o pesquisador. E no período de pandemia, para que esta aproximação acontecesse, tive que buscar recursos na tecnologia porque:

Mudanças tecnológicas reorientam hábitos, costumes e práticas medulares para a comunicação humana; e novas modalidades de comunicação transfiguram gêneros do discurso, seus conteúdos e modos de dizê-lo. À história oral, felizmente incapacitada de se destacar do fluxo temporal, cabe apreciar criticamente tais mudanças, sem passar ao largo delas, propondo considerações sobre a mudança efetiva no pensamento, na memória e na cultura a partir da incorporação de novas tecnologias, e sobre o impacto destas sobre a forma de se contar histórias (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020. p. 5-6).

Então, a alternativa encontrada foi, à semelhança do que ocorreu nas demais atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da universidade, a substituição dos espaços físicos pelos virtuais, mediante a utilização das redes sociais, o que, no caso do Quilombo, é outro problema, já que a comunidade não tem acesso à internet, a não ser pelo celular, via *WhatsApp* e *Messenger*. Para dinamizar as conversas, utilizei-me dos registros fotográficos feitos durante o programa Convivências, bem como reportagem do jornal O Alto Taquari⁶ e vídeo da comunidade disponível na internet⁷.

Ainda em dezembro de 2020, antes da primeira saída de campo, que ocorreria em fevereiro de 2021, algumas pessoas enviaram seus depoimentos, em formato de vídeo, mensagem de voz ou de texto, pelo *WhatsApp*. Porém, como fazer para atingir a maioria dos integrantes da comunidade, que são as pessoas mais idosas, que não utiliza essas redes sociais? Eram eles exatamente os detentores das memórias do Quilombo, verdadeiros tesouros vivos, cuja participação seria essencial. Então, no dia 13 de fevereiro de 2021, devidamente municiada com

⁶ Jornal *O Alto Taquari*, sexta-feira, 08 de abril de 1983, p. 05. Documento digitalizado e encaminhado via *WhatsApp* pela Sra. Rejane, funcionária do Jornal O Alto Taquari, em 03 nov. 2020.

⁷ Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MHrWI_S6_sE. Acesso em: 04 jan. 2021.

material de prevenção à COVID-19, com grande farnel de máscaras e álcool gel, combinei uma nova visitação.

Iniciei a visita com uma apresentação de fotos, reportagens e vídeos da comunidade, pesquisados na Internet, como estratégia para incentivar a participação das pessoas de um mesmo núcleo familiar, reunidas na varanda de suas casas para uma roda de memórias. A preparação de *slides* no programa *Power Point* foi a saída encontrada para que, nesse momento de pandemia, fotos impressas não fossem passadas de mão em mão.

As imagens selecionadas focavam cenas do cotidiano no Quilombo, como o trabalho na roça, atividades de integração, celebrações religiosas, entre outras, considerando que “Quando o observador se permite um mergulho na imagem esta evoca e desperta nele sentimentos, lembranças e sensações sobre os quais começa a falar” (CAIUBY NOVAES, 2014, p. 61). Observei então que, ao verem suas fotografias, as pessoas ficaram felizes ao se reconhecerem e ao identificarem seu território. Em seguida, comentaram as imagens, o que provocava um turbilhão de sentimentos e lembranças, que iam sendo discutidas, confirmadas, confrontadas.

Antes da apresentação, solicitei permissão para gravar a conversa e, com a autorização de todos, coloquei o gravador em um cantinho, no chão, para não intimidar ninguém. No início as pessoas ficaram um pouco tímidas, mas, à medida que a conversa fluía, elas iam se soltando, e, desse modo, iam rememorando diversos e interessantes fatos e lembranças. Observei que, mesmo nesse ambiente tão informal, algumas pessoas não participavam. Conforme Gama (2016, p. 127): “Algumas se engajam em diálogo a partir dos compartilhamentos, outras não”. Acredito que, em um próximo reencontro, para além da pesquisa acadêmica, caberá um diálogo individual com as pessoas mais tímidas.

Já a apresentação de um vídeo, encontrado na pesquisa realizada na internet⁸, gerou um *feedback* negativo imediato, em que as pessoas criticavam o seu conteúdo, sinalizando que ele não as representava, e ressaltavam que os participantes do vídeo não eram membros da comunidade. Isso me fez refletir sobre a importância de analisar e discutir todos os registros com o grupo, mesmo aqueles produzidos por outros pesquisadores, de modo que a escrita da dissertação seja

⁸ Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MHrWI_S6_sE. Acesso em: 04 jan. 2021

feita coletivamente. Segundo Gama (2016), para evitar a não representatividade do grupo na pesquisa produzida, todos os materiais utilizados na pesquisa devem ser compartilhados com os colaboradores/membros da pesquisa:

Textos, fotos, análises e comentários são enviados para as pessoas sobre as quais me refiro e solicito um *feedback*. A partir das suas reações, então, eu repenso minhas análises e desenvolvo minhas reflexões. Suas críticas, comentários, reações permitiram avanços nos meus textos que, sem elas, não existiriam (GAMA, 2016, p. 127).

Ressalto que todas as informações, registros fotográficos, relatos e produtos elaborados durante a dissertação foram compartilhados com a comunidade, e somente os dados e os materiais assim autorizados foram utilizados no estudo.

A visita foi uma oportunidade única de poder observar as expressões de surpresa, alegria e de esperança das pessoas ao se identificarem nos *slides*. Surpresa, ao se verem nas imagens, alegria por me receberem de volta no Quilombo, e esperança, ao perceberem que, apesar da pandemia, a pesquisa continuaria. As falas nas rodas de memória denotam espírito de luta, desejo pelo reconhecimento, capacidade de resistência e espírito de resiliência.

Essas pessoas, que não tiveram a oportunidade de registrar suas histórias de vida na forma escrita, perpetuam suas histórias transmitindo-as oralmente, e, ao compartilharem seus conhecimentos, e os de seus antepassados, fazem-no com a vivência de uns com os outros. Para Caiuby Novaes (2014, p. 57) “Quem comunica divide alguma coisa com alguém, partilha”. E é por meio do compartilhamento de seus saberes e fazeres que a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque se fortalece, empodera-se e se une para preservar seus direitos, seus costumes, sua cultura e seu território. Com certeza, o estudo etnográfico, se tivesse sido feito de modo tradicional, proporcionaria uma intensa integração no cotidiano do grupo. Mas a pandemia exigiu a busca de outros recursos, outras formas de fortalecer laços de afeto, de confiança e de respeito entre esta pesquisadora e a comunidade.

No novo cenário composto pela pandemia, a etnografia ultrapassou os limites físicos, teve que se adaptar ao ambiente virtual das redes sociais. O *WhatsApp* se tornou um ambiente de acolhimento, mecanismo de reforço da vontade de realizar esta pesquisa, de (re)combinar regras de limites e respeito, de esclarecimentos, de discussões, de afirmações, de reconhecimento, e até mesmo de silêncio. E, por meio da confiança, persistência, a partir dos laços já formados no Programa

Convivência, e pelo nosso desejo de realizar este estudo, enfrentamos as barreiras da pandemia, da distância e dos obstáculos da tecnologia. Meu diário de campo foi meu *notebook*, e raramente meu caderno. As anotações, bem como a escrita da dissertação, foram registradas na sala da minha casa, que foi transformada em diversos momentos, desde escritório de trabalho, escritório de estudo, território quilombola, sala de zumba, sala de yoga, sala de reuniões, sala de encontro com amigos e familiares, sala de cinema, sala de convivência com a família, até salão de festa para comemorar os aniversários de meu núcleo familiar. E foram meus amigos do Quilombo de São Roque que, neste momento de pandemia, ensinaram-me a ser resiliente, a ser mais forte, a ter mais coragem, a estar sempre pronta para o novo, a aprender, a ter esperança, a estar sempre preparada para a vida com alegria. Esses ensinamentos ultrapassaram a convivência física, e chegaram até mim na telinha do meu celular. Isso mostra que, quando todos se unem em torno de uma proposta, ela se concretizará mais facilmente, ultrapassando os vários empecilhos que surgem em seu caminho. Os laços de amizade, o comprometimento e a vontade de tocar adiante este estudo permitiram, por assim dizer, o renascimento desta dissertação, que se divide em seis capítulos.

Após este primeiro capítulo, de caráter introdutório, o seguinte aborda a participação e a importância das mulheres e homens africanos e seus descendentes no crescimento e formação da população e da economia brasileiras. Nele, são discutidas as formas de resistência que os escravizados utilizaram contra o sistema escravocrata, destacando os quilombos por ser o foco deste estudo. Descrevo brevemente como o povo africano e seus descendentes se organizavam em grupos, e como se utilizaram da legislação brasileira para a conquistar sua liberdade. Ao final do capítulo, descrevo como se formaram a população e a economia do estado do Rio Grande do Sul e do Vale do Taquari, discorro sobre a chegada das(os) africanas (os) e seus descendentes nessas duas regiões e sobre o nascimento da Comunidade de São Roque no município de Arroio do Meio.

No terceiro, descrevo o caminho investigativo seguido durante a pandemia, que, na impossibilidade de realização de um inventário participativo, assumiu o caráter de um estudo etnográfico, fundamentado na história oral. Descrevo as estratégias utilizadas, com suas adaptações e restrições, que tornaram possível a análise documental, as pesquisas bibliográficas e, mais especialmente, a coleta de depoimentos, a realização de

entrevistas, o registro fotográfico, sem que fossem realizadas as saídas de campo previstas no momento da qualificação do projeto de pesquisa.

Em sequência, no quarto capítulo, faço uma reflexão sobre os conceitos de identidade, cultura popular e memória coletiva. Destaco a importância dos movimentos sociais para a consolidação das culturas populares, bem como sua atuação para a formulação de leis referentes ao reconhecimento do patrimônio cultural de comunidades tradicionais. Faço um breve histórico das leis que reconheceram e protegeram as manifestações culturais e bens patrimoniais imateriais dos diversos grupos sociais que compõem o País e destaco o papel da Museologia Social para o fortalecimento e visibilidade da diversidade cultural brasileira. Por fim, interpreto o patrimônio cultural da Comunidade, para compreender a sua contribuição para o patrimônio cultural da região e do estado do Rio Grande do Sul.

No quinto capítulo, apresento os sujeitos deste estudo, acompanhados de suas narrativas em torno dos elementos que representam a identidade do grupo, sua cultura e tradições. Antecipo aqui que os resultados mais significativos, coletados por meio desses depoimentos, fazem parte do Apêndice C, em que são sistematizados os aspectos que foram apontados por mais de três sujeitos como sendo aqueles que melhor representam a identidade cultural do Quilombo: a devoção à Virgem Imaculada Conceição, a dança africana *Amaé Axé*, a casa de Seu Dárcio Geraldo da Silva e Dona Maria Rita da Silva e o conhecimento e uso de ervas curativas.

E, à guisa de conclusão, no capítulo sexto, traço uma síntese do caminho percorrido, em que apresento as respostas que consegui reunir, em meio e apesar da pandemia, em torno das indagações iniciais, o que atingi em relação aos objetivos propostos e, mais do que tudo, o significado de ter realizado este trabalho.

Assim, espero ter conseguido deixar nesta dissertação a minha contribuição acadêmica e pessoal à Comunidade Remanescente do Quilombo de São Roque, ao demonstrar como essa comunidade tradicional negra forma e faz parte do patrimônio cultural local, gaúcho e brasileiro. Espero também que os registros que fiz, em torno da sua história, economia, educação, saúde e religião, tornem-se elementos úteis para a formulação de políticas públicas mais solidárias e inclusivas. Destaco, nesse sentido, que a Museologia Social, que fiz de meu esteio no campo da Museologia, permitiu que eu, humildemente, tenha conseguido “[...] trabalhar com o poder da memória a favor da libertação de homens e mulheres” (CHAGAS, 2021, doc.

eletrônico). Desse modo, sinto que minha trajetória pessoal, vinda do bairro da Restinga, na periferia de Porto Alegre, foi contemplada com a oportunidade de ter realizado esta pesquisa e ter conhecido gente tão forte e resiliente, que não tem medo em seguir adiante, pessoas que me ensinaram o quanto é importante seguir em busca de nossos sonhos e perseguir a utopia de um mundo melhor.

2 NOVO MUNDO: SOBREVIVÊNCIA, LUTA E ESPERANÇA

A fim de aprofundar o conhecimento em torno dos povos africanos que foram escravizados para dar suporte à economia exploratória nas terras das Américas e do Caribe, neste capítulo reflito, com base no que aprendi com os especialistas no assunto, como o sistema escravocrata se instalou no Brasil. Nesse contexto, analiso a contribuição das africanas e africanos e seus descendentes para o crescimento e formação das cidades, da economia e da cultura do período colonial brasileiro. Cito algumas formas de resistência do povo africano e afrodescendente, em que destaco os quilombos como uma dessas formas de resistência contra o regime escravocrata.

Ao prosseguir, apresento um panorama sintético das leis que mantiveram e controlaram o sistema escravocrata no Brasil, em que reflito como africanas, africanos, seus descendentes escravizados, libertos e livres se reuniam e se associavam no período colonial e imperial brasileiro para conquistarem espaço na sociedade brasileira. Dentro delas, destaco a importância de mulheres, crianças, idosos e homens africanos e afrodescendentes terem conseguido algum espaço, ainda que marginal, na sociedade brasileira. Sintetizo o que ocorreu após a promulgação da Lei Áurea, isto é, o período pós-abolição, em que a união entre a população negra se manteve forte para reivindicar a liberdade com dignidade, ou seja, com direito ao trabalho, à educação, à moradia, bem como à assistência e ao reconhecimento cidadão.

Em sequência, analiso a formação do estado do Rio Grande do Sul e a chegada do povo africano e afrodescendente no extremo sul do Brasil. Traço uma breve síntese de como mulheres e homens lutaram pela conquista da liberdade, seja fugindo para os países vizinhos Uruguai e Argentina, alistando-se para lutar na Revolução Farroupilha, lutando nos tribunais, ou, ainda, por meio da constituição de quilombos. Por fim, apresento como o Vale do Taquari foi povoado, e como lá chegou a mão de obra escravizada. Concluo abordando o processo de fundação da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, foco desta investigação.

2.1 Da África às Américas

As Américas e o Caribe, denominados então de Novo Mundo, começaram a ser povoados e explorados pelos europeus por volta da década de 1490. Os seus olhares se voltaram para esses territórios porque eram riquíssimos em produtos agrícolas, que poderiam ser produzidos em grande escala para a Europa. Dessa forma, os continentes africano, americano e europeu firmaram uma relação econômica conhecida como economia triangular do Atlântico, que serviu para atender às demandas comerciais dos três continentes. Enquanto a Europa fornecia rum, tecidos e outras mercadorias para a África, esta, em troca, encaminhava africanos escravizados para os europeus, que os utilizavam para explorarem as Américas e Caribe, que, por sua vez, abasteciam o continente europeu com açúcar, tabaco e algodão.

As terras brasileiras foram invadidas pelos portugueses, que implantaram um sistema colonial mercantilista baseado na produção de produtos manufaturados. Como eles já tinham experiência com a plantação de açúcar e com o sistema escravocrata nas ilhas do Atlântico, Madeira, São Tomé, Açores e Cabo Verde, foi a alternativa que encontraram para ocupar o território brasileiro. E, para isso, foram buscar a sustentação da atividade na mão de obra escravizada (MAESTRI FILHO, 1984).

No século XVI, a ocupação do território brasileiro se iniciou no Nordeste, com a exportação de pau-brasil e produção de açúcar. Todavia, com o passar dos anos, se expandiu para outras regiões, na busca de novas alternativas econômicas que dessem lucro, como o algodão, o tabaco e o trigo, bem como pela extração do ouro e pedras preciosas, e, a partir de 1820, pelo plantio do café. Evidentemente, como ressalta Maestri Filho (1984), toda a economia colonial se manteve graças ao trabalho escravo, que foi o responsável por garantir as riquezas dos grandes proprietários de terras que viviam no Brasil, bem como as demandas do continente europeu. Para isso, desembarcavam, nos portos brasileiros, africanas e africanos de diversas regiões do continente africano. Fausto (2006) destaca que, no século XVI, eram trazidos de quatro portos do litoral de Daomé, vindos Guiné Bissau, Cacheu e costa da Mina. Já no século XVII em diante, vinham do Congo e Angola, regiões mais ao sul da costa africana, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. E, no século XVIII, 70% dos escravizados vieram de Angola.

No século XVIII, ocorreu a entrada de mão de obra escravizada em grande escala na região sul do Brasil, vindos do Rio de Janeiro e Pernambuco, em função do crescimento das charqueadas, cujo produto, o charque, carne salgada seca ao sol, atendia às demandas do mercado interno brasileiro, além de ser o principal alimento dos escravizados, que trabalhavam nas minas de pedras preciosas, na agricultura e na elaboração de produtos manufaturados (BITTENCOURT JÚNIOR, 2006).

Antes das charqueadas, eles eram trazidos para a região pelos açorianos, que colonizaram a região, e então atuavam nas plantações de trigo e erva-mate. Ao estudarem esse período, Kreutz e Machado (2017) ressaltam que, mais uma vez, os casais açorianos que se fixaram no Vale do Taquari, onde produziam trigo, milho, feijão e extraíam erva-mate, prosperaram às custas da mão de obra escravizada. De acordo com Fausto (2006), estima-se que, no período de 1550 a 1855, tenham entrado em terra brasileira cerca de quatro milhões de africanos e africanas, em sua maioria jovens de sexo masculino. Portanto, a sociedade brasileira, no período colonial (1530 a 1822) e no Império (1822 a 1889), era formada pelos senhores e suas famílias, pelas mulheres e homens escravizados(os), libertas(os) e livres.

Segundo Leite (1999), a maioria dos africanos aqui desembarcados era livre em seus países de origem, onde faziam parte de sociedades com organização econômica, política, religiosa e cultural específicas. Possuíam saberes em diversas áreas do conhecimento, que eram transmitidos de geração a geração, oralmente ou por escrito. Em seus locais de origem, muitos desses indivíduos eram reis, rainhas, guerreiros, governantes, artesãos, religiosos, homens e mulheres livres e independentes, que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de suas cidades e sociedades. Ao aqui chegarem, colaboraram para o crescimento econômico e formação cultural do Brasil, com a contribuição de suas culturas, conhecimentos, línguas faladas, modos de viver e de conviver, tradições e crenças. Desse modo, essa bagagem serviu para se tornarem os protagonistas nos processos de descobrir, de construir, de formar, de manter e ocupar os espaços urbanos e rurais brasileiros, porém na condição de povos subjugados.

De imediato eram privados da liberdade, da independência, além de serem submetidos a sobreviver em outra realidade de vida, cultura, religião e economia, mediante a imposição dos colonizadores europeus. Deixaram de ser considerados seres humanos, reduzidos à condição de coisas, objetos, mercadorias ou ferramentas. Ao aqui chegarem, as diversas etnias, vindas de diferentes regiões do

continente africano, precisaram deixar de lado suas diferenças de cultura, dialetos, religião, tradições, para, juntos, poderem lutar contra o regime colonial escravocrata. Deixaram, então, aflorar virtudes como resistência, força, resiliência, união e vontade de lutar, consubstanciadas na criação de inúmeras formas de resistência.

2.2 Os quilombos como estratégia de liberdade

Durante o período colonial e imperial, o desejo de liberdade do povo africano e afrodescendentes fez com que organizassem formas individuais ou coletivas de romperem com o regime escravocrata. Isso incluía, por exemplo, o suicídio, o aborto, as paralisações com reivindicações junto aos senhores, assassinatos, revoltas, negociações de liberdade e constituição de quilombos. Frequentemente, procuravam organizar-se com seus pares, para unirem forças visando reivindicar direitos e mútuo apoio, além de preservarem seus costumes e suas tradições. A comunidade negra também contava com apoiadores, presentes nas diversas esferas da sociedade, como por exemplo, jornalistas, advogados, na organização de movimentos de ruptura à escravidão. Outro movimento importante, que se firmou nos períodos da escravidão e da pós-abolição, foi o associativismo negro⁹: grupos de pessoas negras que buscavam ter seus próprios espaços de apoio, de lazer, de realização de atividades na sociedade brasileira, como por exemplo irmandades, igrejas, clubes, dentre outros.

De acordo com Rubert (2009), os movimentos de união nos vilarejos, nas fazendas, nas cidades e nos quilombos foram fundamentais para o início de lutas à liberdade, à cidadania. Um exemplo das pequenas conquistas adquiridas por meio de negociações com seus senhores foram os direitos fundamentais para a sobrevivência de qualquer ser humano, tais como “[...] o direito de ter família e mantê-la unida; a concessão de espaço e tempo para o cultivo de roças próprias; a liberdade de associação e reunião com vistas a atividades lúdicas e religiosas, etc. [...]” (RUBERT, 2009, p. 168).

As conquistas adquiridas por um indivíduo, em um movimento vertical/hierarquizado, de cima para baixo, transcendiam horizontalmente para todos

⁹ Segundo Silva (2011, p. 29), a “[...] ideia sobre associativismo negro, durante a escravidão e no pós-abolição, é de que esses sujeitos membros buscaram, em rede ou não, negociar mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa quanto a sociedade brasileira os preceitos que conferiam status sociais diferenciadores em busca dos seus próprios espaços”.

os seus companheiros, consanguíneos ou não, e para outras pessoas com quem esse possuísse relação direta ou indireta. Todos pensavam em uma conquista para todos, numa distribuição horizontal, mesmo que essa conquista viesse de uma condição vertical. Certamente tais conquistas geravam vantagens e desvantagens, e, dentre as consequências desvantajosas, citam-se “[...] promover relações de apadrinhamento [...]”, estimular “[...] laços de dependência paternalistas [...]”, além de gerar “[...] dissensões no interior da própria escravaria” (RUBERT, 2009, p. 168).

Sem dúvida, porém, uma das mais importantes soluções encontradas por africanas(os) e seus descendentes para sobreviver ao regime escravocrata foram os quilombos, organizações sociais constituídas para preservarem suas vidas, culturas, e construírem novas formas de viver. Localizados em territórios distantes das cidades maiores, afastados e de difícil acesso, serviam de refúgio e despertavam uma expectativa de nova vida. Para Santos (2019, p. 35), formavam uma “[...] comunidade em parcerias com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo”. Tais grupos passaram a ser chamados de quilombos, e suas formas de tratar e lidar com a terra eram completamente diferentes daquelas dos colonizadores:

Para essas comunidades contra colonizadoras¹⁰, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou longos períodos de festividades (SANTOS, 2019, p. 35-36).

Os quilombos eram espaços de reconstrução, de recomeço, de amparo, e, principalmente, de força e de luta contra o regime escravocrata, numa concepção bem diferente da terminologia definida pelo Conselho Ultramarino em resposta ao Rei de Portugal¹¹, no século XVIII, que os descrevia como locais que reuniam entre cinco ou mais escravos fugitivos, em espaços desabitados, de difícil acesso, mesmo

¹⁰ Para Antônio Bispo dos Santos, as comunidades contracolizadoras são “[...] os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização [...]” (SANTOS, 2019, p. 35).

¹¹ Resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, ao conceituar quilombo ou mocambo, como “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (BRASIL, 2003b).

que não tivessem moradias estruturadas e nem ferramentas de trabalho. Entre os séculos XVII e XIX surgiram diversos quilombos, como o Calçoense, Turlaçu, Trombetas, Preto Cosme, Alcobaça, Xique-Xique, Andaraí, Carlota, Calunga, Palmares, dentre outros, como indica o mapa abaixo (Figura 2).

Como se pode observar na Figura 2, a quantidade de quilombos espalhados nas diversas regiões do País confirma a contribuição das(os) africanas(os) e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, com presença na economia, cultura alimentar, língua falada, dança, música, religião, bem como nas construções de casas, praças, igrejas, pontes, ruas, hospitais, dentre outros aspectos.

Figura 2

Quilombos mais conhecidos no Brasil nos séculos XVII a XIX



Fonte: <https://cidadaniaquilombolas.files.wordpress.com/2015/04/jbh3067.jpg>

Os quilombos foram alternativas surgidas contra o sistema de segregação, a terra passou a ser um ponto geográfico para se fixarem em segurança e não diretamente um território que garantisse a sua sobrevivência. Mas, como lembram Leite e Fernandes (2006), as pessoas que em tais grupamentos se uniam projetavam neles a esperança de suas vidas, e os transformavam em lugares apropriados para suas existências e convivência, porque “[...] A terra é o espaço que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo”. E, assim, destacam os autores:

A territorialidade, porém, foi produzida historicamente em uma condição de alteridade instituída por um modelo específico de segregação, sendo, portanto, relacional, contextual e dinâmica. Quer dizer, a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição

exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo e os grupos chegam, por vezes, a projetar nela sua existência (LEITE; FERNANDES, 2006, p. 10).

Em suma, os quilombos foram uma estratégia de liberdade criada pelo povo africano e seus descendentes, onde uniam forças, conhecimento, resistência, de modo a garantir a própria subsistência, cultura, a união familiar, religião, trabalho e lazer. Eles se organizavam economicamente utilizando a mão de obra existente no território para produzir e fornecer alimentos não só para a subsistência do grupo, mas também para atender às necessidades de comunidades vizinhas (SILVA, 2007). Esses espaços foram modelo de uma sociedade que se posicionou contra o sistema escravocrata e demonstrou que é possível viver com a diversidade cultural, recriando um novo conviver entre as pessoas de origens diversas em interação com o meio ambiente e com outros grupos sociais.

Mas as comunidades quilombolas não viviam somente nas áreas rurais, elas também foram inseridas e/ou constituídas nas áreas urbanas do território brasileiro. Em algumas situações os quilombos rurais que estavam localizados próximos das cidades, passaram a fazer parte do município, em decorrência do crescimento e da expansão urbana. Em outras circunstâncias houve o deslocamento das comunidades quilombolas rurais para as periferias das grandes cidades, com o objetivo de se refugiarem das dificuldades enfrentadas no meio rural, como por exemplo, pressão de grandes produtores rurais, desmatamento, avanço de mineradoras, construção de hidroelétricas. E existiram os quilombos urbanos que nasceram dentro das cidades, espaços onde famílias negras, em seus territórios lutaram por reconhecimento, por direito à cidadania, a políticas públicas e contra o racismo estrutural e a discriminação social. Muitos destes grupos sofreram a desterritorialização, por causa da especulação imobiliária, desinteresse do poder público, e falta de titulação de suas terras (SILVA, 2012)

Atualmente, o conceito de quilombo, tanto rural como urbano, passou a significar os modos de viver, de conviver de um grupo social entre si e com o lugar onde vivem. Cada comunidade remanescente de quilombo possui uma trajetória, uma história, saberes, culturas, tradições. As pessoas que compõe o grupo estão unidas por uma herança cultural, por um vínculo de parentesco, e por um território. Os seus modos de viver, de conviver formam suas características, constituem a

identidade do grupo. A oralidade é a grande responsável pela transmissão dos saberes, dos ofícios, da cultura, das tradições que são passadas de geração a geração, e esses conhecimentos, aprendizados são adaptados e ampliados pelo grupo, para garantirem a manutenção e a preservação da comunidade; bem como de seu território. E os quilombolas conquistaram suas terras, por meio de muito trabalho, de muito suor, e ela não é dividida em lotes, mas sim, é cuidada, utilizada e respeitada por todos, com o objetivo de garantir a sobrevivência, o bem viver e a perpetuação do grupo. (ABA, 1994)

Mas, sejam quilombos urbanos, ou quilombos rurais “[...] a presença da ancestralidade é traduzida nas práticas, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade (OLIVEIRA; D’ABADIA, 2015, p. 265)”. Esses grupos contribuem com a economia, a educação, com o crescimento das regiões em que estão situados. Eles resistem até hoje, demarcam seus territórios com suas identidades, suas culturas, e continuam lutando por demarcação de suas terras, por seus direitos de cidadãos, por políticas públicas, contra a especulação imobiliária, contra o grande produtor rural, contra o desmatamento, contra a discriminação social, e contra o racismo estrutural (SILVA, 2012).

2.3 Legislação e liberdade

Desde sua chegada ao território brasileiro, os africanos e afrodescendentes buscaram se organizar em grupos nas ruas dos vilarejos, das cidades, nas senzalas, nos matos circunvizinhos às senzalas, nos quilombos. A população negra brasileira também se reunia em irmandades, igrejas, irmandades coirmãs, associações beneficentes, que realizavam ações coletivas e se transformaram em lugares de acolhimento, apoio, união, luta pela liberdade e contra a discriminação racial. Dentre essas instituições, merecem destaque os clubes sociais, que:

[...] tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial (ESCOBAR, 2010, p. 58).

Nos clubes sociais, as pessoas deixavam suas diferenças de lado, para que, juntas, pudessem trabalhar e reivindicar direitos comuns, e, assim, lutar pela

ampliação do reconhecimento da comunidade negra no País. Já no período pós-abolição, surgiram diversas “[...] associações beneficentes culturais, de assistência, auxílio mútuo, algumas das quais vinculadas às antigas ou ainda existentes Irmandades, enquanto outras surgiram da necessidade de proporcionar novos espaços para união dos negros” (SILVA, 2011, p. 41).

De qualquer modo, lembra a autora, todos esses espaços de convivência se constituíram em momentos de fortalecimento, de união, de ajuda e de preservação de suas culturas, línguas, tradições, religiões, costumes, danças e de suas culinárias. Em síntese, essas organizações e o apoio social foram – e aqui ressalto, continuam sendo até hoje – fundamentais para reduzir as marcas da escravidão. Os laços e vínculos foram se fortalecendo nesses locais e, aos poucos, transformaram-se em relações sociais de grande força, na tentativa de se obter conquistas individuais e coletivas de resistência ao violento processo escravista em curso no País.

O período imperial foi marcado por um movimento de união da população negra e a não negra para apoiar homens e mulheres escravizados, negras(os) libertas(os) e livres por direito à liberdade e à igualdade. Essa reivindicação teve certo amparo legal na Constituição Brasileira de 1824, por sua inspiração liberal, mas que não renunciava à economia escravista. Na prática, os ideais de igualdade e liberdade que o documento propunha não atendiam à totalidade da população brasileira, já que os direitos civis não atingiam nem a população escravizada, ou liberta e até mesmo livre. Apesar desse apagamento, as(os) africanas(os) e seus descendentes a utilizaram como sustentação nos tribunais para conquistarem seus direitos de cidadãos brasileiros. Dessa forma, muitos deles “[...] lutaram pela real aplicação dos direitos mencionados na primeira Constituição brasileira, chegando a impetrar ações judiciais nesse sentido” (COTA, 2011, p. 68).

A maioria das pessoas que reivindicou o reconhecimento de sua cidadania por meio de ações judiciais não obteve sucesso. Mesmo assim, esse movimento se constituiu numa importante arena de luta por seus direitos, além de estabelecer laços entre advogados negros, ou não, que defendiam negras(os) escravizadas(os), libertas(os) e livres para lutarem juntos a favor da liberdade e igualdade. Essa união foi fundamental para que pudessem enfrentar o descumprimento, bem como a má interpretação de algumas leis brasileiras que se voltavam para o fim do tráfico de escravizados, bem como o fim da escravidão no País. A primeira lei contra o tráfico de escravizados no Brasil foi a Lei Feijó (BRASIL, 1831), que declarava livre todos

os escravizados que chegavam em terras brasileiras, bem como impunha penas aos seus traficantes. Ela passou a ser conhecida como Lei para inglês ver, porque o documento foi literalmente ignorado pelos magistrados e autoridades portuguesas que viviam em terras brasileiras. Pois se eram as(os) africanas(os) escravizadas(os) que mantinham o desenvolvimento da economia no País, por que respeitar essa lei? Mais fácil, então, era fazer de conta que a lei não existia. O não atendimento à Lei Feijó no território brasileiro teve como resultado o aumento da entrada de novas(os) africanas(os) escravizados no Brasil, como pode ser visto no Quadro 1, abaixo, proposto por Maestri Filho (1984):

Quadro 1

Ingressos de escravizados novos no território brasileiro (1831-1850)

ANO	ESCRAVOS	ANO	ESCRAVOS
1831	138	1841	13.804
1832	116	1842	17.435
1833	1.233	1843	19.095
1834	749	1844	22.849
1835	745	1845	19.453
1836	4.966	1846	50.324
1837	35.209	1847	56.172
1838	40.256	1848	60.000
1839	42.182	1849	54.061
1840	20.796	1850	22.856

Fonte: Maestri Filho (1984, p. 109).

O Quadro 1 também apresenta que, entre os anos de 1831 até 1850, as terras brasileiras receberam em seus portos “[...] quatro quintos dos africanos trazidos para o Novo Mundo [...]” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2006, p. 64).

Apesar de ter sido ignorada por completo pelo Estado e pelos proprietários de mão de obra escravizada, a Lei Feijó foi amplamente utilizada pelos advogados que faziam parte do movimento abolicionista a partir do final da década de 1860. Ela serviu de fundamentação legal para reivindicarem “[...] a favor da liberdade dos escravos importados ilegalmente” (COTA, 2011, p. 70).

No ano de 1850, foi promulgada a Lei nº 581 (BRASIL, 1850), conhecida como a Lei Eusébio de Queirós, que estabeleceu medidas mais duras no tráfico de escravos, bem como nas medidas de penalização aos traficantes. A partir daí, o tráfico internacional de escravizados foi extinto, mas a lei não intimidou a pirataria de

escravizados. O que se verificou, na prática, foi uma diminuição significativa da entrada de africanas(os) escravizadas(os) no território brasileiro, mas elas e eles continuaram chegando clandestinamente em várias praias brasileiras, inclusive nas gaúchas.

A partir da década de 1870 surgiram vários debates que pleiteavam o fim da escravização, promovidos por movimentos sociais que eram favoráveis à liberdade das pessoas escravizadas. Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871), alternativa encontrada pelo Estado brasileiro para atender às pressões internacionais e nacionais para o fim do sistema escravocrata brasileiro e manter a ordem social, visto que a elite brasileira acreditava que a liberdade da população negra escravizada proporcionaria uma desordem social no território brasileiro. Além disso, atendia aos desejos dos senhores, para que eles tivessem o controle da liberdade de seus escravizados, libertando-os gradualmente e lentamente, não deixando de usufruir dessa mão de obra legalmente. Em sua íntegra, a lei libertava os filhos de mães escravizadas nascidos a partir da data de promulgação da lei e também permitia que os senhores cuidassem dessas crianças até elas completarem oito anos de idade, quando ele poderia entregá-las para o Estado brasileiro, que o indenizaria. Ou, se preferisse, poderia abrir mão da indenização e escravizar as crianças até elas completarem vinte anos (COSTA, 2007).

Em 28 de setembro de 1885, foi promulgada a Lei nº 3.270, também conhecida como a Lei do Sexagenário (BRASIL, 1885), que previa a liberdade dos escravizados a partir de 60 anos, desde que, a título de indenização de seu proprietário, o escravo prestasse serviço durante três anos, ou trabalhasse até completar 65 anos. Ele também teria a opção de pagar pela sua liberdade em dinheiro, por quantia a ser determinada pelo seu proprietário. Pode-se notar, pelo documento, na perspectiva apontada por Gabler (2016), que a liberdade continuava mascarada, porque o escravizado não perdia o vínculo com seu proprietário até completar 65 anos, e, a partir dessa idade, o ex-escravizado se tornava responsável do seu ex-proprietário, o que, na prática, fazia com que continuasse a trabalhar para ele até morrer (GABLER, 2016).

Finalmente, foi declarado o fim da escravidão no território brasileiro com a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. De acordo com Silva *et al.* (2017), embora essa lei possa ter sido uma grande esperança para a população negra escravizada, ela não se preocupou com as consequências que poderia causar para este grupo social. Essa lei não previu e nem

estimulou políticas sociais para os libertos, fazendo com que ficassem desamparados pelo poder público e passassem a viver à margem da sociedade. Em consequência, a luta não seria mais contra o regime escravocrata, mas sim contra a fome e o desemprego, em busca de um espaço na sociedade brasileira.

Dessa maneira, a legislação brasileira não contemplava a maior parte da população brasileira, constituída pelos povos africanos e seus descendentes, que não era reconhecida pelo Estado. As leis promulgadas nesse período, embora com um discurso de liberdade, nada mais foram do que mecanismos criados para o governo dominar o sistema escravocrata e garantir a liberdade gradual dos escravizados, mas conservando o direito de propriedade dos senhores. O desinteresse em atingir a essa população era para preservar o poder e a riqueza em mãos dos colonizadores europeus. As(Os) africanas(os) e seus descendentes, para conquistarem seus direitos e reconhecimentos, tiveram que lutar juntos. E, para isso, conseguiram o apoio de pessoas não negras que eram a favor da liberdade e do reconhecimento de todos aqueles que viviam e trabalhavam em terra brasileira como seus cidadãos.

Essa foi uma caminhada bastante árdua, que ainda se mantém, já que o preconceito permanece vivo na sociedade brasileira. Mas, na luta de hoje, estão agregados os ensinamentos, a força e os saberes que essas negras e negros traziam dentro de si, repassados por seus ancestrais. A coragem dos enfrentamentos que fizeram para a conquista de seus espaços, reconhecimento e direitos de cidadania, permanece na memória e nas bandeiras do movimento e coletivos negros.

2.4 Movimentos de resistência no Rio Grande do Sul

Como a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque está localizada no estado do Rio Grande do Sul, abordarei brevemente a formação dessa região, que também foi construída, mantida e se tornou próspera graças ao trabalho, ao conhecimento, ao saber e à cultura das(os) africanas(os) e seus descendentes que lá viveram.

O território do extremo sul do Brasil foi marcado por guerras entre espanhóis e portugueses, que tinham como objetivo conquistar as terras da região. Essas disputas resultaram em diversas assinaturas de tratados, entre os quais, em 1494, o

Tratado de Tordesilhas (IBGE, 2021), que definiu as áreas de domínio do mundo, demarcando os dois hemisférios de polo a polo, e deu a Portugal o direito de posse sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil: ficou Portugal com as terras localizadas a leste da linha de 370 léguas traçadas a partir de Açores e Cabo Verde e, a Espanha, com as terras que ficassem do lado ocidental dessa linha. Mais adiante, no ano de 1750, o Tratado de Madri (IBGE, 2021) redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas. A partir dele, Portugal passou a garantir o controle da maior parte da bacia amazônica, enquanto que a Espanha controlava a maior parte da baixa do Rio da Prata. Nesse Tratado, pela primeira vez, foi levado em consideração o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que estabelece que a terra pertence a quem a ocupa.

A partir daí, os portugueses começaram a ver as terras do extremo sul do Brasil como lucrativas, na medida em que observaram que nelas existia grande quantidade de gado, que poderia ser utilizado para transporte e força de trabalho, além de servir para alimentar os escravizados que trabalhavam na mineração. Dessa forma, por volta da década de 1720, ocorreu um crescimento importante na população da Capitania de Rio Grande de São Pedro, que, para crescer, passou a ocupar o espaço dos povos originários que lá viviam. Para isso, foram distribuídas terras aos portugueses, que possuíam riquezas e distinção social, dispostos a povoar e expandir a dominação da coroa portuguesa, sob a forma de sesmarias¹², o que deu origem à formação de estâncias para a criação extensiva de gado. E, para dar suporte a esse novo tipo de empreendimento, foram trazidos mulheres e homens escravizados, que seriam os responsáveis por manter as condições de vida dos estancieiros.

Dessa forma, as primeiras africanas e africanos escravizados que desembarcaram nas terras sulinas chegaram com seus proprietários, para garantirem a ocupação, demarcação e permanência portuguesa na região sul do País. Como no restante do território brasileiro, Silva *et al.* (2017) destacam que a população africana e seus descendentes escravizados, libertos e livres foram os responsáveis pelo desenvolvimento da economia e da cultura da Capitania de Rio Grande de São Pedro. Eram homens e mulheres trabalhadoras(es) com grande

¹² Segundo Osório (2007), sesmarias tratavam-se de “[...] concessões de aproximadamente 13 mil hectares destinadas a pessoas afortunadas. No Rio Grande do Sul, destinaram-se à criação de grandes estâncias de criação de rebanhos” (OSÓRIO, 2007, p. 87 *apud* SILVA *et al.*, 2017, p. 22).

conhecimento, trazido de suas terras natais, que aplicaram no solo rio-grandense. O saber dessa população está impregnado no povo gaúcho, repassado de geração a geração. Esses indivíduos foram atuando de modo invisível, em diversas atividades nas cidades portuárias, nos núcleos urbanos e no meio rural.

A autora lembra que, como trabalhadoras e trabalhadores livres, tornaram-se artesãos, marinheiros, pedreiros, vendedores de verduras e frutas, peões, dentre outros. Oportunidade para juntar dinheiro para conquistarem casa, terras, animais, liberdade, família. Como escravizados, desenvolviam atividades como domésticos, carregadores, cozinheiros, porteiros, babás, além de trabalharem na lida do campo, como cuidar de rebanhos, roças e lavouras. Os serviços no campo eram realizados juntamente com os seus senhores, com os familiares de seus senhores e com os peões livres.

O sul do País sempre foi uma região de duras disputas por terras e espaço territorial e econômico entre Portugal e Espanha. Na Bacia do Rio da Prata havia um comércio intenso, que atendia a Colônia do Sacramento, Buenos Aires, Uruguai e Brasil. Era o portão de entrada dos navios que abasteciam a região platina com escravizados. Entre os anos de 1763 e 1777, a disputa luso-espanhola ficou mais tensa, visando a dominação e controle das terras da região, bem como o solo da Capitania de Rio Grande de São Pedro. As guerras de dominação por território foram muito frequentes, sendo a vitória alternada entre os dois lados. E, a cada vitória, acontecia um novo acordo de demarcação de terras, que avançava ou se distanciava da Bacia Platina. Os homens africanos e afrodescendentes lutaram na região platina a favor do Brasil no exército da coroa portuguesa, com o objetivo de conquistarem as suas liberdades, o que na realidade não se concretizou (TORRES, 2008).

Por volta da década de 1770, no decorrer do período tenso de disputas luso-espanholas pelas terras do sul do País, a coroa portuguesa, como já mencionado, incentivou a vinda de casais açorianos para a Capitania de Rio Grande de São Pedro, por meio de concessão de *datas de terras*¹³, com o objetivo de demarcar o território da Região Sul. As datas de terras também poderiam ser adquiridas por pessoas nascidas no Brasil ou em Portugal, por meio de compra ou pela união

¹³ Segundo Osório (2007), datas de terras tinham aproximadamente 130 hectares, e foram “[...] doadas aos casais açorianos para se dedicarem à produção agrícola” (OSÓRIO, 2007, p. 87 *apud* SILVA *et al.*, 2017, p. 22).

matrimonial com as filhas de açorianos. E foi com a compra de pedaços de datras de terras que alguns negros libertos conseguiram se tornar modestos agricultores. (SILVA *et al.*, 2017).

Com o fim das disputas luso-espanholas (1778) no extremo sul do Brasil, os moradores da região conseguiram se focar na economia, por meio da pecuária e, principalmente, da agricultura. Na década de 1780, começaram a florescer os resultados dos pequenos agricultores, que passaram a ter estabilidade na terra em que produziam e a adquirir pequenos rebanhos. Além disso, produziam trigo e vendiam para a cidade do Rio de Janeiro. Em decorrência da triticultura, a entrada de escravizados no sul do País aumentou, já que os agropecuaristas tiveram condições de comprar mão de obra escravizada para trabalhar na lavoura. E, desse modo, cada agricultor passou a ter um ou mais escravizados.

O aumento da entrada de africanas, africanos e afrodescendentes escravizados, na Capitania de Rio Grande de São Pedro, aconteceu por volta da década de 1790, por meio das charqueadas, cujos produtos abasteciam o consumo interno dos escravizados e dos pobres livres do nordeste do Brasil, na área da alimentação, com carnes salgadas e graxas, além do vestuário, com o couro. O trabalho nas charqueadas era muito duro e, por esse motivo, a mão de obra escravizada foi trazida para o Rio Grande do Sul, para dinamizar a produção do charque em grande escala. Foi o tráfico interno que abasteceu a mão de obra escravizada utilizada nas charqueadas. Mais uma vez, como nas demais regiões do País, no crescimento econômico das regiões da produção do charque o trabalho da população escravizada foi essencial.

Ainda no período das charqueadas, ocorreram a Revolução Farroupilha (1835-1845) e, dentro dela, a Batalha dos Porongos (1844). Segundo Pesavento (1990), a Revolução Farroupilha foi promovida pela elite sulina, principalmente pelos estancieiros, que, entre suas reivindicações, protestavam contra a coroa portuguesa pela baixa taxa de importação do charque dos países platinos e a alta taxa de exportação de sal, produto fundamental para fazer o charque. Dessa forma, o movimento não teve a adesão de todas as regiões da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por não se tratar de uma reivindicação das cidades que não produziam o charque.

Prosseguindo, a autora destaca que o recrutamento militar se estendia ao africano e ao afrodescendente e ocorria pela liberação dos escravizados pelos

senhores que eram favoráveis às causas da luta farroupilha, bem como pela captura de escravizados ou pelo engajamento voluntário, daqueles que fugiam de seus senhores, incentivados pela chance de alforria ao término da revolução. Também substituíam seus senhores quando convocados, indo lutar em seus lugares. E, ainda, além de serem recrutados, os escravizados também trabalhavam para a manutenção da revolução como tropeiros de gado, mensageiros, trabalhadores na fabricação de pólvora, nas plantações de fumo e erva-mate, entre outros, permanecendo sempre à disposição de seus senhores gerais, tenentes, sargentos e soldados. As guerras também serviam de oportunidade para a fuga, que poderia ser para países vizinhos (SOUZA, 2018).

Conforme o autor, a batalha dos Porongos (1844), episódio que aconteceu dentro da Revolução Farroupilha, se caracterizou pela dizimação dos lanceiros negros, que foram pegos de surpresa, desarmados. Segundo ele, o massacre se deu em razão do fato de que a elite sulina não cogitava dar a liberdade para os escravizados, para não correr riscos de que esses homens e soldados militares se unissem com os ainda escravizados e fizessem uma revolta, em busca da liberdade. Tal revolta certamente abalaria as estruturas sociais da sociedade escravocrata. Além disso, acreditavam que poderia ocorrer uma grande fuga desses brasileiros para o Uruguai, país fronteiriço onde a escravidão já tinha sido abolida. Então, na visão dos mandantes da guerra, a solução para não correrem riscos seria exterminar parte dos negros que lutaram em Porongos.

Vale ressaltar ainda que os portos brasileiros não foram os únicos portões de entrada de homens e mulheres escravizados, pois eles entravam ilegalmente por meio terrestre nas fronteiras do Brasil, Buenos Aires e Uruguai. Antes da proibição internacional do tráfico de escravizados, a Argentina e o Uruguai recebiam muitas africanas e africanos através da Bacia do Rio da Prata. A grande maioria dessa mão de obra se destinava à extração de ouro no território peruano, e os demais eram postos à venda. A relação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com os países vizinhos era de livre acesso, tanto nas cidades, como no campo; os estancieiros do sul do País tinham fazendas nas terras vizinhas e o seu gado tinha livre passagem nas fronteiras do Uruguai e da Argentina. Os estancieiros precisavam da mão de obra escravizada para cuidar de suas fazendas de criação de gado no Uruguai, bem como para atravessar as fronteiras e resgatar o gado que se encontrava no território dos países vizinhos. Essa relação com os vizinhos

argentinos e uruguaios ficou estremecida no período em que esses países decretaram e firmaram leis para abolir o regime escravocrata em seus territórios, o que ocorreu no Uruguai em 1842 e, na Argentina, em 1853 (GRINBERG, 2009).

Segundo Fernandes (2009), a lei abolicionista uruguaia passou a reconhecer como pessoas livres todos os escravizados(as) nascidos(as) no País, bem como os que viviam no território uruguaio com seus senhores no período que a lei passou a vigorar. Isso valia para aqueles que, sendo de outras nacionalidades, cruzassem as fronteiras do território do país vizinho. Isso fez aumentar o número de escravizados brasileiros que concentraram suas forças para fugir em direção às fronteiras do Uruguai para conquistar sua liberdade.

De acordo com Grinberg (2009), foram assinados acordos entre o Brasil, Argentina e Uruguai para amenizar as relações, entre os quais um em que o governo de Buenos Aires afirmava que a lei da abolição não abrangia os escravizados que chegassem no solo argentino fugidos, que deveriam ser devolvidos a seus proprietários. Entre esses, muitos se dirigiram aos tribunais para reivindicar seus direitos à liberdade, e seus defensores se utilizaram das leis brasileiras, como a Constituição Federal de 1824, a Lei Feijó (1931) e a Lei Eusébio de Queirós (1850) para apoiá-los.

Prosseguindo, a autora destaca que, ao ser a abolição instituída naqueles países, outro fato marcante passou a ser o roubo de menores pretos nos territórios uruguaios e argentinos para serem vendidos como escravizados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desse modo, ela conclui que, as fronteiras dos países platinos, tanto poderiam ser o caminho para a liberdade dos africanos e afrodescendentes escravizados quando cruzadas em direção ao Uruguai ou à Argentina, ou caminho para a reescravização, quando cruzadas do Uruguai em direção ao Brasil. Isso se constitui, como lembra Maestri Filho (1984), numa etapa praticamente desconhecida da história do Brasil, quando houve a escravidão ilegal de cidadãos uruguaios de origem africana.

Mesmo após essas tentativas de liberdade e de alforria, no período de 1840 a 1850, cerca de 35% da população da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era composta por africanas, africanos e afrodescendentes escravizados: “Ao longo do século XIX, a província era a terceira em número de população escrava, atrás apenas do Rio de Janeiro e de Minas” (GRINBERG, 2009, p. 3).

Como já foi visto, a fuga foi uma das formas de resistência ao sistema escravocrata. As mulheres e homens escravizados fugiam, em grupos pequenos ou maiores, para regiões serranas, florestas densas ou próximas a arroios distantes, formando quilombos (MAESTRI FILHO, 1984). As regiões do estado gaúcho, em que surgiram um número maior de comunidades quilombolas, foram as que tiveram por um tempo mais longo um contingente maior de trabalhadores escravizados para garantir o crescimento e fortalecimento econômico (RUBERT, 2009). Nas cidades também existiram bairros que se tornaram quilombos urbanos, espaços em que se promovia a resistência, a luta, a religião e a preservação do povo africano e seus descendentes.

Diante do que foi até aqui exposto, sabe-se que as africanas, os africanos e seus descendentes escravizados, ou libertos, chegaram à região sul do País com seus proprietários portugueses, como também por meio do tráfico, alistamento no exército, tentativa de fuga para os países vizinhos e na reescravização. Mas também se pode perceber que os movimentos de união, luta e de reivindicação pela liberdade ganharam maiores proporções entre a população negra escravizada, liberta e livre. E que, apesar dos contragolpes recebidos por seus senhores, pelo exército brasileiro e pela coroa portuguesa, eles não desistiram de se unir, fortalecer e continuar lutando por mais e maiores conquistas. E os espaços negros, em todos os momentos da história brasileira e gaúcha, foram fundamentais para o apoio, união, politização e luta contra o racismo, entre os quais se destacam os clubes sociais negros, como a Sociedade Floresta Aurora (1872) em Porto Alegre, Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio (1903) em Santa Maria, Club 24 de Agosto (1918) em Jaguarão. Ao estudá-los, Escobar (2010) revela que os clubes sociais negros surgiram antes da Abolição da Escravatura e foram “[...] um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os tradicionais ‘clubes sociais brancos’ ” (ESCOBAR, 2010, p. 57-58, grifo da autora citada).

Quando se fala nessa mobilização, percebe-se quanto os estudos sobre a epopeia africana no Brasil obteve respaldo acadêmico a partir do paradigma da decolonialidade, que, conforme Baliana (2020), reúne pesquisadores que analisam a história numa perspectiva mais inclusiva, em que os tradicionais objetos passaram a se constituir em agentes ativos na pesquisa científica, numa inversão que altera a produção do conhecimento tradicional:

A lógica antropocêntrica e humanista falhou miseravelmente ao deixar como legado o fato de que o único ser vivo que importa, que se movimenta, que se deteriora ou se recupera é o ser humano. Contudo, se a concepção de humano, por séculos conceituada como masculina, branca, europeia, apropriadamente vem desnaturalizando sua posição, é porque, em alguma instância, desde os primórdios, os objetos – mulheres, crianças, idosos, homossexuais, escravas/os, analfabetas/os, animais, povos subjugados, natureza etc. – foram capazes de suscitar seu próprio movimento, foram capazes de resistir (BALIANA, 2020, doc. eletrônico).

E a autora prossegue:

Um saber localizado e também subjetivo é justamente um caminho para essa objetividade ética, que vê o outro (seja ele humana/o, animal, um elemento da natureza) como sujeito ativo, de maneiras muitas vezes inapreensíveis, e que encara a pesquisa, o saber e a expressão como processos distintos e não hierarquizantes de construção do conhecimento, como uma rede compartilhada pelas mais variadas perspectivas e pontos de vista, enredados pelo diálogo e pela subjetividade (BALIANA, 2020, doc. eletrônico).

Trata-se, segundo ela, de uma postura de olhar que é bem superior a uma simples oposição à objetividade, e se constitui na base de uma ciência pós-ocidental e decolonial, cada vez mais ética e democrática. Interpretar a questão do Quilombo de São Roque, portanto, é emergir num estudo que se insere na perspectiva decolonial, e, dentro dela, pode-se inferir que, na prática, iniciou-se com a chegada da(o) primeira(o) africana(o) escravizada(o) em território brasileiro, e que se faz presente em todos os momentos da história brasileira.

Mesmo não sendo negra, ao realizar esta investigação, uno-me àqueles que sempre lutaram, individualmente ou coletivamente, pela liberdade, pelo reconhecimento, pelos direitos que o colonialismo lhes usurpou. Como se verá a seguir, hoje, na comunidade do Quilombo de São Roque, as pautas continuam sendo as mesmas dos seus ancestrais africanos chegados ao Brasil colonial, ao incluírem a busca por políticas públicas que rompam com a herança colonial e que lhes garantam inclusão e representação em todos os espaços da sociedade.

2.5 A chegada da comunidade negra em Arroio do Meio

Apresento aqui uma síntese do processo de povoamento do Vale do Taquari, situando dentro dele a chegada das primeiras africanas, africanos e afrodescendentes na região, no distrito de Palmas, município de Arroio do Meio, situado no Vale do Taquari/RS.

De acordo com Kreutz e Machado (2017), os primeiros moradores do Vale do Taquari foram os povos originários da etnia Jê Meridional, ou Proto-Jê Meridional, vindos da Região Central do Brasil. Eles habitaram as regiões altas do Vale e se alimentavam principalmente do pinhão, porque a região em que viviam era formada por uma floresta de Araucárias. Além deles, havia os Guarani, que se organizaram em grandes aldeias nas planícies dos rios e arroios da região, originários do sudoeste da Região Amazônica. Cultivavam seus próprios alimentos, plantando mandioca, milho, feijão, batata-doce, entre outras espécies de legumes e vegetais.

Conforme os autores, o Vale do Taquari foi colonizado a partir de 1754 por sete casais portugueses, que, conforme já foi analisado anteriormente, receberam terras da coroa de Portugal por meio de concessão de terras, incentivados a formarem grandes estâncias para criação de rebanhos. Com a sua chegada, a região passou a ser conhecida como o povoado de São José do Taquary. Logo eles prosperaram e, com base no trabalho escravizado, passaram a produzir trigo, mandioca, milho e feijão, bem como se dedicaram à extração da erva-mate, madeira e pedras preciosas.

Desse modo, a presença das negras e negros no local está diretamente relacionada à instalação desses imigrantes e à produção dos principais artigos/mercadorias que alavancaram o desenvolvimento econômico da região. De acordo com Silva *et al.* (2017), a presença desses escravizados nos anos de 1797 e 1802, representava cerca de um terço da população da região, e a agricultura era a atividade produtiva mais importante.

Na década de 1840, o Rio Taquari, que fazia a ligação da região com Porto Alegre, foi fundamental para transportar passageiros, e produtos das fazendas da região, bem como promover a circulação, o crescimento e fortalecimento econômico do Vale. Esse percurso de água trouxe para o Vale companhias de navegação, que, além de atender às demandas econômicas, criaram oportunidades de trabalho para os moradores da região (KREUTZ; MACHADO, 2017).

Com o início do século XIX e a aceleração do desenvolvimento econômico local, houve o ingresso do maior número de africanas e africanos na região. Posteriormente, com a queda da produção do trigo, a concorrência na extração da erva-mate do Uruguai e a escassez da madeira para comercializar, os proprietários passaram a lotear e vender suas terras, o que incentivou a imigração alemã na década de 1850 e italiana em 1880 (KREUTZ; MACHADO 2017). Dessa forma, o Morro da Garrafa, atualmente conhecido como Morro São Roque, pertencente ao município de Arroio do Meio, que faz parte do Vale do Taquari, passou a ser habitado, a partir do final do século XIX, por imigrantes europeus alemães e italianos.

No primeiro decênio do século XX, Seu Alcides Geraldo da Silva, que era bem jovem, instalou-se no Morro da Garrafa, atualmente conhecido como Morro São Roque, para começar uma nova vida. Nesse lugar, conheceu o fazendeiro Luiz Pagliarini, que lhe ofereceu trabalho, em troca de moradia e comida. Ele aceitou a oferta e, com o passar do tempo, após se estabilizar na região, formou família, conquistou terras e passou a criar animais, dando origem à Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque. Desde então, essa comunidade se mantém na região com muita luta e resistência, enfrentando, no dia a dia, o racismo estrutural existente no País.

Como se pode observar, grande parte da formação do Brasil se deve aos povos africanos que aqui chegaram e aos seus descendentes. Eles fundaram cidades e fazendas, abriram estradas e contribuíram decisivamente para o crescimento econômico brasileiro por meio de trabalho árduo. Fizeram-se presentes na cultura, na religião, na alimentação, na dança, na língua falada brasileira.

Em suma, embora permaneçam ainda ausentes de grande parte da história oficial, as negras e negros foram essenciais para a constituição da sociedade e do patrimônio cultural do País. O Estado Brasileiro ainda deve muito no que se refere à inclusão das demandas da população negra nas políticas públicas e no reconhecimento de seus direitos à cidadania plena. Além disso, falta muito no sentido de garantir e reconhecer a sua representatividade na sociedade, com sérias e recorrentes manifestações de racismo estrutural.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA

Este capítulo apresenta os caminhos que percorri para realizar a pesquisa no período em que o mundo teve que aprender a conviver com a pandemia. Na época da qualificação, a proposta era realizar o método etnográfico baseado na história oral, por meio de cinco saídas de campo. Em cada saída de campo eu havia previsto pernoitar durante quatro dias seguidos, de sextas-feiras até segundas-feiras. Como ação prevista para a primeira saída, pensei em realizar uma roda de conversa com a comunidade para a apresentação da pesquisa, identificação de potenciais colaboradores, definição de estratégias específicas de contato/interação e para construir um cronograma de trabalho. Nas outras três saídas de campo, eu pretendia realizar os registros audiovisuais e fotográficos, fazer as entrevistas e as rodas de memória, bem como reunir documentos para posterior análise sobre a cidade de Arroio do Meio e a constituição do Quilombo. Na última saída de campo, planejei apresentar os resultados parciais da pesquisa e submeter esses resultados à comunidade. Todavia, em função da pandemia tive que mudar de estratégia e adaptar o caminho investigativo às novas condições, assim, decidi aplicar metodologia de estudos etnográficos e a técnica da história oral por meio de recursos virtuais, utilizando para isso o celular, via *WhatsApp*. Era a única alternativa que restava, considerando ser esse o único modo de acesso à internet que a comunidade dispunha. E foi assim que recebi os depoimentos, alguns por vídeo, outros por mensagens de voz ou de texto.

Para conhecer a região onde a comunidade quilombola São Roque está localizada, realizei pesquisas virtuais, por meio das quais consegui encontrar materiais nas bibliotecas da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) (KREUTZ *et al.*, 2011)¹⁴ e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER-RS/ASCAR) (SILVA *et al.*, 2011), bem como no Museu Público, na Biblioteca Pública Municipal de Arroio do Meio (RIZZI, 2001), e ainda no jornal *O Alto Taquari*¹⁵. Mantive contato por e-mail com os responsáveis por essas instituições, que prontamente me

¹⁴ Documento digitalizado e enviado por e-mail em 26 out. 2020.

¹⁵ Jornal *O Alto Taquari*, sexta-feira, 08 de abril de 1983, p. 05. Documento digitalizado e encaminhado via *WhatsApp* em 03 nov. 2020.

enviaram cópias dos livros e da reportagem que foram utilizadas neste trabalho. Também encontrei notícia no Jornal *A Hora* (2016) e nos *sites* do governo do Estado do Rio Grande do Sul (COMUNIDADE..., 2014), da EMATER-RS/ASCAR (SDR..., 2014), da Prefeitura de Arroio do Meio (SÃO ROQUE/PALMAS..., 2013) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP, 2021).

Devo destacar ainda que a participação que tive na comunidade por meio do Programa Convivências, da Escola de Extensão e de reunião com a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul foram fundamentais para realizar esta investigação.

3.1 Caminho metodológico: percurso investigativo

Como já destaquei anteriormente, optei pela realização de um estudo etnográfico, baseado na técnica da história oral, já que o considerei o meio adequado para obter informações que atenderiam às minhas inquietações e às perguntas deste estudo. Os autores em que encontrei o aporte teórico para o caminho investigativo foram Magnani (2009) sobre estudo etnográfico; Alberti (2004), Freitas (2006) e Santhiago (2008) sobre a história oral; e Minayo (2009) sobre metodologia da pesquisa.

Por meio da etnografia, foi possível entender a comunidade sob o ponto de vista de seus integrantes e conhecer suas narrativas em torno dos acontecimentos que os cercam:

[...] a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Mesmo com a pandemia, esta escolha ainda seria a melhor metodologia para aperfeiçoar e ampliar a minha lente de visão, transformando-a num novo olhar, mais acurado em torno das questões do cotidiano daquelas pessoas. É importante ressaltar, nesse sentido, que as histórias das comunidades tradicionais são registradas na alma e transmitidas oralmente de geração a geração. Essas experiências são captadas pelos indivíduos por meio do olfato, do paladar, da

audição, do tato e da visão. São experiências que não estão registradas em documentos, mas sim construídas pelas vivências e registradas na memória. Optei por realizar um estudo etnográfico por se tratar de uma metodologia adequada à pesquisa que desenvolvi, por seu caráter qualitativo, ou seja, que tem como dados “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21), utilizando para isso a história oral.

Então, a metodologia escolhida me permitiu coletar os dados por meio de entrevistas presenciais e virtuais. Desse modo, os moradores da comunidade puderam apresentar suas histórias, suas experiências, seus sonhos e suas perspectivas, por meio de suas narrativas. A história oral é, sem dúvida, um percurso investigativo apropriado para conhecer o grupo, uma vez que:

[...] a história oral considera que a história abrange a todos – e que todas as experiências individuais são, por isso, históricas. Assim, prestigia o sujeito – qualquer sujeito, tão significativo quanto outro, dentro de seu grupo, como agente histórico (SANTHIAGO, 2008, p. 36).

Na comunidade, todos os indivíduos são considerados iguais entre si. Há respeito e credibilidade na experiência de vida, na memória e na história contada por cada um, em que um complementa a história do outro, como num quebra-cabeças. Ninguém destaca uma história de vida como sendo melhor que a outra, nem que sua história seja a única e verdadeira. Todas as pessoas são protagonistas e igualmente importantes na história da comunidade.

Desse modo, o processo de coleta de dados foi realizado com muita sensibilidade, observação, atenção, cuidado, diálogo, comunicação clara, respeito, autorização prévia, antecedido pelo preenchimento de um Termo de Consentimento Livre¹⁶, cujo modelo consta no Apêndice A. Nele, os sujeitos desta pesquisa rememoraram, reviveram fatos de suas vidas, ativando a “[...] memória lá onde ela não é apenas significado, mas também *acontecimento, ação*” (ALBERTI, 2004, p. 5, grifo da autora citada). Uma das entrevistas foi realizada de forma coletiva, com as pessoas reunidas em rodas de memória, nas varandas dos núcleos familiares, que não passaram de três pessoas, respeitando as medidas preventivas exigidas pela

¹⁶ O projeto de pesquisa foi encaminhado à Plataforma Brasil, sob protocolo nº 3663220.7.0000.5347, tendo sido analisado e aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

pandemia. Todavia algumas, por opção pessoal dos entrevistados, foram realizadas individualmente, em forma virtual.

Segundo Santhiago & Magalhães (2020), os entrevistados apresentam para o pesquisador suas próprias percepções e limitações sobre a realização de suas entrevistas virtuais, porque a mediação à distância pela tecnologia traz para cada pessoa, cada corpo físico, uma série de reações, ações e sentimentos, que resultarão em formas distintas de agir. Sendo assim, os sujeitos desta pesquisa delimitaram e expressaram seus limites, e suas formas de realizar suas entrevistas, seus depoimentos e seus vídeos virtuais, e eu respeitei, aprendi e acolhi todas as formas de produção destas informações, bem como o tempo de suas durações.

Então, durante a pesquisa recebi mensagens de voz gravadas pelo aplicativo *WhatsApp*, que tiveram duração entre 30 segundos a 8 minutos; vídeos enviados via *WhatsApp*, que tiveram duração entre 30 segundos a 12 minutos, e entrevistas realizadas e gravadas no *Google Meet* e *WhatsApp* (mensagem de voz) que tiveram em média 35 minutos. Começarei a descrever as formas escolhidas pelo Seu Ailton, que utilizou o aplicativo *WhatsApp* para enviar seus depoimentos. Ele tinha muita facilidade em gravar mensagens de voz, mas em seu depoimento gravado em vídeo, levou mais tempo para produzir e me enviar. Na gravação do vídeo ele precisou contar com a ajuda de sua filha mais nova para gravar o seu depoimento, que aconteceu em frente à casa de seus pais, Seu Darci e Dona Maria Rita. Segundo o seu relato, eles repetiram mais de 10 vezes, para que a gravação ficasse do jeito que ele queria. Dona Erenilda também contou com a ajuda de sua filha para gravar seu depoimento. Percebi que estava muito nervosa no início da gravação, preocupada em lembrar-se de todas as respostas do roteiro da entrevista. E, no momento em que ela foi falando, mais ou menos na metade da gravação, já estava mais tranquila e acabou falando mais sobre o que desejava. Já nas entrevistas realizadas no *Google Meet*, tive que acompanhar o drama de Dona Eliana em não conseguir ligar a câmera do aplicativo no celular, já que quem sabia fazer isso era sua filha, que não estava em casa. Tentei ajudá-la a ligar a câmera, mas não tive sucesso, então realizamos toda a entrevista sem ela aparecer na tela. Tive que respeitar o desejo do Carlos Eduardo e Mayra, de falarem com a câmera focada no teto da cozinha de sua casa, porque estavam tomando café, e estavam com vergonha de aparecerem, naquele momento, na gravação. Tive que ser rápida em me adaptar e respeitar o desejo da Dona Loni, quando disse que não queria fazer a

sua entrevista no *Google Meet*, na hora em que passei o link da sala do nosso encontro para ela. Ela me disse que preferia fazer a entrevista pelo *WhatsApp*, em mensagem de voz, porque era a forma que se sentia mais à vontade. E compreender e apoiar a entrevista realizada com a Franciele no *Google Meet*, onde ela passou toda a entrevista deitada na cama, porque estava muito cansada com o peso da barriga de 38 semanas de gestação.

Desta forma, um aspecto muito importante a ser registrado é que, com a pandemia, a comunicação virtual e as redes sociais substituíram os espaços e os contatos físicos. E foi no aparelho celular, via *WhatsApp*, *Google Meet* e *Messenger*, que encontramos, em conjunto, a solução para dinamizar nossas conversas:

Estes recursos estendem a função que o telefone desempenhou no passado, encurtando distâncias e permitindo a construção e a manutenção de laços afetivos, se for o caso. Não deve escapar ao pesquisador sua inserção em uma cultura em que aplicativos e plataformas interconectam indivíduos, inclusive viabilizando novas relações de amizade, amor e sexo (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020 p.11).

O roteiro das entrevistas foi organizado considerando como pauta principal a análise do patrimônio cultural da Comunidade, conforme consta no Apêndice B, tendo em vista os objetivos propostos no início deste trabalho. E, para a entrevista presencial, realizada em fevereiro de 2021, tornar-se mais atrativa e interessante, utilizei-me dos registros fotográficos feitos durante o programa *Convivências*, bem como de uma reportagem e um vídeo da comunidade disponível na internet¹⁷.

Pude conhecer, por meio dos depoimentos individuais, a história da fundação da comunidade, bem como a sua estruturação, suas lutas, suas formas de resistência, de integração com o meio ambiente. Também percebi, por meio da oralidade, a relação com o poder público, e conheci os elementos que constituem o patrimônio cultural da comunidade, já que o método é muito útil para “[...] o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial” (FREITAS, 2006, p. 80).

Tais depoimentos, expressões da memória individual, são estratégias de reconstrução da memória coletiva. Os sujeitos, por meio dos fatos que aconteceram

¹⁷ Jornal *O Alto Taquari*, sexta-feira, 08 de abril de 1983, p. 05. Documento digitalizado, e encaminhado via *WhatsApp* pela Sra. Rejane, funcionária do jornal, e vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MHRWI_S6_sE. Acesso em: 04 jan. 2021.

no decorrer da história social do grupo, de suas vidas pessoais, de suas experiências, apresentaram o significado desses fatos para a constituição da comunidade. Momentos do passado que foram vividos, experimentados e que contribuíram para a formação e manutenção do grupo e de suas vidas são revividos em suas narrativas.

Para este estudo, eu necessitava coletar as histórias contadas pelas pessoas, as verdades deles, e não as histórias contadas de quem mora fora da comunidade. Estas últimas, constantes em uma entrevista de jornal (O ALTO TAQUARI, 1983) e em livros (KREUTZ *et al.*, 2011; RIZZI, 2001; DAROS *et al.*, 2007), não representavam a visão do Quilombo, e sim de quem produziu o material. Já a metodologia da história oral, por seu turno, serve para as vozes serem ouvidas:

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia, sobretudo, fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário (FREITAS, 2006, p. 79-80).

A ação da memória é a memória em ação, o vivido, em conjunto com o mítico. Existem e convivem diversas verdades, não só a imposta pela história oficial, mas a história do ponto de vista dos diversos grupos sociais que formam este país. Cada um tem suas verdades e seus mitos, em que “[...] o discurso oral – natural e espontâneo – é muito mais detalhado e expressivo, ao passo que o discurso escrito é mais formal, elaborado e estereotipado” (FREITAS, 2006, p. 62).

A cada escuta, no período da transcrição, conheci mais profundamente a tradição, o território, os saberes, a religiosidade, enfim, aquilo que reúne a cultura da comunidade. As falas e a minha escuta não aconteceram no mesmo período, mas, mesmo assim, possibilitaram-me imaginar, sentir e estar efetivamente junto com as pessoas. Aprendi também com Freitas (2006, p. 72) que a história oral também se torna um método de respeito e valorização das “[...] diferenças individuais numa sociedade cada vez mais massificada [...]”, bem como o respeito a cada integrante do grupo.

Aprendi a aguçar a minha audição e a minha imaginação, e entendi que existem outras formas de fazer pesquisa etnográfica, de falar com as pessoas. Compreendi que, mesmo distantes por causa da pandemia, estávamos muito juntos,

descobrir novos recursos para que a pesquisa se tornasse possível. E, acima de tudo, para que não perdesse a esperança de elaborar, junto com eles, um projeto acadêmico. Tive que me recriar, reformular-me e oxigenar conceitos, para, com a tecnologia, vencer a distância. É claro que, em vários momentos, as redes de comunicação falharam, mas, com o esforço de cada um, pudemos retornar aos pontos que nos interessavam.

Com a pandemia, os primeiros colaboradores foram o presidente e a vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, que ajudaram na definição e nas estratégias de contato/interação com os demais integrantes do Quilombo. Uma das coisas mais interessantes que percebi, durante a pesquisa, foi a forte união da comunidade em torno de sua associação. É por meio dela que todos lutam por suas reivindicações e são representados fora de seu território, junto ao poder público e econômico local. Isso corrobora o que Freitas (2006) destaca: que os centros comunitários e associações de bairro são importantes ferramentas para compreender o espírito do grupo e reconstruir a história local. E, à medida que íamos conversando, fui obtendo o contato telefônico dos sujeitos da pesquisa, ampliando o campo de entrevistados. Tive que alterar o cronograma de trabalho, porque os retornos não estavam chegando rapidamente, por diferentes motivos, dentre eles o sinal da internet, que é bastante difícil no morro São Roque. Todavia, além disso, em função da pandemia surgiram prioridades de sobrevivência que os afastava da pesquisa, como a busca por alimento, a aflição pelos pagamentos das principais contas do mês, restando a conta do celular para segundo plano.

Enfim, enquanto a pandemia se firmava cada vez mais no Rio Grande do Sul, eu tive que dar prosseguimento à pesquisa. Como a região toda estava em bandeira preta, não havia como ir até a comunidade, mas eu não podia desistir. Desse modo, no dia 03 de março de 2021 foram realizadas quatro entrevistas pelo *WhatsApp*. Mesmo assim, tive retornos tímidos, e então criei nova estratégia: em 18 de março de 2021, resolvi encaminhar o levantamento dos possíveis bens culturais (Quadro 3), que foram apontados pelos sujeitos da pesquisa nas entrevistas enviadas pelo *WhatsApp* e aquelas realizadas durante a visita de campo. A minha intenção era fazer com que cada pessoa apontasse qual seria o bem que representava a comunidade. Nesse sentido, os bens apontados pelos sujeitos da pesquisa foram classificados nas categorias indicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016), para a realização de um Inventário Participativo,

que são: celebrações, formas de expressões, lugares e saberes. Mas tive somente um único e tímido retorno de um só núcleo familiar. Acredito que não me expressei bem, não me fiz entender. Então, em 12 de abril de 2021, resolvi reunir um grupo no *WhatsApp* com os sujeitos da pesquisa para esclarecer as dúvidas e solicitar novamente que apontassem os bens que representam a comunidade. Eis então os sujeitos que constituem o meu campo etnográfico:

Quadro 2
Sujeitos da pesquisa no Quilombo de São Roque

Nome	Idade
Ailton Roque da Silva	53 anos
Carlos Eduardo da Silva	24 anos
Eliana Luciana Voigtlander	40 anos
Erenilda da Silva	49 anos
Franciele Aparecida da Silva	24 anos
Gilberto da Silva	56 anos
Loni Maria da Silva	54 anos
Mayra Ribeiro da Silva	20 anos

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2021).

Ao organizar o grupo de *WhatsApp*, no início de abril de 2021, o retorno que tive foi listado nos seguintes itens, que procurei seguir por se tratarem dos elementos previstos na realização de um Inventário Participativo:

- Celebrações: devoção à Virgem Imaculada Conceição;
- Formas de expressão: dança africana *Amaé Axé*;
- Lugares: casa de Seu Dárcio Geraldo e de Dona Maria Rita;
- Saberes: conhecimento e uso das ervas curativas.

O Inventário Participativo é uma metodologia criada e utilizada pelo IPHAN para identificar, classificar e documentar os bens culturais dos grupos sociais

formadores da diversidade cultural brasileira. Com a Constituição Federal (1988) a sociedade passou a ser um ente fundamental/essencial para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, que deixou de ficar somente a cargo do Estado. No ano de 2000 foi assinado e aprovado o Decreto 3551/2000¹⁸, que Instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Nesse mesmo ano, em decorrência do referido Decreto, foi criado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é um método etnográfico que inclui as seguintes etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação de bens patrimoniais imateriais. O registro dos bens patrimoniais culturais é feito pelo IPHAN nos Livros de Registro dos Saberes, Livros de Registro das Celebrações, Livros de Registro das Formas de Expressão, Livros de Registro dos Lugares e Livros de Registro de Objetos.

O Inventário Participativo se constitui numa vertente do INRC, que nasceu como um produto pedagógico intitulado *Educação Patrimonial: manual de aplicação* (2013) do Programa Mais Educação, uma parceria do IPHAN com o Ministério da Educação, para ser utilizado em comunidades escolares, tendo como objetivo a educação de alunos para que identificassem os bens culturais que representassem suas identidades, e as características da comunidade em que viviam. Mas a utilização dessa publicação se ampliou, uma vez que diversos grupos sociais também a utilizaram para identificarem, apontarem e registrarem seus bens culturais (SILVA, 2020).

Com a expansão da utilização dessa publicação, o IPHAN resolveu ampliá-la, e lançou o documento *Educação Patrimonial: inventário participativo* (2016), com o objetivo de atender aos diversos grupos sociais que estavam interessados em identificar, elencar, sistematizar e divulgar seus bens culturais. Nele, são apresentadas as etapas necessárias para realização de um Inventário Participativo, orientando a implementação de cada uma delas, para que, posteriormente, possam ser solicitados ao IPHAN os registros de seus bens patrimoniais.

¹⁸ BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000** [Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Inventário participativo é uma ferramenta que fomenta a reflexão, o conhecimento, o saber, os valores e as tradições de um determinado grupo. Promove a união de pessoas que possuem pontos de vistas, opiniões e visões diferentes em relação à vida, ao bairro, e às referências culturais que representam o grupo. Valoriza as memórias, histórias locais e práticas do cotidiano, em que todos os participantes, mesmo tendo olhares e experiências diferentes daquelas do cotidiano da comunidade, chegam a um consenso para fortalecer e empoderar o grupo em busca de reconhecimento e atendimento às políticas públicas, ao fortalecimento do desenvolvimento local, reafirmando a identidade do grupo perante à sociedade, garantindo a cidadania. Desse modo, reaproxima as pessoas da comunidade, bem como apoia e dá visibilidade aos diversos grupos culturais de uma comunidade.

Inventariar é uma forma de estudar, colher e sistematizar dados. O Inventário Participativo, por sua vez, é uma metodologia que possibilita pesquisar, coletar e registrar, além de conhecer melhor a cultura, as tradições, e a identidade de um grupo social, ou seja: “Fazendo o inventário, é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela” (IPHAN, 2016, p.8).

A fim de realizar o Inventário Participativo, deve-se conhecer detalhadamente o território e as lideranças do grupo onde se pretende aplicá-lo, por meio de documentos, matérias de jornais, fotografias, registros em livros. Após esse estudo, é essencial entrar em contato com as lideranças locais para apresentar a proposta de realização de um Inventário Participativo na comunidade. A seguir, é fundamental que o grupo seja consultado sobre o interesse em realizá-lo para (re) conhecer, valorizar, identificar, sistematizar, e divulgar seus bens culturais. Se a resposta do grupo for positiva, então se procede a um estudo mais aprofundado sobre a história, a formação da comunidade e do território. Após essa etapa, inicia-se a realização de diversas reuniões com os líderes comunitários e com a comunidade em sua integralidade, se possível. Tais reuniões têm como objetivo apresentar o estudo pretendido com o Inventário Participativo, que inclui propor reflexões sobre apropriação do conceito de memória, identidade, cultura, patrimônio cultural, participação comunitária, inventário participativo, além de apresentar e reconhecer a

diversidade de pensamentos, visões, opiniões e do significado de cultura existentes no grupo.

Após essa etapa de reconhecimento mais profundo do grupo, serão realizadas reuniões de planejamento do Inventário Participativo, para delimitar qual resultado o grupo deseja com a sua aplicação, mapear ferramentas, apontar recursos necessários, elencar as metodologias a serem adotadas para a sua realização (na coleta e registro de dados, na apresentação de resultados, na organização e divulgação das informações registradas), escolher os agentes/mediadores da comunidade que irão realizar as atividades de campo para a coleta de dados por meio da oralidade, de documentos, como por exemplo, fotografias, matérias de jornais, cartas, poesias, ou outra forma que a comunidade decidir colher dados.

Também serão realizadas reuniões para decidir como serão realizadas as capacitações dos agentes/mediadores patrimoniais da comunidade, selecionadas pelo grupo; além das atividades de campo que serão realizadas para a coleta de dados. Estes agentes/mediadores também serão os observadores da metodologia de coleta, e, em conjunto com a comunidade, decidirão se os objetivos do Inventário Participativo traçados pelo grupo estão sendo alcançados, ou não. Os agentes/mediadores poderão realizar entrevistas semiestruturadas, depoimentos, rodas de memória. O agente/mediador anotará todas as informações de suas atividades em diários de campo, em filmagens, em gravações de vozes, em fotografias, em desenhos. Estas são apenas algumas formas encontradas pelos agentes/mediadores de registro das informações coletadas.

A seguir, se põe em prática o planejamento decidido pelo grupo. Entre as atividades previstas para esta etapa constam as capacitações dos agentes/mediadores patrimoniais e a realização das atividades de campo na comunidade, que poderão ser rodas de memória, entrevistas semiestruturadas, depoimentos, entre outras. Depois da capacitação, os agentes/mediadores passam a coletar dados, identificando, elencando e registrando os bens culturais apontados pela comunidade. Antes do agente/mediador sair a campo, ele fará um mapeamento das pessoas detentoras da história, da memória da comunitária, para começar seu trabalho com essas referências locais.

Após as entrevistas, os agentes/mediadores poderão realizar atividades em escolas, associações, grupos esportivos, artísticos e demais instituições sociais, para colher dados sobre os bens culturais do grupo, registrando todas as informações coletadas. Após esse amplo levantamento, o agente/mediador patrimonial documentará todas as informações colhidas nas atividades que realizou e promoverá novas reuniões com a comunidade. Tais encontros terão como objetivo apresentar o resultado das pesquisas para o grupo, para serem debatidos. Desse modo, esses encontros possibilitarão a identificação, e o registro dos bens patrimoniais do grupo, onde cada morador poderá se expressar, para escolherem os bens patrimoniais que irão representar a identidade da comunidade.

Como o Inventário Participativo não é estático, ele vai se adaptando conforme a ação do agente/patrimonial e perspectiva do grupo. Mediante acordo, as atividades poderão ser alteradas a qualquer momento, para que o objetivo seja atingido com sucesso. Sendo assim, o agente/mediador patrimonial comunitário divulgará os resultados parciais do Inventário Participativo para os entrevistados e para a comunidade. Isso poderá ser feito por meio de uma apresentação virtual utilizando o programa *Power Point*, ou mesmo uma atividade artística cultural, como uma peça de teatro. A importância da socialização do resultado de seu trabalho é que, com isso, demonstra o respeito e gratidão pelo grupo, além de revelar a existência da diversidade cultural existente dentro da comunidade. Desse modo, a publicização dos resultados promove o respeito à preservação da diversidade cultural da região, que formam a identidade do grupo.

A próxima etapa será sistematizar as informações dos dados aprovados pelo grupo, numa forma a ser escolhida por todos por meio de reuniões, e poderá ser feita, por exemplo, em documentos físicos como cartilhas, histórias em quadrinhos, álbuns, como também em meio digital, fotografias, depoimentos, documentários, livros digitais, sites, ou, ainda, por meio de atividades artísticas culturais como exposições itinerantes ou fixas, peças de teatro, ou mesmo saraus de poesia.

A organização e conservação das informações colhidas é muito importante, e o agente/mediador patrimonial comunitário deverá encontrar formas, em conjunto com o grupo, para que os dados coletados e sistematizados não se percam com o

tempo, e que fiquem disponibilizados para futura consultas, além de poderem ser enriquecidos com novas informações em pesquisas futuras.

A divulgação dos resultados do Inventário Participativo é essencial para o seu (re)conhecimento, valorização e empoderamento pela comunidade. É desejável também que seja divulgado entre outros grupos sociais para que seja respeitado e reconhecido, bem como seja utilizado como ferramenta para formação do patrimônio cultural da região, podendo assim incluir novos agentes de preservação da cultura.

Portanto, a realização de exposição na comunidade e fora dela, por meio de peças de teatro, apresentação de atividades culturais, criação de páginas nas redes sociais como Facebook, Instagram, Youtube são ações que promovem “[...] a democratização e difusão da informação [...]”, e mediam/promovem “[...] o intercâmbio de experiências e dos resultados obtidos na realização dos inventários” (IPHAN, 2016, p. 23).

Trata-se de uma ferramenta que promove e estimula a participação de todas as pessoas de um grupo social na sua construção, com suas memórias, com suas histórias, com seus pontos de vista, chegando a um consenso, respeitando e reconhecendo a si e ao outro para que o grupo tenha um resultado que seja o espelho do que a comunidade espera com a sua aplicação (Organização dos Estados Ibero-americanos, 2016)

Assim, o documento *Educação Patrimonial: inventários participativos*, (IPHAN, 2016) contém reflexões e explicações, questionários e formulários detalhados e autoexplicativos para a realização de um Inventário Participativo, que me permitiram utilizá-lo como referência para a realização desta pesquisa, mesmo em plena pandemia. Portanto, devo a esta publicação, às ações museais e aos diálogos virtuais possibilitados pelos aplicativos e redes sociais, o suporte necessário para identificar, documentar e classificar os bens culturais da comunidade estudada.

Desse modo, ficou registrado o que representa a identidade e a cultura da comunidade, a partir das restrições metodológicas exigidas pela pandemia, e, como se tornou impossível uma imersão na comunidade para realizar o inventário

participativo, de acordo com metodologia prevista pelo IPHAN (2016)¹⁹, selecionei aquelas que foram apontadas em mais de um depoimento, ou melhor, foram apontadas três vezes. A partir desse retorno, tentei fazer uma roda de memória virtual, em maio de 2021, que não aconteceu.

Roda de memória é uma metodologia que visa recuperar as histórias de um indivíduo e de um grupo social, onde os participantes, em rede, se unem presencialmente, em círculo, para dialogarem livremente, lembrando, compartilhando e valorizando histórias, valores, costumes, práticas do cotidiano, saberes, tradições. Segundo Escobar (2017) elas tratam, na verdade, de rodas de lembrança:

As rodas de lembranças, rodas de conversas, rodas de poesia, rodas de capoeira, rodas de samba, rodas de memória fazem parte do que se conhece como patrimônio imaterial, que se materializa em eventos com objetivos semelhantes, traduzindo sentimentos de um grupo que se reúne para compartilhar músicas, melodias, religiosidade, superstições, crenças, danças, poesias, histórias, com uma motivação a mais para se encontrar, se comunicar e se fazer ouvir em meio à roda que faz a girar a vida... ou a vida que gira em torno da roda? (ESCOBAR, 2017, p. 211-212).

Trata-se de uma metodologia utilizada por museus comunitários e ecomuseus para unir, empoderar, reconhecer e preservar histórias, saberes, ofícios, de comunidades tradicionais urbanas ou rurais, reconhecendo, assim, a pluralidade cultural de nosso País. Esta metodologia, também é utilizada na museologia social para identificar, elencar e documentar os bens imateriais, e materiais de um grupo social.

As primeiras rodas de memórias que participei na comunidade foram realizadas no período do Programa Convivências, em 2019, onde cada morador apresentou a história, a trajetória de sua vida, e da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, por meio da memória, e da troca de lembranças entre as pessoas participantes da roda. Posso afirmar que foram momentos de muito aprendizado. Em decorrência da pandemia, na única saída de campo realizada, foi possível realizar uma roda de memória na varanda da casa de 03 famílias. E o

¹⁹ IPHAN (2016). Orientação de preenchimento das fichas. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

objetivo das rodas de memória foi realizar uma rede que aflorasse as histórias e as lembranças de lutas, de resistência, de união, de conquistas, de saberes, de tradições, de religiosidade e resiliência dos sujeitos da pesquisa, do grupo familiar e da comunidade.

As rodas de memórias foram fundamentais para a realização desta dissertação, porque elas proporcionaram aos sujeitos da pesquisa uma participação ativa, crítica, concordando, ou discordando dos resultados que foram surgindo dos bens patrimoniais da comunidade. E muitas conversas e discussões com, e entre o grupo, sobre as histórias e bens culturais da comunidade aconteceram virtualmente, pelo *Whatsapp*, onde foi possível a formação de uma rede de memórias e lembranças virtual.

Então, com os dados assim obtidos, resolvi fazer quatro fichas²⁰ de registro de elementos patrimoniais, disponibilizadas pelo IPHAN (2016), constantes do Apêndice C para esse fim, nas quais constam os elementos a serem utilizado em um futuro inventário participativo do patrimônio cultural da comunidade. Para organizar e preencher as fichas, falei novamente com os sujeitos que participaram desde o início da pesquisa com depoimentos virtuais e presenciais. Mantive conversas virtuais pelo *Google Meet* com o casal Mayra e Carlos Eduardo (30 maio 2021), com Dona Eliana (03 jun. 2021) e com Franciele (06 jun. 2021). Nessas ocasiões, conversamos mais detalhadamente sobre os quatro elementos que surgiram nos depoimentos, e que foram mencionados por mais de três pessoas. Na segunda quinzena do mês de junho de 2021, eu me havia programado para fazer mais uma visita de campo na comunidade. Mas tive que cancelar ao receber uma ligação no dia 14 de junho, do vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, informando que a comunidade estava de quarentena, porque uma moradora testara positivo para COVID-19. Com essa notícia, tive que mudar minha estratégia, voltando para a comunicação virtual. Assim, nos dias 18 e 19 de junho de 2021 consegui manter conversas por mensagens de voz pelo *WhatsApp* com Dona Loni e Seu Gilberto. E, no dia 29 de junho de 2021, recebi uma mensagem de texto de Dona Erenilda, por

²⁰ IPHAN (2016). **Fichas das Categorias Patrimônio Imaterial** – IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Fichas_do_Inventario__Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

meio do *WhatsApp* de seu afilhado, informando que concordava com os conteúdos descritos nas fichas.

Na mesma data, à noite, conversei com Seu Ailton, por telefone, que me disse qual era a metragem da casa de Seu Dárcio e Dona Maria Rita, e comunicou que concordava com as informações constantes nas fichas. Todos eles, de uma forma ou de outra, ajudaram-me a preencher os formulários do IPHAN (2016), que constam no Apêndice C, já referido. E, desse modo, pude imergir ainda mais na vida de cada pessoa, bem como na vida da comunidade. Esses momentos também me permitiram perceber que os formulários de identificação de bens culturais imateriais do IPHAN (2016) são limitados para a quantidade de informações que cada bem traz consigo, além de não demonstrarem a dimensão da importância e do valor que determinados bens culturais possuem para a comunidade.

3.2 Caminho documental: Arroio do Meio

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque pertence ao município de Arroio do Meio, região que passou a ser povoada em 1850, quando o Capitão Francisco Silvestre Ribeiro comprou as terras da Fazenda São Caetano e ganhou outras da Coroa Portuguesa. Ele iniciou suas atividades econômicas na fazenda, utilizando para isso mão de obra escravizada. Com o desenvolvimento e povoamento da região, em 1853 foi fundada a Colônia de Arroio do Meio (ARROIO DO MEIO, 2020).

Durante as décadas de 1860 e 1870, o povoado era conhecido como Nossa Senhora do Auxílio da Barra do Arroio do Meio, e pertencia à cidade de Taquari. Esse período foi marcado pela chegada de famílias de imigrantes alemães, italianos e de outras etnias, que, junto com os já moradores da região, povos originários indígenas, africanos, afrodescendentes e portugueses, formaram a população e forjaram as características da identidade cultural da cidade com suas influências. Todavia, a imigração alemã e italiana foi predominante na região de Arroio do Meio, cuja padroeira é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tendo se emancipado de Lajeado pelo decreto estadual n. 5759 de 28 de novembro de 1934 (ARROIO DO MEIO, 2020).

O nome do município se origina pela posição geográfica, entre os três arroios da região: o Grande, o do Meio e o Forqueta, e, como a cidade está situada próxima

ao arroio do Meio, foi batizada com o seu nome. Na Figura 3, observa-se a localização da cidade, cuja altitude é 43 metros acima do nível do mar e possui clima subtropical úmido (TUDO SOBRE ARROIO DO MEIO, 2021).

Figura 3

Localização do município de Arroio do Meio no Rio Grande do Sul



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arroio_do_Meio. Acesso em: 10 mar. 2021.

Seu território é bastante acidentado, com algumas várzeas e planícies muito férteis, mas no geral o terreno apresenta oscilações, com elevações e montes que variam dos 200 m aos 560 m; como por exemplo, o Morro Gaúcho, que tem uma altura aproximada de 545 metros, e o Morro São Roque, cuja altura se aproxima de 500 m (REMPEL; MAJOLO, 1999). O município é banhado pelos Rios Taquari e Forqueta²¹, e seus circunvizinhos são os municípios de Colinas, Estrela, Lajeado, Forquetinha, Marques de Souza, Travesseiro, Capitão, Encantado e Roca Salles, como demonstra o mapa da Figura 4.

²¹ Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Arroio+do+Meio+-+RS/@-29.4065099,-51.9718837,2494m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x951c5e508247c975:0x1dd6b37e23a2ce35!8m2!3d-29.3964309!4d-51.9484066>. Acesso em: 17 abr. 2021.

3.3 Caminho vivido: a comunidade

Ao fechar meus olhos, ainda sinto o cheiro do mato, o canto dos pássaros e a brisa no rosto. Na minha memória ainda está registrada a paisagem da região onde está localizado o quilombo, sua vegetação nativa, o território íngreme e circundado por montes de diversas alturas, como mostra a Figura 5.

Figura 5

Vista da Estrada Linha São Roque que atravessa a comunidade



Fonte: Luana Maia (2019).

Distante 121 quilômetros de Porto Alegre, o território da comunidade está localizado no Morro São Roque, a 500 metros de altura (RIO GRANDE DO SUL, 2020), a 13 quilômetros do centro da cidade de Arroio do Meio e a 2 quilômetros da estrada principal do distrito de Palmas.

Quando chegamos ao final da estrada principal do distrito de Palmas, deparamo-nos com o início da estrada Linha São Roque (Figura 6). Trata-se de uma paisagem que me encanta com a sua beleza. Para chegarmos ao Quilombo, percorremo-la por 2 km.

Figura 6
Início da Estrada Linha São Roque



Fonte: Ramon Moser – Acervo DEDES/PROEXT (2019).

A simplicidade, o acolhimento e a gentileza dos seus moradores, 17 famílias que residem no morro de São Roque, são suas características muito próprias. Todos descendem do senhor Alcides Geraldo da Silva e da Sra. Maria da Gloria de Souza, que receberam de doação 11,6²² hectares de terras no morro São Roque na década de 1920.

De acordo com relato oral de Ailton Roque da Silva, atual vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, o Quilombo teria sido fundado por seu avô, Alcides Geraldo da Silva:

Ele fugiu da fazenda dos Bottega, onde realizava trabalhos forçados, e se refugiou no morro de São Roque. E foi no morro de São Roque, que Vovô Teobaldo se instalou. Trabalhador do campo, livre, empregado da fazenda do sr. Luiz Pagliarini e, curandeiro²³, reconstruiu sua vida e formou sua família. Era um curandeiro renomado por essa região, e em uma de suas curas ajudou o dono da fazenda em que trabalhava a se curar de uma doença muito grave, e por gratidão esse senhor fez a doação de 11,6 hectares de terras que hoje formam o quilombo (relato de Ailton Roque da Silva à equipe do Programa Convivência, em 04 fev. 2019).

²² Seu Ailton Roque da Silva, entrevista concedida à pesquisadora por telefone em 11 jul. 2021.

²³ A terminologia de *curandeiro* é a utilizada por Seu Ailton para designar o trabalho do avô: a pessoa responsável em curar as doenças por meio de seus saberes sobre plantas medicinais.

O título de 11,6 hectares, segundo relato de Dona Eliana Luciana Voigtlander da Silva, atual tesoureira da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, foi conquistado, não só por gratidão, mas também por pagamento de muito trabalho pesado: “O vô cortava lenha, fazia carvão, fazia talha de lenha pra vender, trabalhava na roça, fazia todo tipo de trabalho duro para ajudar o casal Pagliarini” (relato de Eliana Luciana Voigtlander da Silva via *WhatsApp* em dezembro de 2020).

A doação foi registrada em cartório e escriturada em nome de Seu Alcides Geraldo da Silva, que ficou com a posse da terra assim que o casal Pagliarini faleceu, já que não tinham filhos. Seu Alcides e Dona Maria da Glória se uniram, tiveram dez filhos, segundo os depoimentos, e viveram no território até suas mortes. Dona Maria da Glória morreu aos 60 anos e Vovô Teobaldo faleceu com 112 anos.

Seu Alcides passou a ser conhecido na região de Arroio do Meio como Teobaldo Curador, ou Negro Teobaldo, o Curador. Nasceu em 05 de abril de 1872, em Paverama, município de Taquari. Viveu em Paverama, Picada Boa Esperança (atualmente município de Vespasiano Corrêa), Roca Salles e Alto Palmas (distrito de Palmas) em Arroio do Meio. Trabalhou em serrarias, olarias, conservação de estradas, foi pedreiro, lenhador e, por último, ervanário²⁴ e benzedor por mais de vinte anos. Em uma reportagem ao jornal *O Alto Taquari*²⁵, Seu Alcides revelou que aprendeu o poder curativo das ervas com sua mãe Laura Francisca da Rosa, Dona Laurinda, como carinhosamente a chamava. O seu conhecimento com as ervas fez com que conhecesse os municípios de Arroio do Meio, Lajeado, Roca Salles, Estrela e outras regiões, às quais se deslocava para benzer e curar as pessoas que lhe solicitavam ajuda. Saía de casa com sua pasta preta, repleta de chás em folha e em pó, xaropes caseiros, infusões de ervas, sempre com seu companheiro burrico (*O ALTO TAQUARI*, 1983).

Optei por colocar as fontes orais, porque precisava escutar, conhecer e entender a história da comunidade, pela comunidade. De oito relatos transcritos, seis deles abordaram a mesma versão de fundação da comunidade e da aquisição do território. Os outros dois sujeitos eram mais jovens e disseram que não tinham

²⁴ Termo utilizado pelas pessoas da comunidade quilombola de São Roque quando se referem à pessoa detentora do conhecimento das ervas curativas.

²⁵ Entrevista dada por Seu Alcides Geraldo da Silva para o jornal *O Alto Taquari*, sexta-feira, 08 abr. 1983, p. 05. Imagem enviada por *WhatsApp* por Isoldi Bruxel, jornalista e diretora do jornal, em 03 nov. 2020.

um maior conhecimento sobre a formação da comunidade. A esse respeito, cito Minh-ha (2015a, p. 30), segundo quem: “Por um lado, a verdade é produzida, induzida e estendida de acordo com o regime que está no poder. Por outro, a verdade encontra-se por entre todos os regimes de verdade. Como diz a fábula, o que eu te disser três vezes é verdade”.

A comunidade é formada por pequenos agricultores, que trabalham nas roças, nas quais, de forma individual, plantam milho, aipim, feijão, banana, batata, batata-doce, abóbora, hortaliças. Alguns criam gado leiteiro, mas a maioria cria aves e suínos para consumo e comercialização, principalmente de frango e ovos. Utilizam frutos nativos na alimentação, entre os quais pitanga, abacate, laranja, bergamota, amora, ingá, etc. Antigamente utilizavam também como fonte de renda o corte de pedras, em pedreiras próprias e da produção de carvão, atividades agora suspensas, embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Na comunidade, não há um programa de incentivo à geração de renda, o que faz com que os jovens procurem trabalho no comércio e indústrias próximas.

O terreno na região é irregular, ou seja, desnivelado, assim, as moradias geralmente são feitas em cima de pilares em toras de madeira, alvenaria de tijolos maciços ou de concreto. Como as famílias participaram do programa RS Rural²⁶, entre 2003 e 2005, que visava a reforma e construção das casas das comunidades quilombolas, as residências do território são mistas. As paredes das casas são de madeira e/ou alvenaria, rebocadas ou não, sendo as partes de madeira pintadas, enquanto os prédios de alvenaria não. Os pisos são de cerâmica, madeira ou cimento, e as telhas são de fibrocimento, telha francesa ou zinco. Já os banheiros das casas são de alvenaria, algumas revestidas de azulejos, com piso de cimento reguado ou cerâmica. Percebe-se também que a maioria das propriedades não tem muro ou cercas de divisão entre si.

²⁶ O Programa RS Rural, mantido pelo governo do estado do RS, tinha como objetivo atender “[...] agricultores e pecuaristas familiares, agricultores assentados, pescadores profissionais artesanais, povos indígenas e comunidades de remanescentes de quilombos” (BRANDÃO, 2005, p. 61). As ações dos projetos eram definidas pelas comunidades. Os projetos contemplavam a construção de infraestrutura social, como construções ou reformas de casas, redes de abastecimento de água, saneamento básico, construção de banheiros, centros comunitários, geração de renda, como a instalação de agroindústrias, aquisição de implementos agrícolas, animais de tração ou matrizes - manejo dos recursos naturais, como a cobertura de solo, controle de enxurradas, reciclagem de resíduos, recuperação da vegetação nativa (RIO GRANDE DO SUL, 2021, doc. eletrônico).

Em todas as residências há água potável e energia elétrica, pertencente à rede pública. No ano de 2013, com a parceria entre Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a AES-SUL Distribuidora de Energia S/A e a Prefeitura de Arroio do Meio, foi perfurado um poço artesiano para a instalação de uma rede hídrica, tendo sido assim garantido o abastecimento de água potável para todas as famílias que vivem no morro de São Roque. O sistema de esgoto, por sua vez, é feito através de um sistema de fossas.

No território quilombola não há escola e nem posto de saúde. A escola de ensino fundamental mais próxima, que oferece até o quinto ano do ensino fundamental, fica a dois quilômetros da comunidade. As crianças e adolescentes, que desejam seguir os estudos após o quinto ano, devem passar a estudar numa escola que fica no centro de Arroio do Meio, distante 13 km da comunidade.

Até hoje se identificam adultos com o ensino fundamental incompleto. Em 2019, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra do Forqueta disponibilizou sete vagas para a comunidade no Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), para o ano de 2020. Embora tenha fornecido transporte, com a pandemia as aulas aconteceram de forma virtual, não tendo sido necessário. Porém, pela falta de recursos tecnológicos, sem internet nem celular compatível, os sete alunos da comunidade não conseguiram dar continuidade aos estudos nesse formato (MUNICÍPIO..., 2019).

O Posto de Saúde localiza-se na estrada principal de distrito de Palmas, a três quilômetros do Quilombo, e o hospital mais próximo está a 30 quilômetros. Embora a Prefeitura tenha disponibilizado um agente de saúde, hoje não há mais. Em março de 2021, a comunidade recebeu a vacina contra a COVID-19, aplicada por agentes de saúde que foram até a região com esse propósito. Em seu cotidiano, utilizam os quilombolas plantas medicinais e benzeduras para quase todos os males, e contra COVID-19 não foi diferente, pois passaram a tomar *o chá da confusão*, uma mistura de 70 a 80 ervas com cachaça e que, segundo Dona Loni:

Tem de tudo um pouco. Usei a mistura que eu fiz pro meu menino e também fiz uma batida de mel de abelha, babosa, alho, creolina e limão. Foi o que eu dei para ele e que consegui salvar ele, que estava com mais de 40 graus de febre, o médico disse que era pra levar ele noutra dia para

entubar. Eu disse não, eu tratei meu filho em casa. E eu também tomei e não peguei a COVID. Cuidei dele e não peguei²⁷.

A comunidade não possui qualquer tipo de estabelecimento de comércio, o que exige que tudo seja comprado no distrito de Palmas ou em Arroio do Meio, desde remédios até material de construção. Como não há transporte público, a forma de chegar até lá é de carro, motocicleta ou pegando um ônibus até o distrito de Palmas e caminhar em média três quilômetros. Desses, dois quilômetros são num aclive acentuado, em chão batido repleto de cascalho, como mostra a Figura 7. É por esse motivo que a motocicleta, por ser um meio de transporte mais acessível e de uso mais simples, é mais utilizada pelos moradores da comunidade. É com ela que fazem compras, vão ao trabalho, à escola, ao médico. Embora alguns moradores tenham carro, a motocicleta é mais utilizada. De modo geral, os moradores que não possuem motocicletas ou carro caminham até a cidade, e, para o trabalho no campo, utilizam carretas puxadas por bois.

Figura 7
Estrada Linha São Roque



Fonte: Luana Maia (2019).

A maioria das pessoas professa a religião católica, participa das romarias e frequenta as missas realizadas na sala anexa ao salão comunitário da Associação dos Moradores do Morro São Roque.

²⁷ Dona Loni, depoimento prestado à pesquisadora via *WhatsApp* em 3 mar. 2021.

Na casa da Dona Loni, de Seu Gilberto e da Dona Ângela há um altar para orações, que possui imagens de santos católicos e da umbanda, que também faz parte da religiosidade local. Esta é praticada por meio de festas e consultas espirituais. As curas pelas plantas são antecipadas por uma consulta, marcada previamente, se não for urgente, e é feita em um local reservado na casa onde mora Seu Gilberto. Após a pessoa passar pela consulta, Seu Gilberto determina o tipo de planta a ser utilizada no tratamento. Ele é considerado o atual ervanário da região, e aprendeu a conhecer e lidar com as ervas com o Vovô Teobaldo. Segundo Seu Gilberto:

O vó não me elegeu seu discípulo, eu que o acompanhava e observava o trabalho dele, e gravava os ensinamentos na cabeça. Aí eu perguntava: 'Oh, vó, é assim?'. Ele respondia: 'É assim mesmo!!'. Ou ele dizia: 'Assim é o certo!'. Também me dizia: 'Eu curei essa pessoa com esse remédio, eu curei a dor de cabeça com esse remédio, a dor de estômago, com esse remédio'. O vó dizia: 'quando tá com o estômago virado é mal jeito, tem pegar uma agulha, uma linha, e um paninho, e benzer. Se é dor de cabeça tem que pegar um vidro, colocar água morna e uma pitadinha de sal e benzer para tirar o sol da cabeça'. Aí eu fui pegando tudo, via ele fazendo e ficávamos conversando. Ele me explicou todos os tipos de chá, para que servia, e vi que isso era muito bom, não podia abandonar (o conhecimento dos chás e da benzedura²⁸).

No território da comunidade quilombola de São Roque, o sincretismo religioso está muito presente. Cada morador pratica sua religião, conforme sua fé. A pluralidade religiosa na maioria das vezes é respeitada, e em outros momentos é muito criticada pelas pessoas do grupo, por causa do preconceito, do medo, e da descrença. Segundo o relato dos sujeitos da pesquisa, as religiões praticadas no território são a umbanda, a nação, o espiritismo, a católica, e a evangélica. Também relataram que existe no território práticas religiosas que são realizadas por todos os integrantes do grupo, independente de qual religião pratica. Esta mescla religiosa, pode ser observada na Devoção à Virgem Imaculada Conceição, na utilização das ervas curativas, nas benzeduras e nas correntes de rezas, como relata Dona Eliana em seu depoimento:

[...] aqui a gente tem nossos arranca rabo, mas se um cai, todos correm para juntar. Isso a gente construiu aqui na convivência um com o outro. [...] O que é o bem pra um, é o bem para o outro. Um não sabe uma oração, o

²⁸ Seu Gilberto, depoimento prestado à pesquisadora em 13 fev. 2021.

outro sabe e ensina, um não conhece um chá, o outro sabe e ensina. Então um ajuda o outro. E ajuda na preservação do território, que é dele que se tira o alimento, a cura e a força para lutar lá fora (Eliana Luciana Voigtlander, 13 fev. 2021).

O sincretismo religioso chegou no Morro da Garrafa, atualmente, Morro de São Roque, por meio de seu Alcides Geraldo da Silva, que levou para a região práticas religiosas aprendidas com sua mãe, Dona Laurinda, e que adaptou e ampliou com as experiências que viveu. Segundo os relatos dos sujeitos da pesquisa, seu Alcides foi o fundador, por exemplo, da prática religiosa devoção à Virgem Imaculada Conceição, realizada na comunidade, todo o dia 08 de dezembro. A celebração conta com momentos que mesclam práticas religiosas da umbanda e católica. Também levou para o território o conhecimento com as ervas curativas, prática comum nas religiões afro-brasileiras, e a benzedura, prática das religiões afro-brasileiras e católica. Conforme Georgina (2013):

As benzeduras são provas de que os espaços de quilombos reúnem uma mescla cultural onde, independente das etnias, das religiões oficiais, rituais se estabelecem como forma de proteção que atravessa gerações no sentido de curar doenças, de prevenir e espantar as energias negativas conhecidas como “mau-olhado” [...] (NUNES, 2013, p.139, grifo da autora citada).

E foi como ervanário e benzedor, que seu Alcides Geraldo da Silva ficou conhecido na região do Vale do Taquari como Vovô Teobaldo ou Negro Curador. E foi com estes saberes que ele conquistou suas terras, respeito pelas pessoas da região, e protegeu sua família. O sincretismo religioso na comunidade serviu, e ainda serve, para a proteção da vida, da saúde mental, espiritual e do corpo de seus moradores, também para a inclusão e reconhecimento da comunidade do quilombo na região. Segundo Ferretti (1998):

Essa disponibilidade para mesclar culturas era um imperativo de sobrevivência, exercício de sabedoria também refletida na habilidade demonstrada pelos quilombolas de compor alianças sociais, as quais inevitavelmente se traduziam em transformações e interpenetrações culturais (FERRETI, 1998, p.192).

Seu Alcides deixou como herança para seus descendentes a fé, a Devoção à Virgem Imaculada Conceição, a utilização das ervas curativas, as benzeduras, ensinou que Deus é um só, independente de qual religião se pratique. Ele vivenciou, experimentou, mesclou as crenças religiosas que adquiriu ao longo de sua vida praticando a umbanda, o catolicismo e o espiritismo, e se intitulando como católico. Atualmente o sincretismo religioso ainda é muito forte na comunidade, onde as religiões já existentes na comunidade se adaptam e se renovam, e convivem, às vezes com alguns conflitos, com outras religiões que estão surgindo no território.

A terra tem um grande valor de manutenção da vida, dos saberes, do conhecimento e da cultura. É nela que está o alimento do corpo físico, do espiritual, da cura, e é nela que estão registradas as memórias do Seu Alcides Geraldo da Silva e Dona Maria da Glória Souza. Essa ligação com o território é tão forte que há a tradição do enterro dos umbigos dos bebês, no pátio das casas, para que eles continuem vivendo naquele lugar.

O território em que vive a comunidade também representa a luta, o trabalho, a persistência e a história das pessoas do Quilombo, porque suas terras não são bens possíveis de troca, de venda ou que possam ser substituídos. Trata-se de espaço de convivência, de proteção, de união, carregado de sentimentos, conhecimentos, saberes e, acima de tudo, de narrativas e de memórias.

As festas que ocorriam antes da pandemia, no Salão Comunitário da Associação dos Moradores do Morro São Roque, resgatavam as tradições, como a gastronomia, o pão caseiro, as cucas, os pratos feitos com produtos colhidos na comunidade, como aipim, batata-doce, além de apresentação de capoeira, da dança africana Amaé Axé e exposição do artesanato de flores. São tradicionais as festas do padroeiro São Roque, da Virgem Imaculada Conceição e do dia da Consciência Negra, celebrado oficialmente pela primeira vez em 2009 e que passou a fazer parte do calendário de eventos comemorativos aos 75 anos de emancipação de Arroio do Meio e contou com apoio da Prefeitura Municipal e EMATER-RS/ASCAR.

Em 13 de março de 2005, a comunidade decidiu fundar a sua Associação Comunitária, denominada Vovô Teobaldo, para unir forças para reivindicar seus direitos. Foi criada com o objetivo de fazer suas vozes reverberarem além do seu território. A sua primeira reunião aconteceu na casa de Seu Dárcio Geraldo da Silva e Dona Maria Rita da Silva, que, como pode ser observado na Figura 8, contou com

a presença do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombo (IACOREQ²⁹) e EMATER-RS/ASCAR. Esta última, por sinal, é muito atuante na comunidade, dando assistência técnica rural aos pequenos agricultores e criadores, bem como promovendo momentos de integração, aprendizagens e fortalecimento, como oficinas e reuniões. O IACOREQ, por sua vez, desde o ano de 2003 atua na comunidade, oferecendo oficinas, assessorando a redação do Estatuto da Associação da Comunidade e, acima de tudo, na obtenção da Certidão de Autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares e na Regularização de Território Quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³⁰. Além disso, colaborou na busca de apoio para o fortalecimento das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e apoio para o pequeno produtor rural.

Figura 8

Casa que sediou a Fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo



Fonte: Ramon Moser - Acervo do DEDS/PROEXT (2019).

Dessa mobilização, foi conquistada a *Certidão de Autorreconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo*, reconhecida pela Fundação Cultural

²⁹ O IACOREQ é uma Organização Não Governamental (ONG) que assessoria as comunidades quilombolas na luta pela titulação de suas terras. Disponível em: <https://www.facebook.com/moderador.iacoreq>. Acesso em: 02 jul. 2021.

³⁰ Direito da comunidade quilombola de São Roque, conforme disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, e no Decreto 4.887/03, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Palmares³¹ (Anexo C), bem como foi inscrita no cadastro nacional desta instituição. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em seis de dezembro de 2005 (comprovante consta no Anexo D).

Outras conquistas da comunidade por meio da Associação foram a sua participação em alguns editais do governo do Estado, a conquista da perfuração do poço de água para instalação da rede de água, a luz elétrica, aulas no EJA, dentre outras. A comunidade tem se preocupado, acima de tudo, em regularizar seu território para obter o Título Definitivo de Posse emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), direito contemplado pelo artigo 3º da Instrução Normativa 57/2009, que define as CRQ como “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (INCRA, 2009, doc. eletrônico).

Dessa forma, a solicitação de regularização do território quilombola da comunidade foi feita em 09 de dezembro de 2010, com a abertura do processo de número 54220.002976/2010-31 (INCRA, 2010) pela Associação Comunitária Vovô Teobaldo na superintendência do INCRA/RS, e que deve seguir as etapas definidas na Instrução Normativa do INCRA 57/2009 (INCRA, 2009). A Figura 9 apresenta o caminho da titulação das terras quilombolas. Atualmente o processo está parado, para concluí-lo falta a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo INCRA. Trata-se de um documento fundamental para identificar e averiguar a situação fundiária do território onde está localizada a comunidade. Mas, para isso, o órgão também deverá consultar outros órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, dentre os quais o IPHAN, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para obter informações sobre o território.

³¹ A Fundação Cultural Palmares (FCP) está vinculada ao Ministério da Cidadania e tem como finalidade a “promoção e preservação dos valores culturais, históricos sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021, doc. eletrônico). Conforme o Decreto 4.887/2003, compete à FCP emitir a certidão de autorreconhecimento às CRQ, e deve manter seus registros em cadastro geral na instituição. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11759276/lei-n-7668-de-22-de-agosto-de-1988>. Acesso em: 02 mar. 2021.

O RTID deve conter os seguintes documentos: relatório antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo, cadastramento das famílias quilombolas, levantamento de eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, a faixas de fronteira, a terras indígenas, a terrenos de marinha, a terras públicas federais e a terras do estado e do município. Além disso, deve conter um parecer conclusivo em torno das áreas técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada (CPI-SP, 2021).

Ao consultar o processo 54220.002976/2010-31, observei que nem todos os órgãos e entidades emitiram seus pareceres, no entanto, os que o enviaram informaram que não havia impedimento à emissão da titulação à comunidade quilombola de São Roque, no âmbito de seu órgão/entidade, uma vez que o território não está localizado em unidade de conservação federal, não está em local de preservação ambiental, não são terras de reivindicações fundiárias indígenas tampouco estudos de identificação de terras indígenas. Na presente data, o processo ainda se encontra em uma fila de espera na posição 75º para ser atendido, informação de 17 de junho de 2014. O último documento anexado ao processo foi em 29 de abril de 2019, do Ministério da Justiça, da Fundação Nacional do Índio Diretoria de Proteção Territorial.

Figura 9

Caminho da Titulação das Terras Quilombolas

O Caminho da Titulação

Clique em cima das figuras para conhecer os detalhes do processo de titulação.



Fonte: CPI-SP (2021).

O título é uma conquista das comunidades remanescentes de quilombo, resultado de uma luta do Movimento Negro pela reparação às comunidades afrodescendentes rurais reconhecidas pelo artigo 68 dos atos dispositivos da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988a).

A convivência com a comunidade antes da pandemia e durante o isolamento social me ensinou que a união e a coragem são fundamentais para enfrentar as diversidades da vida, num aprendizado que se forjou por meio dos laços fortes que criamos. Devo afirmar que tive incontáveis momentos de pânico, de ansiedade, de vontade de desistir do projeto, mas os meus amigos da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque sempre procuraram uma forma de me encorajar para darmos continuidade ao estudo por meio virtual.

As pessoas da comunidade me ensinaram a perceber como a resistência e a resiliência são fundamentais para não desistirmos dos nossos sonhos, e, principalmente, de um sonho compartilhado. A etnografia foi fundamental, ao me ensinar diversas formas para realizar a coleta de dados com os sujeitos da pesquisa, como entrevistas virtuais ou presenciais, depoimentos, fotografias, mensagens de voz, mensagens de texto. A pandemia me fez conhecer pessoas que se dispuseram a me passar o material bibliográfico por *e-mail*, aos quais chamo de anjos colaboradores. Embora estejam enfrentando o isolamento social, têm sido solidárias e prestativas ao coletar e escanear os documentos essenciais para a realização desta pesquisa. E, a cada dia, a cada mensagem de incentivo, o planejamento do estudo foi se adaptando para que eu pudesse seguir na redação desta dissertação.

4 CULTURAS ENTRELAÇADAS

As pessoas formam e afirmam suas identidades individuais e coletivas através dos momentos de sociabilidade, que podem ser na convivência cotidiana, nas festas comunitárias, nas apresentações culturais, nos encontros para realização de artesanato local ou transmissão de ofícios, entre outros. O elo entre os indivíduos e o lugar onde vivem favorece a recuperação, valorização e continuidade das memórias sociais. E a convivência entre as pessoas de uma comunidade contribui para identificar quais bens tangíveis e intangíveis se configuram como seu patrimônio, representam a história e identidade dessa coletividade e aqueles que são significativos para a existência do grupo, para a preservação da memória coletiva e para a valorização e fortalecimento da cultura.

Nesta pesquisa, utilizei o conceito de identidade definido por Hall (2006) para abordar sobre a formação da identidade do indivíduo, o de cultura popular proposto por Rios (2014), apresentado sob a ótica das letras de Bule-Bule, repentista do Recôncavo Baiano, e o de memória coletiva conforme Halbwachs (2006), relacionando-a ao pertencimento do indivíduo a um grupo social.

Toda nação é constituída por uma gama de grupos que formam a diversidade cultural de uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, ou seja, de uma região. Esses grupos sociais são compostos por um conjunto de pessoas que se conectam entre si e com o território em que vivem, possuindo, assim, características próprias dos demais grupos que formam a sociedade. Cultura é toda ação que um grupo de pessoas realiza para expressar sua forma de ser, de estar, de viver e de conviver, ou seja, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Ela é dinâmica, transmitida de geração a geração, e vai se adaptando com o passar do tempo, conforme as necessidades da comunidade (BRAYNER, 2007).

Segundo Hall (2003), a luta pela preservação e reconhecimento da cultura dos trabalhadores e das pessoas simples iniciou no período da prolongada passagem para o capitalismo agrário e no surgimento e crescimento do capitalismo industrial. O desequilíbrio nas relações sociais causadas pelo poder refletiu diretamente na cultura dos grupos que ficaram em desvantagem, e a luta, para manter suas culturas, suas tradições e formas de vida, passou a ser contínua para que não fossem perdidas. Desse modo, a cultura dos grupos sociais marginalizados passou a ser considerada conservadora, retrógrada e tradicionalista, embora, na

realidade esteja diretamente relacionada à sua luta e resistência. A terminologia *popular* foi escolhida visando oprimir as culturas dos grupos sociais excluídos. Todavia, com o passar do tempo, a palavra passou a representar a manutenção de histórias de vida que não foram apagadas e que hoje estão sendo reconhecidas com toda sua força, significado, beleza e sabedoria.

É importante destacar, nesse sentido, que a cultura popular de comunidades tradicionais é formada:

[...] por bens simbólicos criados por trabalhadores, homens e mulheres do povo, normalmente com baixo poder aquisitivo e baixo nível de instrução formal, e que têm ligações diretas com as condições concretas de uma batalha dura pela sobrevivência (RIOS, 2014, p. 795).

A cultura popular sobrevive à dominação, à modernização, à globalização e às tecnologias, além de ser pressionada pela cultura erudita e pela cultura de massa. A resistência é uma de suas características mais fortes, porque ela está presente no trabalho, nas formas de sobreviver, de viver e de conviver em situações difíceis, ou não, e em situações de exclusão social. As crenças, valores e religiosidade estão em permanente construção no indivíduo, que busca no conhecimento e nas experiências cotidianas a formação de sua identidade e a constituição de seus saberes e fazeres. A cultura popular não para no tempo, uma vez que está em constante transformação para poder atender às necessidades de sobrevivência e convivência do grupo.

O processo de colonização da América Latina fez com que os grupos sociais originários dessas terras fossem considerados primitivos e incultos. Eles deveriam ser doutrinados por seus colonizadores, impôs-se assim, para essas comunidades, a cultura erudita europeia. Houve um apagamento das culturas populares e das manifestações culturais locais, que formavam a identidade cultural dos povos latino-americanos. Essa estratégia foi utilizada pelos países europeus, que tinham como objetivo garantir a dominação e a dizimação dos verdadeiros donos da América Latina. O Brasil passou pelo mesmo processo, ao ignorar a contribuição da cultura popular na formação da cultura brasileira, que se baseou na cultura europeia vinda para o Brasil por meio de seus colonizadores.

A cultura está no modo de ser, no jeito de viver e de se relacionar com seus pares, que tiveram a capacidade de armazenar em sua memória os ensinamentos

de sua ancestralidade, bem como de aprender a (re)viver e respeitar o território em que vivem. O regime escravocrata adotado pelo Brasil colonial contribuiu para que a cultura, a tradição e as formas de trabalhar dos povos vindos da África ficassem marcadas nestas terras, bem como seus valores culturais, que se tornaram valores culturais brasileiros. Isso se deveu ao fato de essas mulheres e homens africanos e seus descendentes terem adotado como forma de resistência ao regime escravocrata a recriação de suas memórias culturais, com o objetivo de preservar eles “[...] de identidade, cooperação e solidariedade” (TAVARES, 2009, p. 12).

De acordo com Medeiros (2013), nos períodos Imperial e Republicano, os intelectuais, governantes e administradores públicos promoveram a ideologia de branqueamento da população brasileira, com o objetivo de excluir da história do Brasil a herança cultural indígena e africana, por se tratarem de, segundo eles, culturas exóticas, fora do padrão, parte de um país ultrapassado. Para essa classe dominante, o País tinha que ser uma representação da Europa na América Latina. E, desde então, os movimentos de luta e de reivindicação para o reconhecimento dos povos indígenas e afrodescendentes se tornaram cada vez mais ativos, na tentativa de fazer com que as culturas indígenas e negras sejam reconhecidas como patrimônio cultural nacional, contribuindo, assim, com a “[...] cidadania plena a estes segmentos do país” (MEDEIROS, 2013, p. 198). Foi a partir da Constituição Brasileira de 1988 que o País passou a reconhecer legalmente a diversidade cultural que compõe o estado brasileiro, constituída pelas comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Como já expressei, acerca dos grupos sociais reconhecidos pela Carta Magna de 1988, o foco deste estudo é compreender e interpretar o patrimônio cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, em permanente processo de reinvenção, recriação e elaboração de sua memória cultural. Trata-se de uma estratégia de que o grupo se utiliza para preservar sua identidade cultural de modo contínuo e longo, reunindo as características peculiares que o mantém integrado ao território à que pertence. Na condição de ser remanescente de um quilombo, a comunidade representa um modo particular de ser, viver, conviver e de se relacionar com os recursos naturais e com outros grupos sociais, e não apenas um lugar de rememoração do passado (MARQUES, 2009).

Os saberes, as receitas e a dança se constituem em momentos em que a cultura se mantém, por meio da transmissão oral de geração a geração, e fortalecem

os laços entre as pessoas. A oralidade é a maior fonte de transmissão do conhecimento das comunidades tradicionais, num processo que permite a transmissão do legado da ancestralidade entre as diferentes gerações. Essa cultura popular está impregnada no ser humano, faz parte das características dele como sua memória individual e coletiva, porque permite que ele se identifique com as demais pessoas que fazem parte de seu grupo social. Desse modo, por onde for, aonde passar, ele leva e representa sua cultura:

De fato, continuo a sofrer a influência de uma sociedade mesmo que dela tenha me afastado – basta que eu carregue comigo em meu espírito tudo o que me permite estar à altura de me postar no ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu ambiente e em seu próprio tempo, e me sentir no coração do grupo (HALBWACHS, 2006, p. 146).

Portanto, mesmo que um quilombola ou um indígena passe a viver longe da sua comunidade, ele carrega, em suas memórias individuais, suas identidades culturais, seus aprendizados, a cultura de sua família e de seu grupo social. E serão sua ancestralidade, sua cultura, sua memória que darão suporte e sabedoria para sobreviver em novo ambiente. Esse foi o processo vivido pelas africanas e africanos escravizados no Brasil, que não deixaram de valorizar e de preservar a cultura de seus ancestrais, cujas memórias os tornaram fortes o suficiente para enfrentarem os difíceis obstáculos que tiveram para sobreviver. Nesse movimento, suas identidades culturais tiveram que se transformar e se adaptar às condições de vida em terras brasileiras, o que exigiu a agregação de novos conhecimentos e valores simbólicos. Como destaca Hall (2006), a identidade cultural está em constante formação, e o indivíduo não nasce com ela completa ou formada. Ao contrário, ela é incompleta e vai se constituindo ao longo da vida do ser humano por meio de processos inconscientes.

Assim, a formação da identidade de um indivíduo é dinâmica e está em constante transformação. A sua constituição depende da convivência com a família, com os amigos, com a escola, com os vizinhos, bem como com outros grupos sociais. É por meio da memória individual, portanto, que a identidade cultural do indivíduo é repassada às novas gerações:

[...] o indivíduo está profundamente ligado à sua comunidade, aos ancestrais fundadores – reais ou míticos – do grupo e às divindades. O grupo social e a cultura na qual está inserido são linhas de força que

influenciam diretamente o sujeito. Sua história individual é suporte da memória coletiva ancestral (RIOS, 2014, p. 801).

O processo de formação da identidade cultural das comunidades é semelhante ao processo que ocorre no indivíduo. As pessoas que moram em um determinado território estão ligadas entre si por um passado em comum. Compartilham histórias, memórias e cultura, e a identificação de cada pessoa com o grupo ao qual pertencem forma a identidade cultural de uma comunidade. Do mesmo modo, são as características da cultura popular de um grupo que o tornam diferente dos demais, uma vez que “[...] não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006, p.106).

A aprendizagem é vivida e transmitida de geração a geração, numa experiência que fica enraizada em cada indivíduo da comunidade. O respeito à ancestralidade, aos indivíduos que compõem o grupo social, a união e protagonismo das pessoas e a vontade de preservar a cultura são fundamentais para o reconhecimento do patrimônio cultural. Dessa forma, a memória individual e a coletiva são necessárias para a preservação da história e da cultura do grupo, ou seja, do seu patrimônio cultural. Pode-se afirmar que patrimônio cultural de um grupo social “[...] é a referência que nutre as ações, entendido como o conhecimento produzido e acumulado ao longo dos anos, ou seja, na tradição, que, em si mesma, é também um processo permanente e contínuo de construção e reconstrução” (DALLA ZEN, 2016, p. 226).

Ele não subsiste, desaparece ou se extingue da memória do indivíduo, mesmo que este passe a viver longe de sua comunidade ou que tenha que se isolar por algum período de sua vida. Ao contrário, mantém-se vivo, como um elemento dinâmico que dele faz parte e o constitui. Se as condições externas assim o exigirem, ele pode ficar no máximo adormecido, submerso na memória, pronto para ressurgir e a se libertar no momento oportuno. De acordo com Chagas (2021), a memória está presente em todas as ações de uma pessoa, de um grupo social e de uma sociedade, e perpassa ações, sentimentos, decisões e pensamentos. Ela serve de base para se optar no que se deve/quer lembrar, ou esquecer de uma pessoa, de um coletivo ou de uma sociedade. Está presente na identidade e na diferença, porque com a memória se pode identificar, observar, respeitar as diferenças e aprender com elas. O autor ressalta ainda que a memória perpassa a tirania e a

liberdade, podendo privilegiar e fortalecer a tirania, ou promover a liberdade de grupos oprimidos, dependendo de como é usada. Ela está presente na criação e na repetição, e a memória estimula o ser humano a criar, a evoluir e a não repetir ações, situações e pensamentos que o mantenham estacionado.

O que pude observar durante a pesquisa é que, embora a pandemia iniciada em 2019 tenha trazido consigo um período prolongado de isolamento, ainda não terminado, as tradições e os saberes da comunidade continuaram vivos entre as pessoas. Um exemplo do forte sentimento de solidariedade ocorreu com a receita para produção do *chá da confusão*, que, segundo se acredita, serve para curar a COVID-19. Para fazê-lo, cada morador contribuiu com o que sabia sobre ervas curativas, compartilhando seu conhecimento com os demais. E, dessa maneira, todos puderam fazer aquilo que acreditam ser um remédio eficaz em suas casas, reunindo os saberes de forma coletiva e socializada. Porém, tiveram o cuidado de que as celebrações que exigem reunião de pessoas e ajuntamento deixassem de ser realizadas, como a dança africana *Amaé Axé* e as festas, como a *Devoção à Nossa Senhora Imaculada* e ao padroeiro São Roque, que permanecem, no entanto, fortes e vivas enquanto tradições do Quilombo.

Outro ponto que me chamou atenção nas leituras que fiz sobre cultura popular foi a luta dos movimentos sociais em defesa da preservação identitária de grupos sociais invisibilizados, bem como contra a homogeneização da cultura nacional. De acordo com Barbalho (2019), a presença marcante dos movimentos sociais na área cultural contribuiu para a promulgação de leis e para a criação de espaços para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. A cultura popular se constitui assim numa ferramenta de resistência, de força, de luta e de reconhecimento contra o apagamento de grupos sociais minoritários, cujos valores culturais fazem parte do patrimônio cultural do País.

Nos próximos subcapítulos, refletirei sobre a contribuição dos movimentos sociais na identificação da diversidade cultural brasileira. Além disso, apresentarei alguns elementos sobre o processo de construção do patrimônio cultural brasileiro e sintetizarei a legislação que fundamenta o que se entende como valores de patrimônio material e imaterial. Em sequência, sintetizarei alguns pontos em torno da importância do movimento da Museologia Social para o reconhecimento, preservação e divulgação do patrimônio imaterial dos grupos sociais tradicionais. Isso foi necessário, uma vez que, durante a realização de meu mestrado no campo

da Museologia e Patrimônio, encontrei a conexão teórica adequada ao meu objeto de estudo. Estava assim identificada a aderência entre Museologia, Patrimônio e a comunidade remanescente do Quilombo de São Roque. E, ao finalizar o capítulo, deter-me-ei na interpretação do patrimônio cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, a fim de avaliar a sua contribuição enquanto patrimônio cultural de Arroio do Meio e do Rio Grande do Sul.

4.1 Patrimônio cultural no Brasil

O conceito de patrimônio, que no início referia-se à herança deixada pela família, vem evoluindo com a história da humanidade, e se atualizou especialmente no século XIX até a metade do século XX, quando passou a se constituir em herança social, a ser preservado e transmitido para as futuras gerações. A preocupação então expressa em leis e decretos referia-se à sua preservação e valorização nacional, uma vez que, nesse período histórico, houve perdas significativas de prédios e monumentos, bem como a destruição total de patrimônios históricos nacionais durante as duas grandes guerras (NOGUEIRA; RAMOS FILHO, 2020).

O Brasil, nesse contexto, também foi marcado com um grande interesse dos intelectuais brasileiros em preservar os monumentos históricos e o patrimônio artístico. No ano de 1922, artistas brasileiros de diversas vertentes, como Graça Aranha, Di Cavalcanti, Mario de Andrade, Vila Lobos, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, entre outros, uniram-se por um mesmo ideal, a independência da arte brasileira da europeia, durante a Semana de Arte Moderna, realizada em três dias no Teatro Municipal de São Paulo. Nela, aconteceram eventos paralelos como exposição de artes, conferências, danças, recitais, leitura de poemas e concertos. A representação popular e indígena, mesmo que pequena, foi introduzida no evento pelo maestro e compositor Heitor Villa-Lobos, que utilizou elementos de canções populares para compor suas canções. Todavia, na estreia, o maestro foi vaiado ao fazê-lo, e a crítica levou um longo tempo para aceitar a fusão entre o ritmo erudito e o popular (CAMARGO, 2019a; 2019b).

O movimento foi fundamental para que artistas, escritores, músicos e compositores brasileiros fossem reconhecidos e valorizados, e que eles se tornassem os disseminadores da cultura popular nacional, ao registrá-la em suas

obras. No ano de 1936, o escritor Mário de Andrade foi requisitado pelo Ministro de Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, para redigir o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O documento “[...] apresentava uma perspectiva ampla da noção de patrimônio, incluindo a produção da cultura popular, a promoção de ações educativas em museus e a participação da comunidade na preservação dos bens patrimoniais” (PINHEIRO; SIQUEIRA, 2020, p. 180).

No ano de 1937, em pleno Estado Novo, Getúlio Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937, o qual, em seu artigo 1º, apresentou o conceito de patrimônio aos brasileiros:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Os bens que passariam a representar a identidade nacional tinham que possuir uma concepção histórica ou artística, e, conforme o Decreto-Lei, a preservação desses bens seria por meio de seus registros nos livros Tombo.

Esse período se voltou ao tombamento do patrimônio de “pedra e cal”, como as construções do período barroco, que incluía casarios dos senhores produtores de açúcar, de café, de cacau, as igrejas, as capelas, os engenhos, os prédios públicos, os fortes, entre outros. As representações, as histórias luso-coloniais, que estavam expressas e gravadas nas paredes dos bens materiais tombados, foram valorizadas, preservadas e passaram, também, a representar a identidade nacional. As demais manifestações e expressões culturais que formaram o País, cujas histórias estavam escritas/marcadas em diversos bens materiais, não foram reconhecidas. O período “[...] relegou em esquecimento memórias manifestas em senzalas, quilombos, terreiros, as primeiras fábricas, cortiços e vilas operárias” (NOGUEIRA; RAMOS FILHO, 2020, p. 8). Dessa forma, o Decreto-Lei 25/1937 se distanciou da proposta do anteprojeto redigido por Mário de Andrade.

Vale ressaltar que a década de 30 foi o período em que houve uma explosão de publicações de autores intelectuais acadêmicos e institucionais de diversas áreas do conhecimento, que tinham como objetivo reinterpretar o Brasil, o perfil da

comunidade brasileira e construir a identidade e a cultura nacional. Foi nessa época que o poder público reconheceu que a sociedade brasileira era formada por indígenas, afrodescendentes e eurodescendentes, ou seja, sua população era o resultado da miscigenação destes três grupos. Segundo Schwarcz (1998), os intelectuais institucionais, que eram ligados ao poder público, visavam formular políticas públicas para definir a identidade brasileira; e na busca da criação/formulação de uma identidade nacionalista foram “[...] criadas ou reformadas diversas instituições culturais que visavam “resgatar” (o que muitas vezes significou “inventar”, ou melhor, “selecionar e recriar”) costumes e festas, assim como um certo tipo de história” (SCHWARCZ, 1998, p. 193, grifos da autora).

Dessa forma, muitos símbolos da comunidade negra foram sendo desafricanizados, ou seja, miscigenados, passando a ter novos valores e significados para representarem a identidade nacional. A nacionalização desses símbolos culturais foi um ato de apropriação do poder público, bem como a criação de valores imaginários de um grupo de intelectuais institucionais, conforme o desejo do poder público. A feijoada é um exemplo, já que originariamente era o alimento da população escravizada, mas que, após ser selecionada e recriada, se tornou um prato que representa a identidade nacional:

O feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco) remetem metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população. A eles se juntam os acompanhamentos – a couve (o verde de nossas matas), a laranja (a cor de nossas riquezas) (SCHWARCZ, 1998, p.196)

Outro exemplo é a Capoeira, que no ano de 1890, a pessoa que a praticava estava cometendo um crime conforme o Código Penal brasileiro, mas que no Estado Novo ela passou a ser reconhecida como uma prática esportiva nacional. Naquele momento histórico, Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi escolhida a padroeira do Brasil, por representar a população brasileira, por ser considerada mestiça, meio negra, e meio branca (SCHWARCZ, 1998).

A formação de uma identidade nacional, pelo poder público, visava promover uma convivência cultural miscigenada, uma igualdade racial, com o objetivo de esconder as desigualdades sociais, a violência e a discriminação racial do cotidiano.

Durante a década de trinta também foram realizados Congressos Afro-brasileiros, organizados por intelectuais brasileiros, que contaram com a presença

de intelectuais negros, movimentos sociais organizados pela comunidade negra, imprensa negra, intelectuais acadêmicos e institucionais. Os organizadores desses congressos tiveram como objetivo demonstrar que a cultura, os costumes e as tradições afrodescendentes, efetivamente contribuíam com a identidade brasileira, que estavam muito presentes na linguística, na alimentação, e em outras áreas do saber, do conhecimento. A comprovação dessa contribuição foi por meio de documentos escritos, como por exemplo, contos, romances, entre outros, que eram lidos nos congressos (SOUZA, 2018, doc. eletrônico).

Se por um lado havia a preocupação do poder público na recriação do Brasil, do perfil nacional, por outro os intelectuais negros, juntamente com os movimentos sociais da comunidade negra, se reuniam para refletir, para reivindicar, para buscar novas conquistas:

[...] formas de alterar o modo como o grupo era representado e discutir as interferências dessas representações na definição de suas relações socioeconômicas na sociedade brasileira, na década em que se comemorariam os 50 anos de abolição da escravidão (SOUZA, 2018, doc. eletrônico).

A comunidade afro-brasileira da década de 30 reivindicava sua participação na vida sociocultural e na política nacional, e desejava incluir a presença negra em todos os espaços da sociedade e do poder público. O movimento era de luta por respeito, reconhecimento, mudanças de vida, participação e representação efetiva na sociedade, cultura, política e economia, removendo “[...] estereótipos, provando competência e capacidade de organização (SOUZA, 2018, doc. eletrônico)”.

Na década de 1940, com o final da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 16 de novembro de 1945, em Londres, no Reino Unido, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo de “[...] garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam as sociedades” (BRASIL, 2019, doc. eletrônico). Desde então, a UNESCO tem uma participação ativa no reconhecimento e na preservação do patrimônio cultural do País, por meio das suas legislações, porque o Brasil faz parte de seus Estados-Membros.

Internacionalmente, nesse período, o conceito antropológico de cultura passou a fazer parte do processo de patrimonialização dos bens, que, para Nogueira e Ramos Filho (2020, p. 7), constitui-se no conjunto de saberes e habilidades próprias de cada grupo, ou seja: “A cultura é vista como um sistema complexo que inclui conhecimentos, crenças, costumes ou qualquer outra capacidade e hábitos adquiridos pela pessoa enquanto membro de uma sociedade”.

Prosseguindo, o final da década de 1960 coincidiu com a eclosão de movimentos sociais civis em diversas partes do mundo, em seu conjunto denominado de *Maio de 68* ou *Maio Francês*, surgido na França entre os alunos universitários, logo apoiado pelos trabalhadores, artistas e intelectuais franceses. Os movimentos sociais civis de Maio de 1968 também trouxeram à tona críticas aos museus tradicionais ao redor do mundo. Passou-se a considerar que esses espaços deveriam se reformular e voltar seus olhares para a sociedade no todo, e não somente para a burguesia. Ademais, deveriam ter uma relação mais efetiva com a sociedade que a cerca, proporcionando a representatividade de grupos excluídos dentro desses espaços (SANTOS, 2002).

Esses movimentos sociais civis de protesto e reivindicação se espalharam, ocorreram nos Estados Unidos, na África, na China, na Alemanha, no México, na Argentina, no Brasil e em outros países. Nos Estados Unidos, fortaleceram-se o movimento pela defesa dos direitos civis dos negros, de mulheres e de homossexuais e a revolta negro-americana, sobretudo depois do assassinato de Martin Luther King Jr., bem como pela rejeição à Guerra do Vietnã. Denunciou-se, então, o recrutamento de estudantes em projetos de pesquisa encomendadas por fornecedores de material bélico e, por isso, questionou-se o papel acadêmico no fortalecimento da indústria bélico-militar. Desse modo, a sociedade mundial teve a oportunidade, depois dos períodos pós-guerra, pós-colonização, e ao chegar no limite de tolerar as repressões, as discriminações de raça e de gênero, de protestar e lutar contra as estruturas sociais existentes, a favor da democratização, pela defesa das liberdades individuais e coletivas e contra as opressões dos direitos da subjetividade e existência humana (IGNACIO, 2019, doc. eletrônico).

No Brasil, os movimentos sociais civis brasileiros, que reuniam operários, profissionais liberais, artistas, intelectuais e grupos populares, realizaram a Passeata dos Cem Mil, um ato de protesto a favor da luta por liberdade, da democracia, da

educação e de reivindicação contra a censura, a violência e ao regime autoritário brasileiro (IGNACIO, 2019; FGV, 2021).

No início dos anos 1960 surgiu o Movimento de Cultura Popular, fundado por Paulo Freire, com o objetivo de alfabetizar as classes marginalizadas do País. Na perspectiva freireana, a partir do direito de ler e escrever, as pessoas se conscientizariam de sua cidadania e reconheceriam, dentre outros, os direitos de liberdade de expressão e de representação em todos os espaços da sociedade. Embora essa iniciativa tenha sido abortada pela ditadura militar de 1964, seu impacto até hoje se faz sentir no panorama cultural e político do País (MEDEIROS, 2013).

Outro marco importante foi a criação, no ano de 1973, do Programa de Cidades Históricas (PCH)³², implementado pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral (MINIPLAN), voltado à recuperação das cidades históricas do Nordeste, dentre as quais Salvador, São Luís e Olinda foram beneficiadas. O seu objetivo era reerguer e preservar monumentos históricos degradados, deteriorados, visando incentivar o turismo e a economia da região. Também contribuiu para que os estados e os municípios passassem a instituir leis para a preservação de seus patrimônios culturais. Com a restauração dos prédios históricos dessas cidades, e com o investimento no turismo, a circulação de turistas aumentaria nesses locais. Esse incremento turístico indiretamente abriria uma lacuna para o reconhecimento e divulgação da cultura popular local (CORRÊA, 2015).

Sob a presidência de Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN, em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (CORRÊA, 2015), com a missão de traçar um sistema referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, que promoveu discussões para a ampliação do conceito de patrimônio e reformulação dos modos de preservação dos bens. Sua ação consistia em documentar, formar um arquivo de saberes e fazeres brasileiros que, depois de convenientemente analisados, seriam devolvidos às respectivas comunidades para serem inseridos em seu sistema produtivo, vislumbrando-se aí a transformação dos saberes artesanais em geração de renda. Nessa perspectiva, o trabalho do CNRC seria baseado no conceito antropológico de cultura, segundo o qual o patrimônio

³² IPHAN. Site oficial. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2021.

cultural brasileiro não deveria ficar restrito somente aos bens móveis, e sim deveria se ampliar, reconhecendo as referências culturais dos diversos grupos sociais que formam o panorama cultural brasileiro. Dessa forma, a identidade cultural do País deixou de ser considerada homogênea e passou a ser reconhecida como diversa e plural, com a inclusão dos saberes e da cultura indígena, negra, imigrante e das classes sociais populares, reconhecidas, finalmente, como patrimônio cultural nacional (NOGUEIRA; RAMOS FILHO, 2020).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para os povos indígenas e quilombolas e para o patrimônio cultural brasileiro. A Carta Magna reconhece essas comunidades tradicionais como participantes do “processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988a), bem como formadoras da cultura nacional. E apresenta uma nova concepção do conceito de patrimônio cultural, que inclui as manifestações culturais da diversidade étnica do País como constituintes do patrimônio cultural brasileiro.

O artigo 215 desse documento destaca que todo grupo social tem o direito de exercer sua cultura, bem como possui o direito de acesso às outras culturas nacionais. O Estado também se dispõe a apoiar e incentivar o reconhecimento e a difusão das diversas manifestações culturais, inclusive a indígena e a quilombola: “O Estado protegerá as manifestações de culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988a), e propõe a elaboração de um Plano Nacional de Cultura, que terá como foco o desenvolvimento cultural nacional, valorizando a diversidade étnica e regional do País. Já em seu artigo 216, o documento reconhece a diversidade cultural na composição do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constitui o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988a).

O documento foi fundamental para que a diversidade cultural nacional fizesse parte do patrimônio cultural do País. Todavia, para que a lei pudesse ser cumprida, foi necessário aos povos indígenas e quilombolas se organizarem por meio de movimentos sociais. Nas décadas de 1980 e 1990, os movimentos sociais lutaram para garantir o respeito e a preservação identitária de grupos sociais então esquecidos e contra a cultura homogeneizadora do Estado. Como relata Barbalho

(2019), nesse período houve a eclosão de diversos movimentos sociais em defesa da democracia e da preservação dos direitos cidadãos para toda a sociedade brasileira. Até hoje eles se mantêm essenciais para garantir conquistas aos grupos sociais que ainda estão à margem da sociedade brasileira, como indígenas, negros, ribeirinhos, pequenos produtores rurais, moradores de periferias, dentre outros.

O Estado brasileiro, por meio do Decreto 3.551/2000 (BRASIL, 2000), instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Trata-se do instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, que inclui os bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. De acordo com Tolentino (2020), o objetivo de cadastrar os bens culturais, que podem ser celebrações, saberes, formas de expressão ou lugares, é preservar e reconhecer tais bens como significativos para a história e a memória de um determinado grupo social, e assim contribuir para a sua manutenção e continuidade entre as futuras gerações. O autor ressalta também que as políticas voltadas para o patrimônio imaterial nacional também devem atender a dois documentos da UNESCO, que são a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 2003, e a Convenção de Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. É exigido que o Brasil, enquanto um dos Estados-membros da UNESCO, respeite as políticas aprovadas internacionalmente no âmbito dessa instituição.

Como a cultura é dinâmica, em permanente renovação e sempre se adaptando ao novo contexto mundial, o artigo 7º do Decreto 3.551/2000 prevê uma reavaliação dos bens imateriais registrados, a cada dez anos, mediante o envio pelo IPHAN ao seu Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. E, caso seja “[...] negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo” (BRASIL, 2000, documento eletrônico).

Como já foi apresentado anteriormente, a luta dos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990 foi fundamental para que o Estado reconhecesse a pluralidade cultural dos diversos grupos sociais que compõe o País. Lembra Tolentino (2020) que os artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira, a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o

Patrimônio Cultural Brasileiro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, por meio do Decreto nº 3.551/2000, são respostas à luta desses movimentos sociais.

Após um breve histórico das leis que reconhecem o patrimônio cultural brasileiro, detenho-me na análise de fontes que remetem à história, à memória e à identidade de um determinado grupo social, chamados de bens, que podem ser classificados em materiais, como um objeto, um prédio, um monumento; e imateriais, como artesanato, receitas culinárias, celebrações, dentre outros. Nesse sentido, destaca-se o conceito de patrimônio cultural proposto por Canclini (1994, p. 99), a saber:

[...] o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de utilizar os bens e os espaços físicos.

Em síntese, Brayner (2007) explica que tudo aquilo que é valioso e representativo para a identidade, história e cultura de um grupo social constitui o seu patrimônio cultural. Em decorrência, é fundamental a sua preservação, já que tal patrimônio faz parte da vida, da história e da memória da diversidade cultural brasileira. E somente assim todos os grupos sociais, e não apenas alguns, podem ser reconhecidos como formadores do patrimônio cultural brasileiro, renovando e fortalecendo o sentimento de pertença de cada um à cultura brasileira.

Entre tais grupos, destaco a importância do reconhecimento e preservação da identidade cultural das comunidades remanescentes de quilombos, cada uma com sua própria história, memória, identidade e heróis. E, dentro da dinâmica inerente à cultura, cada uma tem seus valores, tradições e costumes, transmitidos entre as gerações e atualizados com o passar do tempo. Cada uma contribui, com seus saberes e fazeres, para o cuidado do indivíduo, da coletividade e da terra, e colabora para o crescimento da comunidade e da região. Desse modo, a proteção da lei aos bens patrimoniais materiais e imateriais das comunidades quilombolas, mediante registro junto ao IPHAN, permite que a sociedade passe a ter uma relação de reconhecimento e respeito em relação a esses grupos sociais. Em consequência, fica mais fácil que passem a ser reconhecidos como personagens ativos na História, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

4.2 A Museologia Social e o Quilombo de São Roque

Ao refletir sobre a necessidade de encontrar aderência em minha investigação ao PPGMUSPA, centrado na área de Museologia e Patrimônio, encontrei respaldo na Museologia Social. Trata-se de um movimento que se expandiu na década de 1970 com uma crítica aos museus tradicionais, instituições que se voltavam prioritariamente à memória e à divulgação das classes dominantes como fica expresso pela manifestação de Hugues de Varine-Bohan (1979), que assim se refere:

A partir dos princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista (VARINE-BOHAN, 1979, p.12).

Para Chagas e Gouveia (2014), o protagonismo de Varine se constitui noutro marco significativo para dar rumo ao movimento, pois se tratava de “[...] um intelectual europeu que tinha (e continua tendo) centralidade no mundo dos museus” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.10). Nesse sentido, permito-me citar outro trecho da entrevista do autor, no qual fica expressa a força de suas palavras, ao afirmar que:

A descolonização que se registrou mais tarde foi política, mas não cultural; pode dizer-se por conseguinte que o mundo dos museus, enquanto instituição e enquanto método de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade, é um fenômeno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura (VARINE-BOHAN, 1979, p. 12-13).

Dessa maneira, “Com um tom combativo e autodefinido como ‘muito virulento’, o entrevistado criticava a estetização dos museus e abria um novo leque de possibilidade, a partir de experiências bem concretas” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 11).

O marco do movimento se constituiu na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972 (SANTOS, 2012), que, ao lançar o conceito de *museu integral*, incentivou os museus a se tornarem instrumento de mudança social, na medida em que deveriam se envolver com a solução da sociedade, atuando junto a determinados grupos sociais. Desse modo, “[...] a instituição passa a ser vista como agente de

desenvolvimento comunitário, exercendo um papel decisivo na educação da comunidade” (PRIMO, 1999, p. 11). Trata-se de uma proposta de democratização dos museus, não apenas pela ampliação a seu acesso, mas pela sua utilização como ferramenta política, para dar visibilidade a uma dada comunidade, de maneira que, assim, ela possa ser reconhecida e se empodere a ponto de eliminar preconceitos e desconsiderações que ainda possam existir a seu respeito.

Como foi destacado pela Declaração de Santiago do Chile, esse novo modo de pensar os museus nasceu da crença de que eles devem se abrir mais à sociedade em que se inserem, de forma a olhar mais detidamente para as pessoas e suas condições de vida, contribuindo para a defesa de sua dignidade e cidadania. Em decorrência, permite-se a experimentação de maneiras mais solidárias e participativas de vida em sociedade.

Sem dúvida, muito se deve a Hugues de Varine-Bohan (1979; 2014) em relação à perspectiva de que os espaços museológicos passassem a se focar mais nas pessoas, no território em que vivem e no patrimônio que representa e preserva as suas histórias de vida, sob a forma de museus comunitários. A esse respeito, Lersch e Ocampo (2004, doc. eletrônico) destacam que o museu comunitário “[...] é uma ferramenta para que a comunidade construa um autoconhecimento coletivo”. Trata-se de uma instituição proposta, planejada e administrada pela própria comunidade. Pois, ao participar do processo de criação e gestão do museu comunitário, a pessoa se apropria mais de sua história de vida e da comunidade, “[...] conhecendo mais a si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence” (LERSCH; OCAMPO, 2004, doc. eletrônico). Os autores destacam que o museu pode se constituir numa interpretação coletiva de sua história e de sua realidade. Desse modo, como resultado da participação efetiva das pessoas nos processos das instituições museológicas, obtém-se o fortalecimento da comunidade, mediante a redução da exclusão social e a decorrente ampliação das políticas públicas, o aumento da movimentação econômica local e o desenvolvimento da região. Em meio a isso, nasce e se fortalece um sentimento de pertença das pessoas em relação ao seu território e ao seu grupo social. O museu comunitário, assim entendido, pode se constituir numa ferramenta de luta pelo direito pleno à cidadania.

Para Varine-Bohan (2014), o museu comunitário tem o papel de servir à comunidade e ao seu desenvolvimento, ou seja, é um lugar próprio para a promoção de fóruns permanentes das pessoas que possuam participação efetiva na instituição museológica, e que têm como objetivo conhecer e aprender com o passado, entender e organizar o presente para a construção de um futuro melhor, sempre com a preocupação de salvaguarda de suas memórias e experiências coletivas e individuais. Desse modo, a Museologia Social modifica as relações dos moradores de uma comunidade em relação ao seu patrimônio local e contribui para que as pessoas, por meio de suas criações e iniciativas, operacionalizem formas de produção que garantam a sua inclusão social e o conseqüente desenvolvimento social e econômico local. A instituição museológica passa a ser um espaço dinâmico, que contribui para que a comunidade reconheça sua cultura e se aproprie do seu patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Para o autor, o museu comunitário “É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional nacional ou global” (VARINE-BOHAN, 2014, p. 29).

Diante do exposto, a Museologia Social é fundamental para o reconhecimento do patrimônio cultural daqueles grupos sociais que estão à margem da sociedade, dentre os quais a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque. Isso demonstra que seus conhecimentos, saberes e tradições se fazem presentes no panorama cultural do País. Todavia, até hoje há desafios a serem vencidos na perspectiva de envolvimento efetivo dos museus com os problemas sociais, a saber:

O despertar dos museus na América Latina e no mundo para os desafios do século 21 precisa atender às dinâmicas de uma realidade cada vez mais globalizada, as demandas da participação social e da diversidade cultural. Hoje, museus em todo o mundo assumem um papel ativo na vida que acontece do lado de fora de seus muros. Muitos reconhecem sua responsabilidade em relação aos problemas sociais, atuam em parceria com diferentes grupos, comunidades, organizações e movimentos sociais; como, por exemplo, em projetos de inclusão social, de redes de conhecimento e fóruns de diálogo, por meio de novas gerações de ecomuseus e museus comunitários, etc. O desafio é assumir o compromisso com a transformação (da realidade e de si mesmos, a fim de evitar que parem no tempo!), manter uma atitude autocrítica, redefinir prioridades e formas de ação (SANTOS, 2012, p. 09).

Portanto, era essa a linha mestra que me faltava para uma conexão paradigmática ao PPGMUSPA, numa investigação cujos protagonistas são a própria

comunidade, suas narrativas e seus sonhos. Trata-se de um grupo social cujos saberes, histórias de vida e trajetória social vêm contribuindo para a história de Arroio do Meio. E, na tentativa de que essa contribuição seja reconhecida, mediante o levantamento de seus bens patrimoniais materiais e imateriais, encontrei na metodologia do Inventário Participativo o caminho adequado, proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O IPHAN (2013), em sua publicação intitulada *Educação Patrimonial: manual de aplicação* apresenta as etapas de realização do Inventário Participativo. Inicia ao destacar que ele deve ser elaborado a partir da mobilização de pessoas de um grupo social, para a identificação e registro dos bens materiais e imateriais que têm valores simbólicos, que representam as características e a história desses indivíduos. Por meio dessas manifestações, torna-se possível conhecer a pluralidade cultural do grupo, o que possibilitará o fortalecimento dessas pessoas na luta por políticas públicas, melhoria da qualidade de vida e realização de projetos coletivos e individuais.

Na maioria dos casos, é o caminho para que surja entre os indivíduos o desejo de fundar um museu comunitário, que preserve narrativas, objetos e memórias, e que, gerido pela própria comunidade, constituir-se-á numa instituição representativa do território e do grupo. De acordo com o documento, o Inventário Participativo é decidido pelas pessoas da comunidade, que se tornam protagonistas de todas as suas etapas, o que o torna uma ferramenta importante para o reconhecimento e fortalecimento de segmentos populares.

O meu primeiro passo na pesquisa, para a sua realização, foi a apresentação da metodologia para as pessoas da Comunidade, que imediatamente concordaram em participar. Desse modo, foi-se constituindo o campo etnográfico desta investigação. Tudo pensado, preparado e agendado e eis que então se instala a pandemia da COVID-19. Com grande angústia, percebi que seria impossível levar adiante essa ideia, pois implicaria em encontros sistemáticos com a comunidade e minha presença em campo se tornou impossível, já que isso se converteria numa ameaça para todos nós.

Mais uma vez recorri à Museologia Social, que se utiliza de atividades participativas, conhecidas como ações museais, para o registro da história e da memória da comunidade, para tornar exequível o Inventário Participativo, sob a forma de rodas de memória, saraus, oficinas de culinária e de dança, entre outras.

Ou seja, o movimento reconhece qualquer forma de registro criativo que seja utilizado pela comunidade a fim de preservar sua memória, suas tradições, enfim, a sua cultura. Na pandemia, com o isolamento social que se mantém até agora, em pleno ano de 2021, o modo encontrado pela comunidade para participar da investigação, para (re)lembrar, contar e registrar suas memórias, histórias, tradições e saberes, foi o aplicativo de celular *WhatsApp*.

Graças a ele, o grupo conseguiu enviar depoimentos escritos, como também em vídeo e voz, além de fotografias feitas durante a visita de campo que consegui realizar. E foi graças a essa solução que consegui concluir este trabalho, com pessoas que me apresentaram o que consideram ser o seu patrimônio e refletiram sobre as principais representações culturais do Quilombo, sempre por meio do diálogo e de uma escuta sensível, amorosa e solidária.

Posso afirmar, sem dúvida, que esta investigação foi feita com a comunidade, e não sobre ela. O diálogo e o respeito estiveram sempre presentes, em momentos que permitiram a cada um expressar suas lembranças, opiniões, argumentos e sonhos, num exercício de cidadania pleno de carinho. E assim, reconhecidas as restrições que o momento exigiu, conseguimos cumprir as etapas do Inventário Participativo, o que incluiu a identificação dos sujeitos e a adaptação das técnicas de história oral às possibilidades tecnológicas da situação para a coleta de informações. Dito de outra forma, graças ao *WhatsApp* e às duas visitas de campo, realizadas para a coleta de dados, aplicação de questionário e esclarecimento de dúvidas, bem como à participação do grupo no processo de inventário, documentação, análise, interpretação dos dados e divulgação, conforme orientação a esse respeito feita por Alves e Paiva (2019).

Embora o Inventário Participativo não tenha sido feito de modo completo, serviu para registrar quatro elementos que foram apontados pela comunidade como seus bens patrimoniais mais significativos. Mesmo que de forma remota, os membros da comunidade se fizeram presentes em todo o processo, incluindo aí a interpretação de seu conceito, o planejamento e adaptação de sua execução e a formulação e divulgação de seus resultados.

Como se verá adiante, um de seus resultados mais concretos foi o registro de quatro elementos mais característicos do patrimônio da comunidade. Desse modo, apesar da pandemia, acredito que a pesquisa permitiu a valorização e o fortalecimento da comunidade quilombola de São Roque, cujos componentes

refletiram sobre a importância de seus saberes e tradições, o que os empoderou em relação à sua própria história.

Destaco que o Inventário, embora feito de modo adaptado, contribuiu para que as pessoas fizessem uma pausa para discutir o significado de seus saberes, conhecimentos e tradições para a formação do patrimônio cultural da região e do Rio Grande do Sul. A animação cultural que ocorreu na comunidade durante a pesquisa fez com que se forjasse uma vontade mais efetiva de preservação de suas histórias, memórias e referências para as gerações futuras, tendo se solidificado a ideia de constituição de um museu comunitário na futura instalação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo. Tal ação, caso concretizada, fará com que a comunidade quilombola tenha o primeiro museu comunitário em Arroio do Meio.

Espero que todo esse esforço não tenha sido em vão e que as informações reunidas no Inventário Participativo sejam utilizadas no processo de regularização do território da comunidade, por meio da conquista do título definitivo de suas terras. Assim, no próximo subcapítulo deter-me-ei na análise daquilo que se entende como patrimônio cultural do Quilombo de São Roque.

4.3 O quilombo de São Roque como patrimônio cultural

O patrimônio cultural de São Roque está presente no cotidiano da comunidade, no dia a dia de cada pessoa que vive no território, e uma das características marcantes da comunidade é a sua resiliência cultural, ou seja, a capacidade dos indivíduos em superar situações negativas em suas vidas. De acordo com Polleto e Koller (2006), é um sistema adaptativo do ser humano, que faz com que se superem situações adversas ou estressantes por meio de sua transformação em emoções positivas. Isso faz com que as pessoas envolvidas se tornem mais fortes e positivas. É um processo de adaptação, que emerge em fatos cotidianos entre crianças, famílias e comunidades. Resilientes são os membros da comunidade do Quilombo de São Roque, que, mesmo sofrendo o descaso do poder público e a discriminação racial e social, continuam lutando e sonhando com uma vida melhor, o que assim se concretiza:

[...] o quilombo vem sendo associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira, propostas pelos

movimentos negros com amplo apoio de diversos setores da sociedade brasileira comprometidos com os Direitos Humanos (LEITE, 2006, p. 10).

A resiliência sempre fez parte dos povos africanos e de seus descendentes. No período colonial, imperial e pós-abolição a resiliência foi praticada pelo povo negro no dia a dia, nos quilombos, nas irmandades, nas sociedades de ajuda, no candomblé, nos movimentos populares, clubes negros, entidades negras recreativas, entre outros.

Na década de 1930, foi fundada a Frente Negra Brasileira (1931-1938) em São Paulo. Ela foi a primeira organização cultural, ideológica, política de massa da população afrodescendente brasileira e se tornou um movimento muito importante para o cuidado, o fortalecimento, o apoio, o lazer, a formação política e ideológica dos seus integrantes. Em pouco tempo, ramificou-se em diversos estados brasileiros e passou a contar com milhares de participantes. No ano de 1936, tornou-se um partido político e, no ano de 1937, com a ditadura de Getúlio Vargas, todas as organizações políticas foram extintas, inclusive a Frente Negra Brasileira (GONZALES, 1982). Embora tenha se enfraquecido como movimento, manteve-se como esperança plantada em cada coração. A população negra continuou se articulando para resistir ao racismo, para ser reconhecida como formadora da sociedade brasileira e para conquistar suas pautas de reivindicação.

Na década de 1970, os movimentos artísticos, juntamente com intelectuais negros voltados do exílio, e com suas bagagens carregadas de novas experiências, e com outros movimentos sociais civis que não deixaram de existir, realizaram diversos movimentos artísticos que apresentaram as pautas de reivindicação afro-brasileira para a sociedade, como por exemplo a apresentação de grupos negros de teatro, realização de bailes com música e dança negra, a reivindicação do reconhecimento do dia 20 de novembro, como sendo a data da consciência negra, exposições de arte afro-brasileira (Op.cit.). Nessa mesma década, houve articulações de organizações e movimentos negros do Rio de Janeiro com os de São Paulo, com pautas políticas em comum, criou-se o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), na cidade de São Paulo, no ano de 1978. Como organização da sociedade civil, teve como maior pauta do movimento a luta contra a discriminação racial e pelo respeito aos direitos de cidadania das pessoas negras. Prossequindo, o autor destaca que o movimento se organizava por meio de centros de luta e rapidamente o movimento começou a ser articulado em outros

estados brasileiros. Como a pauta de reivindicação do MNU se voltou principalmente para a discriminação racial, seus integrantes decidiram simplificar o seu nome, que passou a ser Movimento Negro Unificado.

No período de redemocratização do País, o MNU percebeu a oportunidade de pautar as demandas da população negra, como, por exemplo, a definição de políticas sociais específicas, entre outras, e atuou intensamente para incluí-las na Carta Magna Brasileira de 1988. Foi nesse período que o grupo se uniu às comunidades quilombolas para a organização das demandas desses grupos. Em decorrência, as pautas das comunidades quilombolas e as do MNU foram apresentadas e defendidas pelos seus pares, que compunham o MNU³³ e a bancada negra³⁴ no Congresso Nacional. Como ressalta Rubert (2009), o ato de incluir as reivindicações das comunidades quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi uma forma para garantir a reparação e a preservação da memória desses grupos sociais.

Como resultado desse movimento, as comunidades quilombolas foram reconhecidas legalmente pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988: “Art. 68”. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988a, documento eletrônico). Além disso, houve o reconhecimento da cultura afro-brasileira, por meio dos artigos 215 e 216 da Carta Magna brasileira de 1988, como formadora do patrimônio cultural brasileiro. O documento apresenta uma nova concepção do conceito de patrimônio cultural, ao incluir as manifestações culturais da diversidade étnica do País. Trata-se de conquistas importantes para essas comunidades, que por muito tempo estiveram ausentes e invisíveis nas políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

³³ Para Gomes e Rodrigues (2018, p. 934) as representantes “[...] que fizeram uso do direito de voz durante as discussões na subcomissão [foram] Lélia Gonzáles, Helena Teodoro e Maria da Graça dos Santos [...]”.

³⁴ Destaque merecem os representantes parlamentares negros, que “[...] foram personagens fundamentais na construção de alianças políticas para que demandas históricas pleiteadas pela população negra após a abolição e o advento da República se tornassem direitos e induzissem políticas públicas” (GOMES; RODRIGUES, 2018, p. 930), foram “[...] a senadora Benedita da Silva e os deputados federais Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim e Paulo Paim” (GOMES; RODRIGUES, 2018, p. 934).

E foram os artigos 215 e 216, da Constituição Federal Brasileira de 1988, que me instigaram, fizeram-me ter vontade de demonstrar como a Comunidade contribui na constituição do patrimônio cultural do município de Arroio do Meio e do Rio Grande do Sul. Trata-se de um grupo social que tem se mantido historicamente não reconhecido como integrante da sociedade local, cuja cultura não faz parte do patrimônio da região. Em sentido contrário, na busca pelo seu reconhecimento, as pessoas que a compõem demonstram e reforçam a todo o momento as referências sociais e culturais mais valiosas, presentes na vida da região e do estado do RS.

Dona Loni fez um depoimento significativo no processo de reconhecimento do Quilombo, ao ressaltar enfaticamente o quanto a cultura do grupo é preciosa, porque ela é responsável pela união da comunidade. Ela lembra que as raízes da cultura do quilombo vêm da África, e que esse passado é preservado por meio dos “[...] ritos, fé, alegria, folclore, música, jinga, alimentação e costumes”. Ela descreve como a cultura do grupo se agregou à comunidade local, tanto oferecendo quanto recebendo contribuições dos indígenas, imigrantes alemães e italianos. E finaliza ao destacar que: “Não queremos *abrir mão* de nossa cultura, antes disso, preservá-la e divulgá-la. Mas, se não lutarmos por nossos direitos, não teremos chances neste cultivo. Dispomos de nossa força de vontade e de nossa mão de obra para alcançar nossos objetivos” (INCRA, 2010, p. 3).

Ao realizar esta pesquisa, por meio de um estudo etnográfico, sendo utilizada a técnica da história oral, devidamente adaptada às restrições da pandemia, pude conhecer as referências culturais mais valiosas da comunidade, elaborada de acordo com a classificação dos bens culturais imateriais do IPHAN, que podem ser observadas no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3
Referências culturais do Quilombo de São Roque

CATEGORIAS	EXPRESSÕES
Saberes	Conhecimento e uso das ervas medicinais, chás e remédios caseiros Ofício do corte de pedra
Artesanato	Balaies de palha de milho Colchas de retalhos Produção de flores Toalhas bordadas Pintura com folhas
Receitas culinárias	Feijoada Canjica e processo de quebra no pilão Doce do Pau, ou Doce do Mamãozinho do Mato Vaca Atolada (aipim com molho e carne) Mocotó Pamonha
Celebrações	Devoção à Virgem Imaculada Conceição Procissão e festa do padroeiro São Roque
Formas de expressão	Dança africana <i>Amaé Axé</i> Capoeira
Lugares	Capitel Casa de Seu Dárcio Geraldo da Silva e Dona Maria Rita da Silva
Objetos	Pilão (instrumento de beneficiamento de produtos agrícolas como canjica, erva-mate, entre outros) Fogão a lenha

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira referência cultural a que fui apresentada foi a dança africana *Amaé Axé*, em que a expressão corporal das pessoas flui de modo significativo, como pode ser observado na Figura 10, a seguir:

Figura 10

Oficina de dança africana *Amaé Axé* na Associação dos Moradores do Morro São Roque (fev. 2019)



Fonte: Patrícia Xavier. Arquivo DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

Trata-se de uma das manifestações artísticas culturais mais cultuadas no Quilombo, dançadas pelas mulheres, com idades que variam dos 12 aos 60 anos. É delas também a responsabilidade pela coreografia, figurino e apresentação. A função do dançar se liga ao fortalecimento e manutenção da vida das histórias, memórias e a cultura dos ancestrais, que dançavam para comemorar a vida, a boa colheita e a união familiar. O figurino para a dança é uma blusa de babado na altura dos ombros, na cor branca, e saia rodada de chita³⁵, tecido de algodão com estampas coloridas e vivas, cuja cor predominante é azul, e os pés ficam descalços. A dança pode acontecer em qualquer lugar, como na rua, nas casas, no salão da associação, no salão da igreja, nas escolas, ou mesmo em outros municípios.

³⁵ A chita é um tecido de algodão com estampas coloridas e vivas, a estampa é feita sobre um tecido conhecido como morim, sua principal característica é possuir cores primárias e secundárias que cobrem totalmente o tecido. Possui figuras grandes e delineadas em grafite, sempre com a predominância de uma cor de fundo. Ao longo do tempo ganhou algumas variações de acordo com o tamanho da estampa que possuía (chitinha e chitão). Disponível em: <https://projetos.habitissimo.com.br/projeto/a-chita-um-tecido-simbolo-da-cultura-popular>. Acesso em: 05 fev. 2020.

Na culinária, que é outra referência cultural apontada pela comunidade, destaca-se a receita de pamonha, constante na Figura 11, cuja preparação, além de ligar gerações, envolve um processo de interligação com a terra, por meio do plantio, cuidado com a plantação e colheita.

Figura 11
Processo de preparação da Pamonha



Fonte: Luana Lima (2019).

A produção do doce de mamãozinho do mato (Jaracatiá), apresentado na Figura 12, tradicionalmente conhecido como cocada, por sua vez, reúne as mulheres das famílias na cozinha de suas casas no processo de produção do doce, convertendo-se então num momento de integração, no qual elas relembram recortes de suas infâncias e lembranças de suas mães e avós.

Figura 12
Doce do Mamãozinho do Mato



Fonte: Luana Maia (2019).

Entre os instrumentos de trabalho, o pilão, apresentado na Figura 13, foi apontado como sendo o mais representativo da Comunidade, muito utilizado na cozinha para beneficiar os alimentos para a preparação de muitos pratos.

Figura 13
Preparação da Erva-Mate para consumo



Fonte: Luana Maia (2019)

Em relação aos lugares, foi apontado o Capitel, Figura 14, que é uma capelinha de cimento, bem conservada pela Associação dos Moradores do Morro São Roque. Ela está localizada em uma estrada de chão, de pouco movimento, perto da associação. É um lugar de referência religiosa para a comunidade, porque lá é realizada a procissão ao Santo São Roque, padroeiro da região. Além de ser um lugar que as pessoas visitam para rezar e pagar promessas.

Figura 14

Capitel do Morro de São Roque, Arroio do Meio, Rio Grande do Sul



Fonte: Pâmela da Silva (2021).

A casa de Seu Dácio Geraldo e Dona Maria Rita, constante na Figura 15, é uma das primeiras casas de madeira construídas na comunidade. Foi ela que abrigou diversas reuniões e oficinas realizadas para e pela comunidade. Além de ter servido de palco para a fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, ficando marcada na história do Quilombo.

Figura 15
Uma das casas mais antiga do Quilombo



Fonte: Arquivo DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

Uma constatação presente na maioria dos depoimentos é que a comunidade está preocupada em registrar a sua história para que não se perca com o tempo e nem com a pandemia. E, principalmente, para que continue sendo transmitida para as futuras gerações, uma vez que muitos saberes já foram perdidos. Como relata Eliana: “[...] eu sei que várias coisas da gente já ficaram para trás, já se perderam. Os mais velhos vão morrendo e os mais novos não continuam, e é uma coisa que vai se perdendo” (Depoimento de Dona Eliana Luciana Voigtlander, por meio de vídeo, em 20 jul. 2020).

E, para Dona Erenilda, Eliana e Seu Ailton, é importante que os conhecimentos e saberes do Quilombo sejam registrados em documentos escritos para que não caiam no esquecimento. Daí decorre a importância que atribuíram a esta investigação, o que pode ser constatado no depoimento de Eliana:

Bom, eu acho assim, que seria muito interessante, muito importante, no meu ponto de vista, que a gente conseguisse guardar um pouco da nossa história, tipo fazer um livro, alguma coisa assim. Para nossa geração futura, para nossos

filhos, nossos netos, quem sabe bisnetos, ainda terem né? (Depoimento de Eliana Luciana Voigtlander, por meio de vídeo, em 20 jul. 2020).

Dessa forma, seria bastante oportuno que mais adiante seja realizado um Inventário Participativo, em condições normais, sem a pandemia, para que fossem registradas as referências que os representam. Para Alves e Paiva (2019, p. 59): “[...] o inventário é extremamente significativo, uma vez que é ferramenta capaz de distinguir e preservar os bens culturais [...]” de um grupo social. Ele “[...] é capaz de elevar a autoestima da comunidade, promovendo a consciência coletiva e estimulando uma transformação de dentro para fora [...]”, por meio do diálogo, do respeito à diversidade cultural e do exercício da cidadania, porque “[...] deixa de ser realizado sobre ou para a comunidade, e passa a ser realizado com a comunidade” (ALVES; PAIVA, 2019, p. 59).

No que se refere à função do inventário, assim o IPHAN a descreve:

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local (IPHAN, 2016, p. 7).

Trata-se também de um instrumento fundamental para o levantamento dos possíveis objetos da comunidade, que são valiosos e significativos na representação da memória e da história, e que deverão ser musealizados. No momento em que se tornarem museálias, os objetos que formarão o acervo histórico da comunidade deixarão de ter um valor de mercado e passarão a ter um valor simbólico, um valor sentimental, na perspectiva da Museologia Social, a saber:

É isso que constitui a Museologia Social, que volta seu olhar à valorização do homem enquanto sujeito de sua própria vida, crítico e consciente de sua realidade. Isso transcende a valorização da cultura imaterial quando desvinculada da realidade social (MINUZZO, 2016, p. 20).

No processo de realização do Inventário Participativo, os objetos de valores significativos para um indivíduo da comunidade, como, por exemplo, fotos, poderão ter um significado importante na história da comunidade e, por uma decisão unânime das pessoas que compõem a comunidade, poderão se transformar em museálias:

A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como 'Museu' poderá também mudar, no tempo e no espaço (SCHEINER, 2012, p. 18, documento eletrônico).

A musealidade de um objeto, em um museu comunitário, tem relação direta com os sujeitos que a constituem e com suas memórias, e é somente dessa forma que um objeto adquire um valor museológico. Pode-se dizer que a musealidade está diretamente ligada ao contexto social e histórico da comunidade. E isso significa que a museália não possui um significado cristalizado (museificado), mas sim dinâmico, estimulando uma reflexão crítica sobre a realidade no momento em que alguns de seus componentes são musealizados e transformados em museália:

Ao serem musealizados, velhos problemas são redimensionados, pequenas conquistas são coloridas, velhas rugas viram motivo de risos. E, nesse processo, é construído o patrimônio imaterial de pessoas que, passo a passo, se reconhecem como uma comunidade (DALLA ZEN, 2016, p. 79).

As exposições, sejam elas itinerantes ou não, sejam elas dentro ou fora de um museu, são resultados da decisão de uma comunidade e compostas por museálias de grandes valores e significados para o grupo de pessoas que organizaram a exposição. Vale lembrar que esses objetos possuem diversos valores quando entram em contato com múltiplos públicos, porque estão diretamente ligados às memórias das pessoas que com eles interagem. E esse outro valor e significado depende da vivência, da história e da experiência do indivíduo. Dessa forma, é importante que a organização de uma exposição seja realizada pela própria comunidade, o que inclui as legendas dos objetos, para que estes assumam a qualidade de testemunhas da história das pessoas desse grupo social.

Lamentavelmente, em função da pandemia, não foi possível realizar o Inventário Participativo agora, na profundidade necessária. Em seu lugar, organizei o registro de referências culturais apontadas como tal por mais de três pessoas em seus depoimentos durante a pesquisa, constantes no Apêndice C. Decidi realizar esse procedimento a fim de deixar tais apontamentos para um posterior aproveitamento e utilização, caso mais adiante venha a ser realizado um efetivo

inventário participativo e que eles possam ser registrados no IPHAN. Dessa maneira, considero que essas referências poderão ser utilizadas em algum momento no processo de regularização do território da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.

Eis que assim chego ao quinto capítulo, em que são incluídos os depoimentos dos sujeitos desta pesquisa, que a tornaram possível ao me revelar suas vidas, casas, famílias, conhecimentos e tradições. Com eles, aprendi o sentido de ser resiliente, ter persistência, coragem e fortaleza. Eles me conduziram ao passado com suas narrativas, ao me apresentar o Vovô Teobaldo e sua inabalável liderança e crença na vida. Sem eles, este trabalho não existiria.

5 MEMÓRIAS, HISTÓRIAS & RESILIÊNCIA

A fim de constituir o campo etnográfico da pesquisa, foram convidadas todas as 37 pessoas que hoje vivem no Quilombo, dentre os quais oito se constituem nos sujeitos do campo etnográfico delineado. Como indicado anteriormente, em decorrência da pandemia da COVID-19, foi necessária uma adaptação para a realização dos diálogos. Diante da inexistência de uma rede de internet segura e equipamentos eletrônicos específicos para diálogos virtuais, foi utilizado o celular como rede para os contatos. Desse modo, utilizei sistematicamente o celular, nos anos de 2020 e 2021, via *WhatsApp*, para fazer as perguntas que julguei necessárias. E os oito sujeitos prontamente me respondiam. Finalmente, realizei uma visita de campo em 13 de fevereiro de 2021.

Em decorrência, passo agora a apresentar os resultados que obtive, em relação a essas pessoas cheias de saberes, conhecimentos e vivências, em cujas narrativas é perceptível pontos em comum entre todos, como a história da formação do quilombo, o significado da dança africana – Amaé Axé, a importância das ervas curativas, o papel da capoeira como representação da identidade do grupo, entre outros aspectos.

5.1 Seu Ailton

O primeiro contato que tive com a comunidade, antes de lá chegar, foi com o Seu Ailton (Figura 16), que em 2019 era o Presidente da Associação Comunitária São Roque. Foi com ele que acertei as tratativas de realização do Programa Convivências³⁶. Para isso, a equipe da Pró-Reitoria de Extensão fez uma reunião na comunidade, da qual não participei, além de contatos via telefone. Em todas as ocasiões, ele se mostrou receptivo às demandas que fazíamos e satisfeito com as expectativas que possuía em relação ao Programa.

³⁶ O Programa propõe um encontro de saberes entre a Universidade e comunidades populares da Grande Porto Alegre e do interior do Estado, como quilombolas, indígenas e periféricas, com metodologia participativa em que atuam alunos, professores e servidores técnico-administrativos da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/deds/programas-e-acoes/programas-convivencia-2011>. Acesso em: 8 set. 2019.

Figura 16
Ailton Roque da Silva



Fonte: Arquivo DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

Quando cheguei ao Quilombo, no dia 3 de fevereiro de 2019, a primeira pessoa que me recepcionou foi Seu Ailton, que em seguida me apresentou sua família e a sua casa. Naquele dia foi na sua casa que a comunidade se reuniu para fazer o almoço de recepção para a “Turma da UFRGS”, como ele passou, carinhosamente, a chamar nosso grupo. Logo percebi que Seu Ailton é uma pessoa muito alegre, forte e com dons artísticos: canta, dança e toca gaita. Trabalhador do campo, é pequeno agricultor, sempre morou em São Roque, é casado e pai de duas filhas. Atualmente é vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo. Em nossas conversas, ele relatou diferentes aspectos em relação às histórias de seu avô, Alcides Geraldo da Silva, o Vovô Teobaldo, fundador da comunidade (Figura 17).

Figura 17
Alcides Geraldo da Silva com seus 111 anos



Fonte: Acervo do Jornal *O Alto Taquari* (1983)³⁷.

As histórias contadas pelo Seu Ailton me fizeram conhecer a formação e a fundação da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, com destaque às histórias do personagem Vovô Teobaldo. Ele também relatou como o seu conhecimento sobre o uso de ervas medicinais o transformou numa pessoa requisitada e muito conhecida na região de Arroio do Meio e municípios vizinhos.

O quilombo teria sido fundado pelo Seu Alcides Geraldo da Silva, mesmo sem saber que o seu ato de fuga resultaria na formação de uma comunidade. Tratava-se de um jovem que se libertou de um fazendeiro que lhe obrigava a realizar trabalhos forçados. Nessa fuga, ele deixou para trás três irmãos e o seu amor; para se refugiar, adentrou a densa vegetação nativa de Arroio do Meio e chegou até o Morro São Roque. Ao se instalar na região, conheceu o fazendeiro Luiz Pagliarini, que, por ser idoso, não podia trabalhar e o contratou para realizar os serviços mais pesados. Em troca, ganhou um lugar para dormir, roupas e comida.

³⁷ Jornal *O Alto Taquari*, sexta-feira, 08 de abril de 1983, capa do jornal. Documento digitalizado e encaminhado via WhatsApp por Isoldi Bruxel, jornalista e diretora do jornal, em 08 jul. 2021.

Com o tempo, Seu Alcides foi se tornando amigo do Seu Luiz e de sua esposa, a ponto de pedir autorização para que pudesse trazer seus irmãos e sua futura mulher para morarem na região. Segundo Seu Ailton, o dono daquelas terras aceitou, disse que “[...] ele poderia trazer, formar uma família lá nas terras dele, mas tinham que trabalhar com ele e para ele”³⁸.

Dessa forma, Seu Alcides, que acreditava ter se livrado do trabalho forçado³⁹, permaneceu nele, como ocorreu com inúmeras pessoas no território brasileiro. Ele teve que pedir *permissão* para o fazendeiro para unir sua família e, em contrapartida, teria que continuar trabalhando para o *seu senhor* gratuitamente. Assim, não tinha qualquer perspectiva de trabalhar para conseguir recursos para adquirir um pedaço de terra próprio no qual pudesse viver com sua família.

De qualquer modo, com a presença de sua família, iniciou-se a constituição da comunidade, já que, antes do fazendeiro falecer, este doou 11,6 hectares de terras para Seu Alcides, como pagamento pelos serviços prestados e, mais ainda, pelos cuidados que ele dispensou à saúde do casal, a quem curou de várias enfermidades com o uso de plantas medicinais, que havia aprendido com sua mãe, Dona Laurinda.

Assim, esses 11,6 hectares foram o início da constituição do território do Quilombo de São Roque. Todavia, a garantia do direito dessas terras foi uma luta que persiste até hoje. Quando o casal de idosos morreu, sem deixar filhos, seus irmãos fizeram várias tentativas para tirar as terras de Seu Alcides. Todavia, não o conseguiram, uma vez que a doação dos 11,6 hectares de terras havia sido registrada e escriturada em cartório. Ainda assim, essa luta permanece até hoje, pois tentativas vêm se sucedendo para os expulsarem de seu território. Como diz Seu Ailton:

[...] com muita luta e resistência estas terras passaram de meu avô, para meu pai, de meu pai pra mim, e hoje eu estou com meus filhos aqui. Foi o

³⁸ Seu Ailton, depoimento prestado à pesquisadora via *WhatsApp* em 30 nov. 2020.

³⁹ Conforme a Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório, da Organização Internacional do Trabalho (OIT): “[...] a expressão trabalho forçado ou obrigatório designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (artigo 2º). Sua exploração poderá ser realizada por autoridades do Estado, pela economia privada ou por pessoas físicas (OIT, 2021, doc. eletrônico).

que fizeram a maioria dos filhos do vô, se acamparam por aqui mesmo, criaram família aqui, e estão por aqui⁴⁰.

De acordo com seu relato, as terras foram sendo conquistadas sempre por meio de doação ou compra. Ele informou que quatro pessoas da comunidade adquiriram terras pelo Programa Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário, mas todas as famílias continuam ocupando a área de 11,6 ha para suas moradias.

Mas a luta de Seu Alcides continuou. Por sua ação como ervanário e benzedor, ele passou a ser reconhecido na região de Arroio do Meio e municípios vizinhos como o *Negro Teobaldo*, o *Curador*, ou *Vô Teobaldo*. Era a pessoa que conhecia profundamente o uso de ervas medicinais da região, além de curar por meio de rezas e benzimentos. Ele fazia chás caseiros, infusões, emplastos e pós de ervas. Segundo disse, é um saber que era passado de geração em geração entre eles, e que teria iniciado “[...] com Dona Laurinda que deixou para Seu Alcides, que deixou para sua filha Elsa, que passou para o Seu Gilberto”⁴¹.

Através das palavras de Seu Ailton, pude perceber o quão forte foi o Seu Alcides, que fugiu para se abrigar no morro São Roque. Como já disse anteriormente, o fato de ter-se tornado popular pelo seu conhecimento acerca do uso de ervas curativas lhe rendeu recompensas em dinheiro, como também doações de terras, gado, ovelhas e sementes. Assim, ele conquistou o território em que hoje está localizada a comunidade e constituiu uma estrutura para que sua família e seus descendentes pudessem atuar como pequenos produtores rurais.

5.2 Seu Gilberto

O primeiro contato que tive com ele foi numa noite quente, numa serenata realizada na varanda de sua casa, quando demonstrou seus dons artísticos ao tocar violão, ao cantar e dançar. É um senhor sorridente (Figura 18), um sábio, de fala mansa. Casado, tem três filhos e quatro netos, e todos moram no território quilombola. Acorda cedo todos os dias, para ir trabalhar numa empresa na cidade de Arroio do Meio, e retorna para casa por volta das 19 horas, para o seu terceiro turno de trabalho, que é o das consultas espirituais. Aos finais de semana, ocupa-se com

⁴⁰ Seu Ailton, depoimento prestado à pesquisadora via *WhatsApp* em 30 nov. 2020.

⁴¹ Seu Ailton, depoimento prestado à pesquisadora via *WhatsApp* em 30 nov. 2020.

a lida da casa ou da roça, bem como consertos em geral ou com a religião. Pude conhecê-lo melhor na visita de campo que fiz no dia 13 de fevereiro de 2021. Era um sábado ensolarado, com muito vento, e, embora fosse um dia de verão, a temperatura estava agradável. A casa de Seu Gilberto foi a terceira que visitei no dia, após o almoço.

Figura 18
Gilberto da Silva



Fonte: Gilberto da Silva (2019).

Ele me recepcionou com um lindo sorriso nos lábios. Em seguida, convidou-me para sentar em uma das cadeiras disponíveis na varanda. Reapresentamo-nos e, em seguida, exibí o *slide* que tinha preparado para incentivar o início de nossa conversa. Nele, havia uma fotografia da entrevista de Vovô Teobaldo concedida ao jornal O Alto Taquari⁴², no ano de 1983, sobre o uso de ervas curativas, que consta na Figura 19, abaixo. Logo ao apresentar o *slide*, juntaram-se a nós na varanda a Dona Loni, sua irmã, e Franciele, sua filha, de cujas falas vou me deter mais adiante.

Os momentos que passei com Seu Gilberto foram muito gratificantes, numa conversa em que ele apresentou o mundo dos saberes das ervas curativas

⁴² Jornal O Alto Taquari, sexta-feira, 08 abr. 1983, p. 05. Documento digitalizado e encaminhado via *WhatsApp* por Isoldi Bruxel, jornalista e diretora do jornal, em 20 nov. 2020.

existentes no território remanescente de quilombo São Roque. Saberes que vêm de longe, de seus ancestrais, por meio da oralidade, do diálogo e da escuta. Atualmente, ele é o ervanário, o benzedor e o médico espiritual da região, além de produzir e distribuir as infusões, chás, emplastos e pozinhos⁴³.

Figura 19
Entrevista com Seu Alcides Geraldo da Silva



Fonte: Jornal O Alto Taquari (1983).

Seu Gilberto pratica a umbanda, religião que aprendeu com sua mãe. E ele deixa bem claro o respeito e a seriedade com que trata seu trabalho religioso: “Eu benzo, eu consulto, sou médico espiritual, eu me formei médico espiritual”⁴⁴.

As consultas e operações espirituais são realizadas no *terreiro*⁴⁵ que o próprio Seu Gilberto fez. Trata-se de uma peça de madeira, com teto de zinco, em cujo interior há cadeiras para as pessoas se acomodarem e um manequim, no qual Seu

⁴³ As folhas secas das ervas são moídas para serem utilizadas para curar feridas ou consumidas como alimento.

⁴⁴ Seu Gilberto, relato à pesquisadora fornecido em 13 fev. 2021.

⁴⁵ Terreiro: local onde se realizam sessões de candomblé, umbanda e outros rituais afro-brasileiros. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/terreiro> Acesso em: 06 maio 2021.

Gilberto guarda suas roupas religiosas e suas guias. No *Congá*⁴⁶, reúne seus santos católicos, da umbanda, pedras que utiliza para fazer suas consultas, bem com um vidro, em formato de garrafa, que herdou do seu avô Alcides Geraldo da Silva, que usava para consultar. Fiquei curiosa sobre a utilização da pedra e do vidro como elementos que auxiliam nos atendimentos, então perguntei para seu Gilberto como esses objetos poderiam ajudar nas consultas. Prontamente ele me respondeu:

A pedra e o vidro são elementos de concentração. Quando eu uso a pedra, eu rezo, me concentro, e vejo o que você tem. Uma concentração que vem de Deus, me concentro bem, com muita fé e rezo pra Deus 'me mostra agora o que esta pessoa tem'. Isso eu peço dentro de mim, ninguém escuta, logo vem a voz dizendo o que tem, o que não tem, onde tem. É uma concentração, que muitos queriam ter. E cada um tem a sua forma de concentrar⁴⁷.

Ele contou também que já fez tratamentos em mulheres que não podiam engravidar e conseguiu que elas tivessem lindos bebês. E que benze casas para afastar a desunião, a separação e outros problemas de casais. Em relação à origem das ervas curativas que fornece aos consulentes, ele disse:

As ervas utilizadas nas benzeduras são todas colhidas aqui nas terras do falecido vô. Aqui tem bastante ervas, de vários tipos, para diversas coisas. Só que tem que saber qual ervas usar. Por exemplo tem 3 tipos de ervas para usar para infecção, tem 2 tipos para infecção dos rins, das costas, para estufamento⁴⁸.

Falou que ainda criança aprendeu com o Seu Alcides como identificar e utilizar essas ervas com fins curativos. Disse ainda que, antes de falecer, seu avô lhe passou a missão de atender as pessoas. Quando perguntei a Seu Gilberto como aprendeu a benzer, deu um sorriso largo e disse:

⁴⁶ Congá ou Gongá é uma palavra de origem africana utilizada na Umbanda Sagrada para denominar o altar onde ficam as imagens dos caboclos, pretos-velhos, santos católicos e outros elementos presentes nas crenças umbandistas. Porém, essa é apenas a parte material, aquilo que podemos enxergar com os olhos do corpo físico, porque espiritualmente o Congá é um poderoso ponto de energia divina. Disponível em: <http://acve.com.br/index.php/jornal/item/142-o-que-e-conga>. Acesso em: 06 maio 2021.

⁴⁷ Seu Gilberto, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁴⁸ Seu Gilberto, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

Eu estava sempre no lado do meu avô, o vô benzia⁴⁹, explicava como que era. Eu atendia as benzeduras mais simples né?! Como dor de cabeça, mau jeito, nervo rendido, problema no estômago, espasmo no estômago, estômago virado⁵⁰.

Afirmou também que a forma desse aprendizado se deu pela oralidade, pela observação e pela convivência, com a identificação de erros e acertos. Destacou que o Seu Alcides explicava tudo com muita calma e paciência: “Eu curei essa pessoa com esse remédio, eu curei a dor de cabeça com esse remédio, a dor de estômago, com esse remédio”⁵¹.

Fiquei curiosa e perguntei se algum de seus filhos herdara o mesmo dom, ao que ele respondeu que: “Meu neto, filho da minha filha mais velha, é interessado em ervas”. Nessa conversa, Seu Gilberto também destacou que todas as pessoas da comunidade são importantes para a formação e preservação da identidade, da cultura do grupo, ao dizer que “Cada um de nós tem um dom, cada um de nós tem um saber, um conhecimento. Nós somos um elo, uma corrente”. Segundo ele, trata-se de uma corrente em que cada elo é fundamental para ficar forte e formar o todo e, desse modo, não se desunir no momento de pressão. Ou seja, o que dá a força para o grupo é a união da corrente. Depois de muito conversar, explicou-me a funcionalidade do *chá cipó escada*, utilizado para curar a anemia, e sobre a casca e espinhos da *cancorosa*⁵², cujo pó é bom para fechar feridas abertas. Ao prosseguir, disse que iria me mostrar a sua relíquia, que é um moedor de ervas que herdou de seu avô⁵³, que pode ser visto na Figura 20. Trata-se de uma caixinha de madeira, com uma manivela e uma gavetinha. A erva é introduzida na parte de cima da caixa, depois de se retirar a manivela, que, recolocada no lugar, deve ser girada várias

⁴⁹ Seu Gilberto se lembrou do momento que seu avô lhe ensinou a benzer “O vô dizia: quando tá com o estômago virado é mau jeito, tem pegar uma agulha, linha e um paninho e benzer a pessoa. Para dor de cabeça tem que pegar um vidro com água morna, com uma pitadinha de sal e benzer; é bom para tirar o sol da cabeça” (Seu Gilberto, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021).

⁵⁰ Seu Gilberto, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁵¹ Seu Gilberto, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁵² Também conhecida como espinheira santa, é uma espécie de planta amplamente utilizada na medicina popular.

⁵³ Antes de moer a erva, Seu Gilberto nos explicou como são os passos para que a planta fique no ponto certo para ser utilizada no equipamento: “Pega a erva, deixa ela dependurada pra secar, quando murchar, colocar no sol, quando você pegar ela com a mão e a erva estralar, já está pronta para moer”.

vezes para que o pó fique armazenado na gaveta do aparelho. Segundo Seu Gilberto “O Vô fazia os pozinhos em casa e levava para os atendimentos os saquinhos com os pozinhos de chá, todos separados”⁵⁴. Esse equipamento ainda é utilizado pelo Seu Gilberto, porque ele utiliza muitas plantas que devem ser aplicadas como pó.

Figura 20
Moedor de Ervas



Fonte: Foto da autora (2021).

Com a experiência que tive com o Seu Gilberto, pude perceber como são importantes a religião e o território para a manutenção da cultura das comunidades quilombolas. Por se tratarem de pessoas que sempre ficaram à margem de políticas públicas, principalmente da área da saúde, tiveram que se virar como podiam e interagir com a natureza para garantir a cura de suas doenças. Como falou Seu Gilberto: “Este nosso território é abençoado, tem muitas ervas que curam”.

⁵⁴ Seu Gilberto, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

5.3 Dona Loni

Assim que a vi, na festa de encerramento do *Programa Convivências*, em fevereiro de 2019, já simpatizei com ela. Trata-se de uma pessoa calma, com fala mansa, porém logo se percebe que se trata de uma mulher forte em suas colocações e posições. É filha de Dona Araci da Silva (filha de Alcides Geraldo da Silva), irmã de Seu Gilberto, de Dona Ângela e de Dona Rejane. É agricultora e já foi presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo.

Figura 21
Loni Maria da Silva



Fonte: Dona Loni da Silva (2021).

Na visita de campo, quando estava na casa de Seu Gilberto, ela se juntou a nós na varanda, participando, assim, da roda de memória naquela tarde. De início, ficou só escutando e observando, mas, assim que Seu Gilberto falou que era ainda criança quando se tornou aprendiz do Vovô Teobaldo, Dona Loni (Figura 21) se manifestou, falando que o remédio mais recente que a comunidade fez em conjunto foi a mistura de ervas curativas para protegê-los contra a COVID-19. Segundo ela, trata-se de uma infusão que possui em torno de 70 a 80 ervas mergulhadas e conservadas na cachaça, que as pessoas devem tomar um pouco ao sair e ao

chegar em casa. E ainda comentou que o remédio foi batizado como *chá da Confusão*, por conter diversas ervas: “Tem de tudo um pouco!”⁵⁵.

Essa senhora de 54 anos é outra profunda conhecedora das ervas curativas da região, com as quais faz as misturas que aprendeu com Vô Teobaldo e com sua mãe, Araci. Para tratar seu filho, que testou positivo para a COVID-19, ela fez uma mistura caseira “[...] usei mel de abelha, babosa, alho, creolina e limão; dei junto com o chá da Confusão. [...] tratei meu filho em casa”⁵⁶. Ela destacou ainda que, quando foi cuidar de seu filho, também bebeu essas duas misturas e não pegou o vírus. Dona Loni estava na minha lista de visitas daquele dia, uma vez que eu havia me programado para, depois de sair da casa de Seu Gilberto, ir a outras casas. Mas, como a encontrei antes, aproveitei o momento e lhe apresentei o *slide* que eu havia preparado para ela, sobre religiosidade, que contém o altar que há no Capitel (Figura 22), além de um vídeo que mostra a dança dos Orixás apresentado por Dona Rejane⁵⁷.

Figura 22
Altar do Capitel



Fonte: Ramon Moser, arquivo DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

⁵⁵ Dona Loni, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁵⁶ Dona Loni, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁵⁷ Apresentação realizada no Vila Flores, Porto Alegre/RS, em 16/12/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MHRWI_S6_sE. Acesso em: 20 nov. 2020

Ao ver a imagem do altar do Capitel, Dona Loni se manifestou, dizendo ser uma pessoa de muita fé e que pratica a religião católica e a umbanda. Ressaltou que em sua família há muito respeito em relação aos assuntos religiosos e que cada pessoa pratica uma ou mais delas. Disse que esse respeito à fé foi herdado de seu avô, que mesclava em suas práticas religiosas o espiritismo e o catolicismo, mas que, além disso, respeitava todas as demais religiões. Relatou que sua mãe era umbandista, fazia sessões semanais em seu terreiro e foi quem a preparou para praticar a religião. Durante a conversa, Dona Loni se lembrou da celebração que seu avô fazia, e que se tornou tradição na família, que é a devoção à Virgem Imaculada Conceição, cuja festa é realizada no dia oito de dezembro. Depois que seu avô faleceu, quem se responsabilizou durante 15 anos pela organização do evento foi a sua tia, Erci, quando esta faleceu a celebração ficou a cargo de sua mãe, Araci. E, agora, há cinco anos é ela, Dona Loni, quem está à frente do evento.

Durante a projeção do vídeo da dança dos Orixás⁵⁸, pude perceber o desconforto que surgiu em Dona Loni e Franciele, filha do Seu Gilberto. Elas me disseram então que se tratava de uma apresentação feita por uma ex-moradora do Quilombo, Dona Rejane, acompanhada por seus filhos de santo, com uma dança que não representava a comunidade. E assim ela se manifestou:

Dança africana que se chama *Amaé Axé*, a gente dançava muito (antes da pandemia). O vô tocava a dança no pandeiro, no atabaque. Os primeiros a dançar foram o pai a mãe, e aprendemos muito com a mãe e com o tio a dançar a dança africana. E, assim, foi uns ensinando os outros⁵⁹.

Pelas suas palavras, pude perceber que o objetivo da dança africana é fortalecer e manter a cultura da comunidade, porque é uma dança que mexe com a memória, com a história, com a alegria, com a comemoração à vida das pessoas daquele grupo social. Ela é transmitida de geração em geração e permite a participação de todos, mulheres, homens, crianças e idosos, de qualquer idade.

Para as apresentações da dança africana, Dona Loni relatou que há um grupo de mulheres que se organiza para ensaiar e fazer os figurinos, como apresenta a Figura 23. O figurino para a dança é uma blusa de babado na altura dos ombros, na

⁵⁸ Apresentação realizada no espaço cultural Vila Flores, Porto Alegre/RS, em 16 dez. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MHRWI_S6_sE. Acesso em: 20 jan. 2021

⁵⁹ Dona Loni, depoimento prestado à pesquisadora em 13 fev. 2021.

cor branca, e uma saia rodada de chita, tecido de algodão com estampas coloridas e vivas, cuja cor predominante é azul, e os pés ficam descalços.

Figura 23

Apresentação da dança africana Amaé Axé



Fonte: Patrícia Xavier. Arquivo DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

Diante do avanço da pandemia e para poder dar prosseguimento à pesquisa, no mês de abril de 2021 decidi criar um grupo no *WhatsApp*, aberto a todas as pessoas da comunidade que dispunham de um celular com condições tecnológicas que o permitissem. Numa das conversas no grupo, Dona Loni lembrou, como um objeto de memória, o pilão, e enviou a fotografia que constitui a Figura 24. Ela destacou que se trata de um instrumento de trabalho que é muito representativo da identidade do grupo. Ele também apareceu nas manifestações de outros integrantes da comunidade, que lembraram a sua importância na culinária e na preparação da erva-mate que eles produzem para consumo próprio.

A conversa com Dona Loni me fez refletir sobre a importância do respeito à diversidade para manter certa coesão na comunidade. Ela lembrou que há uma pluralidade de pensamentos, escolhas, atitudes e de sentimentos entre as pessoas que habitam aquele território. E essa multiplicidade é vivida e respeitada. Ela destacou o apreço dedicado aos mais idosos, reconhecidos por serem os mensageiros do conhecimento, dos saberes, além de terem sido as pessoas que lutaram para garantir o território onde todos vivem. Os idosos são cuidados pelas crianças, pelos jovens e pelos adultos, e, nas lutas pela conquista de políticas públicas, eles recebem prioridade de atendimento.

Figura 24
Pilão da Dona Loni



Fonte: Dona Loni da Silva (2021).

A diversidade religiosa é respeitada na comunidade, onde a umbanda, o espiritismo, o candomblé e o catolicismo vivem em harmonia, sendo comum que várias pessoas pratiquem mais de uma religião. Essa tolerância religiosa já havia sido ressaltada por Seu Gilberto, ao firmar que “Deus é um só”.

O território é outro elemento reverenciado, de onde só se tira o que se precisa: o alimento, a cura, a moradia, a felicidade, o canto dos pássaros e a beleza das flores, das árvores e dos frutos. Aprendi com eles que, embora tendo pautas e lutas em comum, somos diferentes uns dos outros. O que nos une é a cultura comum, o viver no mesmo território e seguir as tradições herdadas de nossos antepassados. Acredito que ainda tenho muito a aprender com a comunidade do Quilombo, o que, depois da pandemia, espero de fato concretizar.

5.4 Franciele

Franciele, filha de Seu Gilberto e Dona Vanderleia, é dona de uma alegria contagiante (Figura 25), com um permanente brilho nos olhos e um lindo sorriso estampado em seu rosto. Fala muito bem, tem um timbre de voz forte e, ao mesmo

tempo, agradável de ouvir. É mãe de uma linda menina e um menino que chegou ao mundo em 29 de junho de 2021.

Figura 25
Franciele Aparecida da Silva



Fonte: Franciele Aparecida da Silva (2021).

No dia da visita de campo, em meu primeiro planejamento, depois de passar na casa de Dona Loni, eu encerraria o dia na casa da Franciele. Mas, tudo se reorganizou e ela foi ao meu encontro na casa de seu pai. Ali conversamos todos juntos, Dona Loni, Seu Gilberto e ela. Para disparar a conversa com Franciele, eu havia preparado um *slide*, com uma foto, Figura 26, do final de uma oficina de Dança Africana que a comunidade ofereceu no período do Programa Convivências, em 2019.

Figura 26**Final da apresentação da dança africana Amaé Axé**

Fonte: Patrícia Xavier. Acervo: DEDS/PROEXT/UFRGS (2019).

Deixei a fotografia congelada na tela do *notebook* e perguntei à Franciele o que a dança africana representa para ela e para a comunidade. Ela respondeu que a dança a faz lembrar e demonstra a alegria de seus antepassados. Enfatizou que se trata de uma manifestação cultural importante para que as novas gerações conheçam como seus avós, bisavós e tataravós celebravam a vida, as conquistas da comunidade. E que a dança é a preservação da cultura de seus antepassados, daquilo que eles ensinaram, e uma forma de mantê-la viva. Destacou o papel da dança para a integração entre as pessoas da comunidade, num momento em que todos se divertem, trocam ideias e conversam sobre suas lembranças. Os ensaios são realizados nos pátios das casas, embaixo das árvores, como antigamente. As pessoas mais experientes são as instrutoras das mais novas, e assim se dá de geração em geração. Para Franciele, os ensaios “[...] eram encontros virados para a cultura, mas que havia brincadeira, a gente dava boas risadas”⁶⁰.

Ressaltou na entrevista que usava o tempo verbal no passado, porque, com a pandemia, os ensaios e as apresentações haviam sido cancelados, inclusive a

⁶⁰ Franciele, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

programação já acertada anteriormente. Antes da chegada do vírus, a comunidade já havia se apresentado em diversas ocasiões, não só em Arroio do Meio, mas também em Porto Alegre.

Tive a oportunidade de assistir a um ensaio e três apresentações do grupo de dança africana, além de participar de uma oficina ministrada pela Dona Eliana. Em cada um desses momentos, pude sentir a alegria, a concentração e a seriedade das pessoas que participaram tanto dos ensaios, das apresentações e da oficina. O respeito à dança africana está presente tanto nas pessoas que dançam, como naquelas que a assistem. Quando perguntei se as crianças da comunidade estavam aprendendo a dança africana, ela respondeu:

A gente já estava ensinando os pequenos, os da geração de agora, os de 3 anos. Eles assistem as apresentações, e querem aprender também. Então os mais velhos nos ensinaram, e agora somos nós ensinando os mais novos que nós⁶¹.

Ela insistiu que o interesse em aprender e preservar a cultura ocorre entre as pessoas desde pequenas. A oralidade e a expressão corporal são transmitidas e apreendidas por meio da observação e da experimentação em fazer. Como é um hábito ensaiar e apresentar a dança, as próprias crianças já estavam interessadas em aprender. A atual preocupação da comunidade com a pandemia é como manter os ensinamentos para os mais novos, e como preservar a dança no grupo sem que possam se encontrar.

A capoeira foi citada por Franciele como uma manifestação cultural muito presente na comunidade, que ela aprendeu quando criança. Ela lembrou que os ensaios eram momentos que interligavam o passado e o presente, além de servirem como lição de resistência, porque “Na capoeira nós ríamos, errávamos, caíamos, aí a gente levantava e ia de novo⁶²”.

Ela também destacou a presença das religiões na comunidade, com ênfase ao catolicismo, ao espiritismo e à umbanda. E disse que os terreiros da comunidade aprenderam muito com os ensinamentos do Vovô Teobaldo, principalmente a respeitar todas as religiões e reconhecer as formas como realizam seus cultos e

⁶¹ Franciele, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁶² Franciele, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

atividades. Lembrou-se do dom de seu pai, de ser um grande ervanário, e que ambos estão tomando o *chá da confusão* para se prevenirem do vírus da COVID-19. Segundo ela, “Não teve caso de COVID-19 aqui na comunidade. Já houve caso de pessoas que tiveram contato com pessoas positivadas, mas que não pegaram a doença⁶³”.

Ao perguntar a ela sobre outras devoções religiosas na comunidade, além da dedicada à Virgem Imaculada Conceição, referiu-se a São Roque, padroeiro do Morro, comemorado no dia 26 de agosto. Com a pandemia, a festa não foi realizada em 2020 e provavelmente não o será também em 2021.

A festa de São Roque, até a pandemia, era realizada na Associação dos Moradores do Morro São Roque, cuja direção ficava com a responsabilidade pelos preparativos do evento, que sempre contou com a presença de público composto tanto por quilombolas como por participantes de fora da Comunidade, ou seja, os outros moradores do Morro de São Roque.

A missa, procissão, almoço e o baile eram organizados pelos moradores do Morro São Roque e pelas pessoas da Igreja. Tratava-se de uma festa agregadora, que reunia pessoas de municípios vizinhos e contava com a venda de convites para o almoço e baile. Os festejos se iniciavam com uma missa no turno da manhã, na sede da Associação, e prosseguia com uma procissão que saía de lá e ia até o Capitel. Lá chegando, o padre abençoava o público da procissão, bem como o sal de cozinha que algumas pessoas levavam. Este era um hábito dos participantes da procissão, abençoar o sal de cozinha, para que os alimentos preparados com esse condimento recebessem a benção de São Roque, assim como quem com ele se alimentasse. Após, era oferecido um almoço na sede da Associação e, logo em seguida, iniciava-se o baile. Embora seja uma festa católica, lembra Franciele, todos dela participavam, independentemente da religião praticada.

Nas conversas, tanto presenciais como virtuais com Franciele, pude notar a alegria e a emoção que ela sentia ao lembrar e ao falar das tradições e costumes da comunidade. É uma pessoa muito participativa, ativa e disposta, demonstrando que a luta e a garra de conquistar melhorias, qualidade de vida e políticas públicas para todos são ensinamentos passados a cada integrante do grupo desde criança. E ela

⁶³ Franciele, entrevista concedida à pesquisadora em 13 fev. 2021.

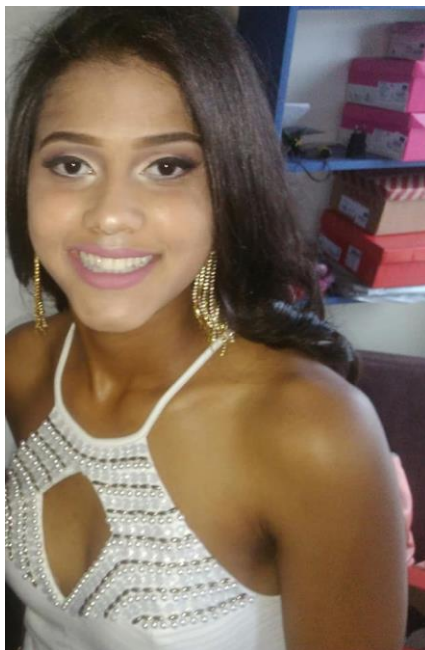
pretende manter vivo esse processo, ao passar para as futuras gerações a força, a garra, a alegria, o brilho nos olhos e os ensinamentos de seus antepassados

5.5 Mayra

Conheci Mayra (Figura 27) no início do Programa Convivências, quando ela me convidou para me hospedar durante os oito dias de nossa visita em sua casa. No primeiro contato que tivemos, parecia muito tímida, mas, depois de certo tempo, mostrou ser uma pessoa aberta, determinada, trabalhadora e muito cuidadosa com seu lar, trabalho, estudos, marido e seu irmão. É filha do atual presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, e tem um irmão e uma irmã. Trabalha como auxiliar de lavanderia em Arroio do Meio e estuda na cidade. Ela e seu marido acordam cedinho, para que ele possa levá-la a tempo até o trabalho de motocicleta, uma vez que não há transporte público na comunidade.

A expressão cultural capoeira foi lembrada e defendida pela jovem Mayra, que ficou chocada ao perceber que nos elementos apontados nas entrevistas ela não constava. Prontamente ela me chamou no privado do *WhatsApp*, perguntando “E a capoeira? Sempre achei que ela é muito presente na comunidade⁶⁴”.

⁶⁴ Mayra, depoimento prestado à pesquisadora em 13 abr. 2021.

Figura 27**Mayra Ribeiro da Silva**

Fonte: Mayra Ribeiro da Silva (2021).

Não tive a oportunidade de fazer uma entrevista pessoalmente com Mayra, mas assim ela se manifestou no grupo de *WhatsApp*⁶⁵, em relação à capoeira:

Eu, particularmente, acho a capoeira muito importante algo que define muito a comunidade, que representa a identidade do grupo. Quando a gente toca no assunto de patrimônio cultural, a capoeira sempre é mencionada. Acho interessante colocar ela na lista⁶⁶.

E, a partir de seu depoimento, e com o acordo da maioria, incluí a capoeira como um bem cultural da comunidade (Quadro 3). Em fevereiro de 2019, em minha visita ao Quilombo, o marido dela organizou uma roda de capoeira, da qual participaram todos os jovens da comunidade, em seguida o grupo ministrou uma oficina para os visitantes. Aliás, trata-se de um costume da comunidade: após as apresentações são organizadas oficinas para que sua cultura seja apropriada pelos

⁶⁵ Grupo denominado Patrimônio São Roque, criado em 12 de abril de 2021 no *WhatsApp*. Sua finalidade era propiciar momentos de discussão sobre os elementos elencados nas entrevistas e depoimentos, que poderiam ser apontados como patrimônio cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.

⁶⁶ Mayra, depoimento prestado à pesquisadora em 13 abr. 2021.

visitantes externos. Mayra também mencionou que eles são reconhecidos por pessoas de fora da comunidade, que, ao saberem que ela é do grupo “[...] logo citam que gostariam de aprender a capoeira”⁶⁷.

Com a pandemia, a prática da roda de capoeira está completamente parada. Aliás, já havia se reduzido um tempo antes, porque muitos jovens da comunidade se casaram e passaram a morar fora do território. Assim, os encontros para praticá-la diminuíram drasticamente. Eles afirmaram que não estavam mais conseguindo encontrar um final de semana para praticar a capoeira. Todavia, ela permanece presente na memória dos jovens, das crianças e dos mais experientes. Durante a pandemia, jovens do mesmo núcleo familiar a tem praticado nos pátios de suas casas, destinando para ela pelo menos um final de semana por mês. Dessa maneira, acredito que a capoeira não será esquecida e continuará promovendo a preservação da cultura, em momentos de lazer nos quais se fortalecem os vínculos comunitários e familiares.

5.6 Dona Eliana

Conheci Dona Eliana, ou Lia (Figura 28), como gosta de ser chamada, também durante o Programa Convivências, atual tesoureira da Associação Comunitária Vovô Teobaldo. Neta de Alcides Geraldo da Silva, o Vovô Teobaldo, e de Maria da Gloria de Souza Silva, a Vó Talia, é uma mulher de personalidade forte, muito alegre, comunicativa, sempre pronta para um desafio. É a irmã mais nova de Seu Ailton e Dona Erenilda, mãe de três filhos, dois meninos e uma menina, mas que ela corrige, dizendo que são quatro filhos, uma vez que considera a sua nora também como uma filha. É professora de dança africana, excelente cozinheira e artesã de mãos delicadas. Trabalha em uma fábrica de pizzas e, além de cuidar da casa, ajuda o marido no aviário da família. Apesar de morar fora da comunidade, na região plana do distrito de Palmas, está sempre presente na comunidade.

⁶⁷ Mayra, depoimento prestado à pesquisadora em 13 abr. 2021.

Figura 28**Eliana Luciana Voigtlander**

Fonte: Eliana Luciana Voigtlander (2021).

Durante o Programa Convivências, em fevereiro de 2019, tive a oportunidade de conhecer seus dotes culinários, ao provar seus quitutes. Trata-se de uma ótima anfitriã, como toda a sua família. Então, por ser reconhecida como ótima cozinheira, resolvi perguntar a ela, via *WhatsApp*, se havia algum prato, ou modo de fazê-lo, que fosse herança da época de seus avós, e que fosse preservado até hoje. De imediato ela citou a feijoada, que destacou se tratar de um alimento representativo da identidade cultural do grupo, sendo feita nos dias frios para receber convidados, como uma forma de aproximação e aconchego entre a família e os amigos.

Todos os produtos utilizados para sua feitura são cultivados na comunidade e ela lembra que “[...] a gente planta o feijão, colhe o feijão, e a gente então faz a feijoada que vai carne de suíno dentro. A gente também cria os porcos aqui [...]”⁶⁸.

Outro prato que está muito presente na cultura local, desde a época de seus avós, é a canjica, feita para comemorar a Páscoa. Trata-se de uma tradição na comunidade, feita para confraternizar com a família no domingo de Páscoa, e é servida como sobremesa quando há visitas. Assim ela descreveu a receita

⁶⁸ Eliana Luciana Voigtlander, depoimento prestado à pesquisadora em 20 jul. 2020.

[...] planta o milho, depois colhe ele quando estiver seco, bate no pilão e faz a canjica. Daí bota a cozinhar, depois tu coloca leite, ou pode botar leite de coco. Na época da minha mãe que é um tempo mais atrás, que agora ela já é falecida, elas costumavam botar muito amendoim cru junto dentro da canjica [...].

Comentou que atualmente, por influência da vizinhança, principalmente de familiares que assumiram as culturas alemã e italiana por casamentos com eurodescendentes, a comunidade é exímia em fazer tortas, bolos, cucas, pães, mas que “[...] cada um faz do seu jeito, cada um vai modificando a receita original”⁶⁹.

Na visita de campo que fiz, em 13 de fevereiro de 2021, Dona Eliana não estava no meu roteiro de entrevistas, mas, mesmo assim, participou da conversa que tive com sua irmã, Dona Erenilda, em cuja casa nos instalamos, e, em seguida, apresentei o *slide* que havia preparado, intitulado *Terra e Território*, para aquecer a conversa, em que havia duas fotografias. Numa delas, é apresentada uma mulher tratando os animais, como pode ser visto na Figura 29; e, na Figura 30, uma mulher trabalhando na roça. Decidi apresentar essas imagens pela importância que a terra e o território desfrutam na comunidade, aliado ao fato de Dona Erenilda ser uma pequena agricultora, que desde criança trabalha no campo, antes com seus pais e agora sozinha.

Figura 29

Trabalhadora do campo na lida com o gado



Fonte: Daiane Moraes Arquivo: acervo pessoal (2019).

⁶⁹ Eliana Luciana Voigtlander, depoimento prestado à pesquisadora em 20 jul. 2020.

Figura 30
Trabalhadora do campo na roça



Fonte: Daiane Moraes Arquivo: Acervo pessoal (2019).

Sem dúvida, uma das pautas principais entre as comunidades quilombolas é a preservação do território, o que inclui a regularização de suas terras e a garantia do direito de sua posse. O órgão responsável por esse processo é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se encerra com a emissão do documento de obtenção da Titulação das Terras, no qual deverá constar, obrigatoriamente, de acordo com as determinações da Instrução Normativa nº 57/INCRA, a “[...] cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade [...]” (INCRA, 2009, doc. eletrônico). Em relação a isso, perguntei à Dona Eliana e à Dona Erenilda qual é, na percepção delas, a importância de preservar o território do Quilombo de São Roque. Dona Eliana assim respondeu:

[...] porque é uma garantia que a gente tem, é uma herança que tem que ser muito valorizada, não pode deixar acabar, não pode deixar se perder. Ela está passando de geração a geração. Foi uma terra conquistada com muita luta, e a agente tem que proteger, tem que cuidar do território⁷⁰.

⁷⁰ Dona Eliana, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

Em seguida, formulei a seguinte suposição: se chegasse alguém oferecendo um terreno no distrito de Palmas, com a justificativa de que vocês não poderiam mais ficar no Morro São Roque, o que fariam e por que este território é importante. Diante disso, Dona Eliana assim se posicionou: “Não tem o porquê sair daqui e ir para outro lugar. A gente nasceu aqui, nos criamos aqui, daqui a gente nunca saiu. A nossa história é aqui. É nosso patrimônio. É nosso lugar sagrado”⁷¹. A resposta foi de uma moradora que atualmente vive em um bairro circunvizinho do território quilombola, mas que não se consegue imaginar fora dele, tanto físico como emocionalmente, porque lá está sua história, sua memória, sua vida, seus filhos, irmãos, tios, primos, sobrinhos, ela vai todos os dias à comunidade depois do trabalho.

Ela deixou bem claro que não é por qualquer interesse financeiro que permanecem no território, e que julgam ser essencial a demarcação de suas terras, pela preservação, manutenção e continuidade da vida e pelo valor sentimental e histórico que ela tem para eles. Esse valor é explicitado quando ela fala que “[...] aqui tem sentimento, tem toda a nossa história, a história de nossos antepassados. Aqui tem nossas raízes”⁷².

Para as comunidades remanescentes de quilombos, o território não se vende, não se troca e não se substitui. Trata-se de um solo sagrado, no qual viveram seus antepassados, onde estão registradas todas as lutas, os atos de resistência e as conquistas obtidas. Então o vínculo do indivíduo com ele é de amor, de história e de pertencimento àquele lugar, como ressalta Dona Eliana, ao dizer que “[...] tua dedicação é aqui, tu quer tá aqui, tu faz parte daqui”⁷³.

Durante as conversas e depoimentos, ficou bem clara a importância da preservação do território na comunidade quilombola São Roque – uma pauta antiga de luta. Dona Eliana disse que, quando o antigo dono das terras, Seu Luiz Pagliarini, faleceu, Seu Alcides teve que acionar um advogado, já que os irmãos dele queriam as terras de volta, mesmo que tivessem sido doadas. Com o registro em cartório, conseguiu sucesso na empreitada.

⁷¹ Dona Eliana, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁷² Dona Eliana, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁷³ Dona Eliana, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

No final da década de 1990, a comunidade ainda não era reconhecida como comunidade remanescente de quilombos e, segundo ela⁷⁴, o processo de reconhecimento teria se iniciado antes do ano de 2003. De acordo com André Michel Müller⁷⁵, nos anos 1990 e início da década de 2000, o grupo era reconhecido, pela EMATER-RS/ASCAR de Arroio do Meio, como famílias rurais do Morro de São Roque. Nessa região moravam famílias negras, brancas e formadas pela união entre afrodescendentes e eurodescendentes. No ano 2002, a EMATER-RS/ASCAR, por meio de uma correspondência enviada aos agentes extensionistas de cada município do Rio Grande do Sul, iniciou uma investigação para apontar quais comunidades negras rurais poderiam ser consideradas remanescentes de quilombos, e que passariam a fazer parte do Programa RS Rural⁷⁶. Então, no ano de 2003, iniciou-se o processo de reconhecimento da comunidade negra do Morro São Roque, com a realização de um relatório parcial sobre o grupo de famílias negras da localidade de São Roque, do município de Arroio do Meio (Anexo A), que apontou, no ano de 2004, que essas famílias negras rurais eram remanescentes de quilombos, em função de seus costumes, crenças, história, religião e cultura. O relatório parcial foi realizado por uma profissional que fazia parte do programa RS Rural.

Com o reconhecimento, o grupo passou a ter acesso aos recursos para reforma de moradia, geração de renda, capacitações. E o tema *Ser quilombola* passou a fazer parte de discussões com os assessores e extensionistas da EMATER/RS-ASCAR e do município de Arroio do Meio, em parceria com o Instituto de Assessoramento a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) (SILVA *et al.*, 2011), entre outros.

A EMATER-RS/ASCAR sempre foi uma grande parceira da comunidade quilombola de São Roque. Ela articulou e proporcionou a realização de muitas atividades e projetos, como oficinas para a geração de renda e para a recuperação de receitas, que resultaram em uma publicação intitulada *Resgate da cultura*

⁷⁴ Dona Eliana, depoimento prestado à pesquisadora em 03 nov. 2020.

⁷⁵ André Michel Müller, extensionista da Emater-RS/Ascar de Arroio do Meio, depoimento enviado pelo *WhatsApp* para a pesquisadora em 08 jul. 2021.

⁷⁶ Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/comunidades-quilombolas.php#.YPqjoehKJIU>. Acesso em: 02 jul. 2021.

alimentar quilombola comunidade São Roque (2011). Segundo André Müller⁷⁷, as receitas contidas nessa publicação representam os costumes da região, são “[...] receitas da realidade local [...]”, demonstrando que a presença da cultura do grupo está muito presente na região.

A partir de então, a comunidade contou sempre com o forte apoio do IACOREQ, para a realização de oficinas de fortalecimento do grupo, de geração de renda e acompanhamento às lideranças da comunidade na implementação do Programa RS Rural. Além disso, o IACOREQ teve atuação importante no processo de fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, na conquista da Certidão de Autorreconhecimento na Fundação Palmares e na abertura do processo de regularização do território da comunidade. Dona Eliana disse que, com o reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo, as pessoas viram suas forças renovadas para lutarem por seus direitos e pela demarcação das terras por meio do INCRA. Então, uma vez tendo obtido o relatório parcial sobre o grupo de famílias negras da localidade de São Roque, do município de Arroio do Meio, o passo seguinte foi a fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, que se constituiu num marco importante para o grupo. Foram realizadas várias reuniões, rodas de conversa e oficinas, na casa dos pais de Dona Eliana, palco de todo esse movimento:

Porque foi lá onde tudo começou. No meu ponto de vista, lá foi o espaço que renovou as esperanças e as forças, porque eles sempre as tiveram, o que faltou foi só um estímulo para estes sentimentos aflorarem novamente. O Iacoreq foi um elixir para aflorar a renovação⁷⁸.

Ela relatou que, nas várias reuniões realizadas antes da fundação da Associação, foram sugeridos os nomes de *Negro Teobaldo* e *Vovô Teobaldo* para a Associação. Mas foi seu pai, Dárcio Geraldo da Silva, quem deu o veredito final: “O nome da associação quem escolheu foi meu pai. Ele não quis Negro Teobaldo, ele quis Vovô Teobaldo, isso eu me lembro⁷⁹”. E, desse modo, em 13 de março de 2005 foi criada a Associação Comunitária Vovô Teobaldo, cuja ata de fundação consta no

⁷⁷ André Michel Müller, extensionista da Emater-RS/Ascar de Arroio do Meio, depoimento enviado pelo *WhatsApp* para a pesquisadora em 08 jul. 2021

⁷⁸ Dona Eliana, depoimento prestado à pesquisadora em 28 nov. 2020.

⁷⁹ Dona Eliana, depoimento prestado à pesquisadora em 28 nov. 2020.

Anexo B. A partir daí, a mobilização da comunidade, via Associação, garantiu a obtenção da *Certidão de Autorreconhecimento na Fundação Cultural Palmares* (Anexo C), bem como sua inscrição no cadastro nacional desta instituição, cuja portaria foi publicada no Diário Oficial da União em 6 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), como consta no Anexo D.

Conforme a Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, tem como finalidade “[...] promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988b, doc. eletrônico). Além de ser a responsável em emitir as certidões de Autoidentificação de comunidades remanescentes de quilombos, ela mantém o registro dessas comunidades em livro próprio.

De posse da Certidão de Autorreconhecimento, a comunidade iniciou um movimento para obter o Título Definitivo de Posse, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável por elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação e expedir o Título. O processo, de número 54220.002976/2010-31, aberto pela comunidade no ano de 2010, solicita o atendimento do cumprimento do disposto no art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 4.887/03 (BRASIL, 2003) ao Superintendente Regional do Incra / R5 (Anexo E), porém está parado até hoje pela falta do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação, até agora não elaborado.

O desafio da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo é mencionado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP):

A Constituição de 1988 assegurou às comunidades descendentes de quilombos o direito à propriedade de seus territórios coletivos. No entanto, a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras representa até os dias atuais um enorme desafio (CPI-SP, 2021, documento eletrônico).

Esse é mais um motivo da importância dos movimentos sociais para que as suas conquistas sejam alcançadas, vencendo os obstáculos que surgem no caminho. A resistência, resiliência, luta e união do grupo, por meio da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, foram essenciais para o grupo ter fôlego e não desistir de seus objetivos, no sentido de obter acesso às políticas públicas que lhes são ainda negadas.

5.7 Dona Erenilda

Conheci Dona Nilda, como é mais conhecida, no almoço de recepção no primeiro dia do Programa Convivências, em fevereiro de 2019. De início, pareceu ser uma pessoa tímida, mas, depois de uns dez minutos de prosa, já revelava toda a sua simpatia e alegria. Tem um sorriso lindo. É uma mulher forte, trabalhadora do campo. Irmã de Dona Eliana e Seu Ailton, é viúva e tem uma filha de 17 anos, com quem mora, são vizinhas de Seu Gilberto.

Ela acorda cedo para alimentar os animais e cuidar da roça, depois volta a casa para fazer o almoço. À tarde, debulha milho para alimentar as galinhas e depois volta para o trabalho na roça e para o trato dos animais. Gosta muito de receber visitas, principalmente de seu afilhado, Carlos Eduardo, e é reconhecida como ótima cozinheira.

Figura 31
Erenilda da Silva



Fonte: Erenilda da Silva (2021).

O seu primeiro depoimento foi feito num vídeo que me enviou em 20 de julho de 2020, por *WhatsApp*. Nele, falou sobre a importância do conhecimento e dos saberes das ervas curativas para a comunidade. Trata-se de uma pessoa que também conhece muitas ervas e sabe diversas receitas de chás e infusões, todavia

só utiliza seu conhecimento para tratar dos males de sua família. Em seu depoimento, ela se lembrou da receita que aprendeu com seu avô para curar o mal de espasmo, que ocorre quando uma “[...] pessoa come uma comida quente, toma uma água gelada em cima, aí dá um espasmo”. Para resolver, “[...] pega a arruda e o aipo, queima os dois juntos e dá para a pessoa tomar, que logo ela fica curada⁸⁰”.

Para dinamizar a conversa na varanda de sua casa, junto com sua irmã Dona Eliana, em 13 de fevereiro de 2021, levei um *slide* intitulado *Terra e Território*, composto por duas fotografias. Numa delas, é apresentada uma mulher trabalhando na roça (Figura 31) e, na outra, novamente uma mulher, só que tratando dos animais (Figura 29), pois eu sabia de sua função nessas duas atividades.

Ao apresentar as fotos, perguntei se ela se dedicava ao cultivo de algum produto agrícola em específico. Ela informou que lá se cultiva de tudo um pouco, o que inclui batata, batata-doce, aipim, milho, abóbora, bem como erva-mate para consumo próprio. Ela ressaltou que na comunidade há pessoas que criam gado, mas são poucas as que matam para consumo da carne. O suíno é o animal que todos criam, porque é utilizado para a produção de embutidos, consumo da carne e para aproveitar a banha. Durante a conversa, Dona Nilda se lembrou de uma receita que seu Vovô Teobaldo fazia quando ela era criança. Trata-se da *vaca atolada*:

[...] era só a água do osso de rês (gado) fervido, largava aquela água em cima do aipim e comia. Ou ele usava a cabeça de rês fervido, ele limpava aquela cabeça, tirava o couro e largava aquele *brodo* por cima do aipim, nós sentávamos em volta da mesa para comer a vaca atolada, era nossa grande comida!⁸¹.

Essa receita foi atualizada e hoje em dia é feita “[...] com rabo de rês, temperos, molhos e se coloca o aipim para cozinhar junto⁸²”.

Prosseguindo, lembrou que todas as casas da comunidade têm fogão a lenha, utensílio doméstico que é uma herança deixada pelos seus avós. O fogão é fundamental para esquentar a casa no inverno, para esquentar a água do chimarrão matinal e para fazer as receitas do dia a dia, e aquelas mais tradicionais da comunidade “[...] cozinhar no fogão a lenha é outra coisa, para cozinhar um feijão,

⁸⁰ Dona Erenilda Silva, depoimento prestado à pesquisadora em 20 jul. 2020.

⁸¹ Dona Erenilda Silva, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁸² Dona Erenilda Silva, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

para fritar uma carne, é outro gosto”⁸³. E lembrou-se da *pamonha* que sua mãe fazia no fogão a lenha, quando ela era criança:

[...] a mãe botava no cinzeiro do fogão a lenha a pamonha. Ela tirava a cinza de baixo, e a gente fazia fogo em cima. Daí iam caindo as brasas, que queimavam aquelas palhas de milho, até que ela (a pamonha) assava. Se colocava 3 a 4 palha de milho, e quando a mãe avisava que: ‘vai queimar a última capinha do milho!’, tava na hora de comer, tirava da brasa e comia⁸⁴.

A lenha queimada no fogão eram galhos secos que se encontravam espalhados em todo o território. Ela disse que em determinada época produziam carvão para vender, mas isso foi proibido pelo IBAMA.

Dona Nilda lembrou ainda que a comunidade, por meio da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, participou de dois editais do governo do estado do Rio Grande do Sul. O primeiro foi o da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), de nº 11/2012 - Redes RS de Pontos de Cultura (REDE RS..., 2013), dos Programas Cultura Viva e Mais Cultura (Convênio Minc/FNC nº 763224/2011), com o objetivo de criar o *Ponto de Cultura Vovó Araci* (COMUNIDADE..., 2014). E o outro foi o Programa de Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS), com a parceria da EMATER/RS-ASCAR e da Prefeitura de Arroio do Meio (SDR..., 2014), para obtenção de recursos que seriam destinados à construção de um *Centro de Multiuso* na comunidade.

Vencidos os dois, o grupo se articulou para criar o *Ponto de Cultura* e o *Centro de Multiuso*, mas encontraram dificuldades em administrar os recursos recebidos, por não terem recebido qualquer orientação a esse respeito. Em consequência, a Associação Comunitária Vovô Teobaldo está com seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) registrado no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)⁸⁵. Atualmente, o apoio do IACOREQ, da EMATER-RS/ASCAR e da UFRGS vêm sendo essenciais para encontrar caminhos para resolver esse problema com as entidades organizadoras dos editais.

⁸³ Dona Erenilda Silva, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁸⁴ Dona Erenilda Silva, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

⁸⁵ CADIN é um banco de dados no qual estão registrados os nomes de pessoas em débito para com órgãos e entidades federais.

Acredito que os órgãos públicos ou privados, ao lançarem um edital destinando recursos financeiros para comunidades tradicionais, deveriam disponibilizar-lhes apoio contábil, uma assessoria que esclarecesse as dúvidas e indicasse os procedimentos legais a serem atendidos. Isso fortaleceria a autoconfiança da comunidade com conhecimentos técnicos específicos de cada edital, o que permitiria que se apropriassem cada vez mais de sua cultura e se sentissem motivados a participar de novos chamamentos. Embora as pessoas da comunidade saibam planejar, administrar, executar e prestar contas, ações que executam diariamente em pequena escala, elas precisam entender como funciona cada edital, porque cada um possui uma especificidade.

No início do ano de 2020, no mês de janeiro, fui convidada, pela Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, a participar de uma reunião no Departamento de Fomento da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. A pauta do evento era esclarecer os procedimentos a serem adotados para a realização da prestação de contas do Edital SEDAC nº 11/2012, que ainda estava pendente. Participaram da reunião a presidente, o tesoureiro e o vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, a representante da EMATER-RS/ASCAR de Porto Alegre, o representante da EMATER-RS/ASCAR de Arroio do Meio, três pessoas do Departamento de Fomento da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, eu e a Diretora do DEDS/PROEXT/UFRGS. Na ocasião percebi o quanto a luta deles é diária e constante, e como devem estar sempre dispostos, unidos e resilientes para resolver qualquer situação. A posição e as decisões externadas pela presidente e pelo vice-presidente na reunião trouxeram as preocupações, os desejos e a posição da comunidade, e ressaltaram que toda a decisão a ser ali tomada deveria ser discutida com todo o grupo. Esse episódio me fez compreender a fala da Dona Erenilda:

[...] na hora de escolher o presidente da Associação, nós levamos em conta se a pessoa é atenta no dia a dia da comunidade, se ela conhece a rotina e as necessidades da comunidade. E combinamos que quando ela for presidente, ela deverá conversar e escutar as pessoas da comunidade antes de tomar qualquer decisão para o grupo⁸⁶.

⁸⁶ Dona Erenilda Silva, entrevista prestada à pesquisadora em 13 fev. 2021.

Depois de muita escuta e diálogo, ao final da reunião ficou estipulado um novo prazo para a entrega da prestação de contas, o início do mês de março de 2020. Disponibilizei-me a ajudá-los a fazer a prestação de contas, que, finalmente, foi entregue na segunda semana do mês de fevereiro de 2020.

Durante a pandemia, a comunidade passou a pautar as suas questões por meio de um grupo de *WhatsApp*, sendo as reuniões virtuais e registradas por escrito no grupo. Percebi como as decisões sobre questões comuns ao grupo são tomadas em conjunto. Além disso, identifiquei que as participações são bem ativas, tanto pelos jovens e adultos como pelos idosos.

5.8 Carlos Eduardo

Carlos Eduardo, o Cadú (Figura 32), e sua esposa, após o almoço de recepção ao grupo do Programa Convivências, em três de fevereiro de 2019, fizeram o convite para me hospedar em sua casa durante os oito dias do Programa. Trata-se de um jovem alto, com um penteado moderno e estiloso. Embora tenha só 23 anos, possui uma sabedoria que dá a impressão de ser uma pessoa mais velha. Trabalha em uma fábrica de pizza, na cidade de Encantado. Muito prestativo, ajuda sua esposa com os serviços domésticos. É reconhecido por ser ótimo motorista a bordo de sua motocicleta. Filho primogênito da Dona Eliana, é afilhado da Dona Erenilda e tem uma irmã e um irmão. Mora com sua esposa na casa de seus falecidos avós, de quem cuidou até falecerem.

Figura 32
Carlos Eduardo da Silva



Fonte: Carlos Eduardo da Silva (2021).

Cadú foi nosso guia na comunidade no período da realização do Programa Convivências. Ele nos mostrou todos os locais importantes do território, contando a história de cada um deles. Em meio a uma de nossas conversas, afirmou que, para ele, o quilombo é “[...] um espaço que mantém viva as origens dos nossos antepassados⁸⁷”. Quando lhe perguntei qual dos espaços que nos apresentou é o lugar mais importante para a comunidade, ele, com um largo sorriso, respondeu que: “É a casa dos meus finados avós. Lá foi feita a primeira reunião para formar a Associação Comunitária Vovô Teobaldo⁸⁸”.

Mas sua relação com a casa de seus avós, Seu Dárcio Geraldo da Silva e Dona Maria Rita da Silva, é mais intensa – faz parte da história de sua vida. Durante seu depoimento, falou sobre a força de sua relação com a casa, onde morou desde bebê. Disse que seu umbigo de recém-nascido, depois que caiu, foi enterrado no pátio da casa. Contou que essa é uma tradição da comunidade, para que seus

⁸⁷ Carlos Eduardo, o Cadú, depoimento prestado à pesquisadora em 20 fev. 2020.

⁸⁸ Carlos Eduardo, o Cadú, depoimento prestado à pesquisadora em 20 fev. 2020.

descendentes, depois que crescerem, continuem morando na casa onde o umbigo foi enterrado e para que não abandonem o território de seus ancestrais. Conforme Micaelo (2016), o enterro do cordão umbilical está interligado com sua ancestralidade e sua identidade:

A associação entre o umbigo e o terreiro onde este foi enterrado acentua esta relação da pessoa com a terra onde nasce. Assim, a casa onde a mãe de uma pessoa morava quando do seu nascimento ganha relevância para a sua própria identidade (MICAELO, 2016, p. 184).

Ele morou na casa com seus avós até eles morrerem. Ele tinha nove anos quando seu avô faleceu e 19 anos quando sua avó se foi. Disse que, até eles partirem, ajudou a cuidar dos dois. Para não ficar sozinho na casa, segundo ele, assim que sua avó morreu:

[...] fui morar com minha mãe. Depois de uns meses comecei a namorar e voltei a morar na casa dos meus avós. É o que eles sempre falam, que quando enterra o umbigo em um lugar, a gente sempre volta para esse lugar⁸⁹.

Há quatro anos está morando, junto com sua esposa, na casa onde seu umbigo foi enterrado. Quando escutei seu depoimento, fiquei curiosa em saber se ele, quando tiver seus filhos, pretende enterrar o umbigo deles no mesmo pátio em que o seu foi enterrado, dando continuidade à tradição dos seus bisavós, avós, pais, ao que ele respondeu:

Pretendo sim enterrar o umbigo de meus filhos, como é uma crença aqui na terra, na casa de meu avô tem o umbigo da minha mãe, da minha tia e do meu tio. Na casa onde minha mãe mora tem o umbigo da minha irmã; e lá em cima, na dinda, tem o umbigo da filha dela enterrado⁹⁰.

Essa tradição liga a “[...] pessoa com o seu lugar, uma forma de fazer com que ela sempre volte [...]” (ALVES, 2018, p. 202) para as memórias, as lembranças a seu lugar de origem. Ela me fez refletir sobre o quão importante é o território para dar continuidade às histórias, tradições e à cultura da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque. A tradição de enterrar os umbigos dos recém-nascidos no

⁸⁹ Carlos Eduardo, o Cadú, depoimento prestado à pesquisadora em 18 mar. 2021.

⁹⁰ Carlos Eduardo, o Cadú, depoimento prestado à pesquisadora em 18 mar. 2021.

território é um ato de resistência, uma forma de dizer que aquela terra é deles e das futuras gerações.

Conforme os relatos até aqui apresentados, a história da comunidade é uma história de muita batalha, perseverança e resiliência. A terra proporciona a alegria, o alimento, a moradia, o trabalho, a cultura, as tradições e a fé. Cada lugar, árvore, arroio e pedra protege a história de alguém do grupo. O território se constitui num suporte para a perpetuação da vida do grupo, em sua história e memórias. Portanto, não pode ser abandonado, entregue, trocado ou vendido.

Pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, o Estado reconhece como propriedade definitiva das comunidades quilombolas o território em que vivem. E cabe ao Estado emitir os respectivos títulos definitivos de posse (BRASIL, 1988a). É por esse motivo que eles resistem, persistem e lutam até hoje, para preservar, demarcar e receber o título de posse de suas terras.

Durante estes 02 anos e 07 meses de convívio híbrido com a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, aprendi muito com cada pessoa do grupo, e durante a escrita da dissertação, os sujeitos da pesquisa foram meus grandes mestres. Eles me transmitiram ensinamentos sobre a vida, sobre conviver um com o outro, com o território em que estamos inseridos, com a natureza, com a diversidade religiosa, além de sempre lutar pelos seus sonhos, e pelos sonhos do coletivo com união, esperança, perseverança, persistência e alegria.

Seu Ailton me ensinou a ser forte, principalmente nos momentos difíceis. Que devemos lutar em conjunto para que nossas conquistas também sejam conquistas para nossa família, nossos amigos, nossos vizinhos e parentes. Também, devemos acreditar em nossos sonhos, irmos atrás deles, e dividir esses sonhos com mais pessoas para que eles sonhem com você. Seu Gilberto me demonstrou que a fé está presente no nosso dia a dia, e que podemos, aliás, devemos auxiliar o outro, independente de quem seja, e de qual religião ele pratique. E que após uma semana dura de trabalho físico, emocional, e espiritual, é possível celebrar a vida com a família por meio da música, e da dança com muita alegria e leveza.

Dona Loni me ensinou o que é ser uma grande mãe, forte, batalhadora, amorosa, que não desiste de seus objetivos perante as dificuldades que irão surgindo em sua trajetória, e no caminho de seus filhos e netos. Também, me ensinou, que a luta para conquistar direitos às políticas públicas é diária, e que ela

deve ser realizada junto de sua família, de sua comunidade, porque juntos somos mais fortes. Já, Dona Eliana me ensinou que devemos sorrir para as dificuldades da vida, porque o sorriso vai transmutar os obstáculos, em sabedoria e sucesso para você. E querer estudar não tem idade.

Dona Erenilda me ensinou que mulher pode estar onde ela quiser, pode cuidar da roça e dos animais sozinha, além de administrar a casa, educar sua filha de 16 anos, assim conquistando seu espaço no território, e fora dele. E que a mulher, deve sempre dar sua opinião, e as pessoas devem respeitar o seu ponto de vista. Com a Mayra aprendi que o estudo é um sonho a ser conquistado, independente dos obstáculos encontrados, e que esta luta diária é vencida por meio da persistência e da perseverança. Ensinou que a docilidade, também é sinônimo de força, de coragem para se posicionar, e reivindicar por seus direitos, e sonhos. Franciele me ensinou que Deus é único, e por meio de sua fé, você poderá transitar por diversas religiões sem perder sua essência, e que a família é o alicerce da vida. E o Carlos Eduardo me ensinou que uma pessoa jovem também pode ser dedicada, amorosa, cuidadosa e preocupada com o próximo, e que os jovens também projetam o futuro, ao conhecerem o seu passado, lutando e trabalhando no presente.

Este convívio, aprendizados, me fizeram refletir sobre o conceito de fratrimônio, assim definido:

Fratrimônio é a herança fraterna construída e aprendida por um grupo e entre eles, de forma circular. Constrói-se, se aprende vivenciando, experimentando no convívio do dia a dia: [...], a hipótese de um fratrimônio, ou de uma herança criativa, produzida e partilhada aqui e agora, insubmissa aos dispositivos de captura acionados pela lógica mercantilista. Em síntese: há uma herança comum que não está restrita a um rol qualquer, mas que, ao contrário, está aberta às novas percepções e compreensões patrimoniais (CHAGAS; STORINO, 2014, p. 83).

Ou seja, de acordo com os autores, o fratrimônio considera os conhecimentos e saberes produzidos por um grupo e que são vividos, experimentados e compartilhados no mesmo momento em que são construídos e transmitidos de uns para outros de forma circular. Em decorrência, permito-me aqui apontar os quatro aspectos que podem ser considerados fratrimoniais na Comunidade, a saber:

- *Luta*: a forma de lutar vem sendo criada e transmitida a todo o momento, repassada de geração a geração, mantém-se em cada indivíduo do grupo,

desde as crianças até aos mais idosos. Construída e vivida quotidianamente, transparece nos momentos de deslocamento do território quilombola para ir trabalhar, estudar, ir à creche, comprar mantimentos, pagar contas, consultar um médico, comprar remédios. Também está presente no trabalho na roça, com os animais e na proteção do território, no atendimento de seus direitos de cidadãos e na pressão pelo acesso às políticas públicas. Hoje, acima de tudo isso, na busca pela demarcação de suas terras e para retirar o CNPJ da comunidade do CADIN.

- *Resistência*: construída e repassada no quotidiano, está muito presente nas pessoas do quilombo, ao criarem formas de resistência à discriminação racial em todas as esferas, bem como na defesa da preservação de sua cultura, tradições e história.
- *Resiliência*: manifestada ao transformarem suas experiências negativas em aprendizado e força para lutarem cada vez mais pelos seus direitos, por reconhecimento e por sua inclusão social.
- *União*: base sustentadora da comunidade, é construída, vivida e repassada diariamente, sendo seus principais resultados a fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, a conquista da luz elétrica e água potável, entre outros. Durante a pandemia, essa união se manifestou na produção do Chá da Confusão, em que cada um contribuiu com os saberes individuais que possuía para a elaboração de um medicamento em conjunto. Embalados pelo espírito de união, buscaram parcerias com outras organizações para conquistar a Certificação de Autorreconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo e, assim, participarem de editais de fomento e poderem pressionar a Prefeitura local para a obtenção de seus direitos cidadãos.

Sou muito grata por ter tido esta oportunidade de aprendizado, por estas pessoas terem me acolhido, e acredito que ainda vamos caminhar juntos por muito tempo nesta vida, porque pretendo compartilhar com a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque projetos, conquistas, e sonhos, afinal, juntos somos mais fortes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redação de cada capítulo desta dissertação me fez conhecer as formas encontradas pela comunidade afro-brasileira para lutar pela vida, por direitos, reconhecimento e acesso às políticas públicas.

As africanas e africanos, ao chegarem no Novo Mundo, além de enfrentarem a saudade, as humilhações, os trabalhos forçados, as doenças, a fome, em alto mar, ao desembarcarem nos portos de um outro continente, tiveram que enfrentar o regime escravocrata e o convívio tenso entre a pluralidade étnica africana. Cada grupo, cada pessoa, que desembarcava nos portos brasileiros, tinham seus pontos de vistas, suas culturas, costumes, tradições, língua e religião. E foi a luta contra o regime escravocrata, que fez a pluralidade étnica africana, em conjunto com a comunidade negra brasileira, liberta ou não, acharem formas para reivindicarem a preservação de suas vidas, das suas culturas, tradições e crenças, de suas liberdades, de seus direitos e contra a discriminação racial. A comunidade afro-brasileira encontrou formas de se unir, como por exemplo, o associativismo negro⁹¹, as irmandades, as igrejas, os clubes negros, os quilombos, entre outros. Esses espaços de resistência foram fundamentais para apoio mútuo, e empoderamento, de cada participante. E ainda hoje, no século XIX, a comunidade afro-brasileira tem que se unir por meio de coletivos, associações, organizações não governamentais (ONGS), movimentos, entre outros, para fazerem valer seus direitos às políticas públicas, e lutarem contra o racismo estrutural. Também aprendi sobre o protagonismo negro na formação das cidades, da economia, da cultura, da religião, da educação, da política brasileira. Ao consultar as referências bibliográficas, para conhecer e entender o protagonismo negro no Brasil, percebi a importância no atendimento da Lei 10.639/03 para o (re)conhecimento e valorização das(os) africanas(os) e seus descendentes na formação da cultura e da história brasileira. A verdadeira história brasileira deve estar registrada em livros didáticos, e ser ensinada nas salas de aulas da educação básica e nas universidades, no âmbito da graduação, e da pós-graduação. Inclusive, percebo, que nas universidades o

⁹¹ Segundo Silva (2017, p. 20), associativismo negro incluiria “[...] as coletividades de pessoas negras com projeto político compartilhado por seus membros. Sua existência nas Américas remonta à escravidão, com ênfase às irmandades e chega aos nossos dias com a imprensa negra e os coletivos de estudantes negros nas universidades, por exemplo”.

incentivo às referências de autores afro-brasileiros deveriam ser amplamente utilizadas nos cursos e nas pesquisas acadêmicas. A comunidade acadêmica, tem que enriquecer seu conhecimento com as fontes de autores afro-brasileiros. Sei que este processo, é lento, mas devemos achar mecanismos, brechas para que a Lei 10.639/03 seja atendida em todas as esferas na área da educação.

Ao me aprofundar no estudo sobre os quilombos, aprendi que estes espaços poderiam estar localizados tanto nas áreas urbanas, como nas áreas rurais. Eles foram fundados, no regime escravocrata, por negros libertos, ou fugidos. Os quilombos se tornaram num mecanismo essencial para que a comunidade negra brasileira pudesse recomeçar a vida com subsistência, leis, tradições, costumes e religião próprias. Converteram-se em lugares de proteção, união na luta contra o regime escravocrata, perseverança, e, no período pós-abolição, os quilombos passaram a ser espaços de preservação da cultura e da história de pessoas que construíram suas formas de viver por meio do conhecimento de seus antepassados, adaptados e somados ao aprendizado adquirido no território brasileiro. Atualmente, tanto os quilombos rurais como urbanos, representam a resistência, a persistência, a luta contra a discriminação racial e o racismo estrutural. Suas histórias estão representadas em cada espaço do território em que vivem; eles convivem, no território, com seus antepassados, seus avós, tios, irmão, sobrinhos, primos e netos, por meio das práticas do cotidiano, das tradições e da cultura. Cada comunidade remanescente de quilombo possui suas próprias práticas, tradições, culturas, e possuem uma luta em comum por direitos de propriedade da terra em que vivem, pela preservação de suas culturas e pelo reconhecimento da comunidade negra na formação deste país.

A adaptação da metodologia às possibilidades restritas da pandemia me proporcionou um aprendizado significativo e, mais do que isso, representou um crescimento individual muito grande. Toda vez que escutava os sujeitos da pesquisa, por mensagens de vídeo ou voz pelo *WhatsApp*, emocionava-me, pela disponibilidade daquelas queridas pessoas, que davam tudo de si mesmas para tornar possível a realização desta pesquisa. Suas vozes potentes trouxeram mensagens fortes, profundas, que devem ser escutadas mais vezes, tanto na academia como na sociedade, para que possamos aprender com os seus conhecimentos, projetos e, acima de tudo, no exemplo de luta contra o apagamento de sua cultura, contra a discriminação pela sua origem, enfim, contra a desigualdade

com que são tratados numa sociedade marcada por um forte racismo estrutural, difícil de ser rompido.

Mesmo com as condições adversas trazidas pela COVID-19, foi possível realizar ações museais por meio virtual, e uma única presencial, que resultaram no registro da história do surgimento da comunidade, na apropriação do conceito de cultura e num quadro que elenca os bens culturais tangíveis e intangíveis reconhecidos pelos sujeitos da pesquisa, referentes aos seus saberes, celebrações, formas de expressões, lugares e objetos.

Em relação à história do surgimento da comunidade, há diferentes versões entre os moradores e pesquisadores externos. Como este trabalho se propôs a registrar as falas dos membros do Quilombo, optei por esta última. Para isso, integrei as versões do Seu Alcides, em entrevista dada ao Jornal O Alto Taquari (1983), e as de suas duas filhas mais novas, já falecidas, em livros publicados sobre o município de Arroio do Meio, RS, e ainda o relatório parcial sobre o grupo de famílias negras da localidade de São Roque, município de Arroio do Meio, realizado pela antropóloga Rosane Rubert (2004). Há também as histórias contadas pelos netos de Seu Alcides, Dona Loni, Seu Gilberto, Dona Eliana, Dona Erenilda e Seu Ailton, além daquelas de seus bisnetos, Franciele, Carlos Eduardo e Mayra, em seus depoimentos. Todas fazem parte deste relatório e, ao escrevê-lo, senti como se estivesse entrevistando pessoalmente o Seu Alcides. Ficou claro também o quanto é importante para o grupo contar a sua própria história, sem a interferência de um estranho, de um intruso, porque os momentos históricos foram vividos, experimentados, contados por eles ou por seus antepassados. Trata-se de uma história que mescla a realidade à imaginação, que transforma homens e mulheres em heróis e heroínas, todos irmanados na preservação de uma trajetória de lutas e de sonhos.

Já no meu primeiro contato, pelo *WhatsApp*, quando fui falar que a pesquisa estudaria sobre o patrimônio cultural da comunidade, os sujeitos da pesquisa já me deram uma aula sobre cultura. Dona Erenilda, Seu Gilberto e Dona Loni me ensinaram que a cultura está no nosso cotidiano, nas práticas diárias realizadas em casa, no trabalho, no convívio com outras pessoas, e na relação do ser humano com o território em que vive. Também me revelaram a cultura negra está muito presente no dia a dia de cada brasileiro, e que ela não pode desaparecer, e sim ser reconhecida, fortalecida. Eles me ensinaram que a cultura dá força, coragem,

conhecimento e união para um grupo social, e para cada pessoa pertencente a este grupo; que ela os ajuda a sobreviver e a enfrentar todos os obstáculos que surgirem. A cultura se adapta, se transforma, e se transmuta. E a última lição foi que a cultura da comunidade, a cultura negra, contribui com a cultura gaúcha, e brasileira.

Por meio da oralidade, falaram com orgulho do ervanário⁹² e nos saberes tradicionais que possuem no uso de fitoterápicos, o que os tornou referência na região do Vale do Taquari. Relataram a importância das devoções à Virgem Imaculada Conceição e ao São Roque, padroeiro da região, cujas celebrações reúnem pessoas de diferentes regiões do estado do RS, numa demonstração do reconhecimento da fé e que também contribui para a movimentação econômica local.

Demonstraram que a casa de Seu Dácio e Dona Maria Rita, se constitui num espaço que significa resistência, luta e empoderamento. Foi o lugar onde se organizaram para fundar a Associação da Comunidade Vovô Teobaldo. Ela é uma das primeiras casas de madeira da comunidade, e pelo seu significado, deveria ser reconhecida pelo poder público como um espaço de referência histórica às comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul e da própria história do País. Por sua vez, relataram que a dança africana *Amaé Axé*, que é reconhecida no Município como uma manifestação da cultura do Quilombo, é uma expressão corporal que rememora a forma como os seus avós, país, comemoravam a vida. E foi por meio de suas falas, que foi possível realizar o quadro de Referências Culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque.

Sinto que minha investigação foi importante por ter mobilizado o grupo, ao criar um diálogo em seu interior a respeito de sua cultura e suas tradições, por meio dos sujeitos da pesquisa e grupo WhatsApp, fortalecendo o seu empoderamento e o desejo de preservação de suas histórias, cultura e tradições

Percebo que a comunidade quilombola de São Roque é um museu a céu aberto, cuja identidade está registrada no território em que vivem. E que suas práticas do cotidiano, vivenciadas, experimentadas, são seus bens culturais. E, para apontar seus bens culturais materiais e imateriais, ou seja, para se chegar no valor subjuntivo de cada bem, o grupo deverá realizar diversos encontros para

⁹² Termo utilizado pelas pessoas da comunidade quilombola de São Roque quando se referem à pessoa detentora do conhecimento das ervas curativas.

dialogarem. Desse modo, todos dando suas opiniões, concordando, discordando e até chegarem a um denominador comum, poderão identificar, documentar e classificar seus bens culturais materiais, imateriais e patrimoniais num futuro inventário participativo. A realização de registro dos bens patrimoniais nas esferas municipais, estaduais e federais, por sua vez, servirá como uma ferramenta para conquista de direitos a políticas públicas.

E, quem sabe, em breve, a comunidade tenha o desejo de realizar um museu a céu aberto, de percurso, onde os guias do percurso sejam os moradores locais.

Eles poderão ser os protagonistas na narração das histórias do território, de cada morador, de cada objeto, de cada celebração e de suas diferentes formas de expressão. Talvez optem em criar um museu comunitário, seja ele na casa do seu Dárcio, seja em outro ponto do território. E, assim, a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque entrará no roteiro do município, apresentando a presença da cultura afro-brasileira de Arroio do Meio.

Embora a valorização cultural da comunidade quilombola de São Roque esteja prevista pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e contemplada pelo Decreto nº 3.551/2000, ainda é incipiente o seu reconhecimento. Isso pode ser visto no Núcleo Municipal de Cultura de Arroio do Meio⁹³, em que não há qualquer referência a ela.

Esse apagamento se faz sentir também no cotidiano, já que a Comunidade só é lembrada pela população do Município nas comemorações alusivas ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

Espero que este estudo contribua para o reconhecimento da cultura negra como formadora da diversidade cultural local e que, por meio do reconhecimento de seus bens culturais, seja possível a articulação de seu direito de representatividade e de protagonismo junto ao Núcleo Municipal de Cultura, quando for ativado, e a participação do grupo em editais realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do município de Arroio do Meio, RS.

São necessárias mais discussões na região, a respeito da cultura da comunidade quilombola de São Roque, porque a cultura negra faz parte da história, da cultura, das tradições, da economia e da educação do Município e merece o

⁹³ Município de Arroio do Meio. Secretaria de Educação e Cultura. Núcleo Municipal de Cultura. Disponível em: http://www.arroiodomeio.rs.gov.br/site/sec_nmc. Acesso em: 09 jul. 2021.

direito de conquistar um espaço mais ativo nas políticas públicas. E, em consequência, o município deve passar a problematizar os efeitos do racismo estrutural, que permeia a sociedade.

Objetivamente, em relação às questões iniciais da pesquisa, acerca da contribuição da Comunidade à constituição do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul e sobre as relações que se estabeleceram entre os moradores para o fortalecimento de seu território e patrimônio, o que dizer? Constatei que a cultura negra está viva no cotidiano do gaúcho, seja na culinária, na economia, na medicina popular, na religiosidade. Seus conhecimentos, saberes e narrativas têm muito valor, e devemos ter a humildade de escutá-los e respeitá-los. É importante que se (re)conheça e fortaleça a cultura da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, a cultura negra, como contribuinte na formação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, e brasileiro.

Registro aqui minha profunda gratidão à comunidade quilombola de São Roque, que me fez perceber o quanto a sociedade brasileira e, dentro dela, eu mesma, somos pequenas diante do que ela sabe sobre vida, convívio, família, cuidado, respeito ao próximo e a nossos ancestrais.

Quero fazer um agradecimento especial para meu grande amigo Seu Ailton que foi a primeira pessoa da comunidade com quem falei sobre esta pesquisa, e que de imediato aceitou realizar este estudo. Ele foi um grande articulador interno e um grande incentivador da minha investigação. Assim esta dissertação também é sua, de sua família e de sua comunidade.

Com essas pessoas aprendi sobre a contribuição das tradições e cultura afro-brasileiras, e o quanto o aprendizado deixado pelos nossos antepassados, e entrelaçado com o presente, nos faz evoluir rumo à utopia de um mundo mais justo, humano e fraterno.

Desse modo, agradeço a todos e todas pelo que cada um me proporcionou, na condição de uma mulher vinda da periferia e que hoje se tornou militante dentro de uma universidade que luta diuturnamente para se manter pública, gratuita e de qualidade. Para concluir, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por mais esta oportunidade de exercício de minha cidadania.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais [realizado em 17/18 outubro de 1994].** Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/documento-do-grupo-de-trabalho-sobre-comunidades-negras-rurais> Acesso em: 14 out. 2021.

A HORA. Vale do Taquari, Lajeado, 25 de junho de 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalahoraltada1/docs/capa_25-06. Acesso em: 05 jun. 2020.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Fátima; PAIVA, Isadora Santos. Da Museologia Social ao Inventário Participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. **Cadernos NAUI**, v. 8, n. 15, p. 50-67, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://nau.ufsc.br/cadernos-nau/edicoes-anteriores/vol-8-n/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ALVES, Yara de Cássia. As mães que enraízam e o mundo que gira: criação e movimento no Vale do Jequitinhonha-MG. **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 193-213, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/13310>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ARROIO DO MEIO (Prefeitura Municipal). **História da cidade.** Arroio do Meio, 2020. Disponível em: <http://www.arroiodomeio.rs.gov.br/site/sobre>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BALIANA, Francielly. Sobre saberes decoloniais. **Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/sobre-saberes-decoloniais/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura e questões a partir de “Políticas culturales y crisis de desarrollo”. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor; ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (Org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões.** Salvador: EDUFBA, 2019.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. **Maçambique de Osório – entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor de da maçaquaia.** 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRANDÃO, Janaína Balk. **O financiamento de atividades rurais não agrícolas no programa RS Rural na região central do RS.** 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8848/JANAINABRANDAO.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** - 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 37.659, de 7 de novembro de 1831**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. [Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. [Declara condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885**. [Regula a extinção gradual do elemento servil]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888** [Lei Aurea - que acaba com a escravidão no Brasil]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937** [Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968** [Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988a. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988** [Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2010/11/legis02.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000** [Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** [Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **EMI nº 58, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2003/EMI58-CCV-MINC-MDA-SEPPIR-03.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria n 44, de 30 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 dez. 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2005/12/06>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **UNESCO**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia, **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, 2014.

CAMARGO, Patrícia de. **Semana de Arte Moderna de 1922**: 50 fatos. 2019a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mL-bzTBQ_80_ Acesso em: 20 abr. 2020. [Arte Você Escolhe 1, Parte I].

CAMARGO, Patrícia de. **Semana de Arte Moderna de 1922: 50 fatos.** 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FezTWhwiB8s&t=264s>._Acesso em: 20 abr. 2020. [Arte Você Escolhe 1, Parte II]

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>. Acesso em: 19 jan. 2020.

CHAGAS, Mário. **Museologia Social, espaços de poder, disputas e práticas afins.** 2021. *Live*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AOHc83xD AUw>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, Chapecó, Unochapecó, v. 27, n. 41, 2014.

CHAGAS, Mario; STORINO, Claudia. Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3, p. 71-90, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/647>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir S.; FIGUEIREDO, Betânia G. (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

COMUNIDADE quilombola de Arroio do Meio terá Ponto de Cultura. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 18 de março de 2014. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/comunidade-quilombola-de-arroio-do-meio-tera-ponto-de-cultura>. Acesso em: 05 jun.2020.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>. Acesso em: 11 maio 2020.

COSTA, Lenira Lima da. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888.** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7431/1/arquivo3377_1.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. **História Social**, Campinas, n. 21, 2011. Disponível

em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/912/683>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CPI-SP. Comissão Pró Índio São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br>. Acesso em: 02 mar. 2021.

DALLA ZEN, Ana Maria. Museus de rua, uma metodologia para museus comunitários. In: DALLA ZEN, Ana Maria (Org.). **Aulas de Museu**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

DAROS, Alexandre; KRONE, Evander E.; MUNDELESKI, Everton; MENASCHE, Renata. Agriculturas familiares: práticas agrícolas, autoconsumo e modos de vida entre colonos e quilombolas. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6316/1/A_agricultura_familiar_a_mesa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

DECRETO que regulamenta áreas das comunidades remanescentes de quilombos será assinado no sábado. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 21 mar. 2002. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/decreto-que-regulamenta-areas-das-comunidades-remanescentes-de-quilombos-sera-assinado-no-sabado>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Santa Maria, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEE/RS. Fundação de Economia e Estatística do RS. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Arroio+do+Meio>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FERNANDES, Valéria Dorneles. Escravização de pessoas livres na fronteira Brasil-Uruguai: Pelotas (1850 – 1866). **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 6, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/471/339#:~:text=O%20presente%20trabalho%20analisa%20fontes,d,e%20Dobra%20escrava%20nas%20charqueadas>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FERRETTI, S. F. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMycJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOCQFGV). **Passateia dos Cem Mil**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/passeata-dos-cem-mil>. Acesso em: 06 jul. 2021.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

GABLER, Louise **Lei dos Sexagenários**, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>. Acesso em: 04 jun. 2021.

GAMA, Fabiene. Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. **RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (Online)**, v. 15, p. 116-130, 2016.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Resistência Democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educ. e Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 928-945, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpnDkCSRvDjmWyfL/?format=html>. Acesso em: 16 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 pontos, v. 3).

GRINBERG, Keila. Escravidão e Relações Diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, maio de 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Arroio do Meio**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/arroio-do-meio/panorama>. Acesso em: 24 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Território brasileiro e povoamento**: construção do território. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas.html>. Acesso em: 04 jun. 2021.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Pontos de memória**: metodologia e práticas em museologia social. Brasília: IBRAM, 2016.

IGNACIO, Julia. **Maio de 1968**: você sabe o que foi esse movimento social? 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

INCRA. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa 57/2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, 2009. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_57_2009.PDF. Acesso em: 02 jul. 2021.

INCRA. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. **Processo de Regularização de Território Quilombola**: comunidade quilombola São Roque (INCRA). Número 54220.002976/2010-31. Aberto em: 09 dez. 2010. 93 Fls.

INCRA. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. **Quilombos**. 2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: manual de aplicação. Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. 85 p.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Texto Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. 134 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo Iphan**, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551/nova-ferramenta-de-educacao-patrimonial-e-disponibilizada-pelo-iphan> Acesso em: 24 out. 2021. [Documento eletrônico]

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha G. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora UNIVATES, 2017. Disponível em:

https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/223/pdf_223.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021.

KREUTZ, Marcos Rogério; SCHNEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Teresinha G.; SCHNEIDER, Fernanda (Org.). **Arroio do Meio: entre rios e povos**. Lajeado: Ed. Univates, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 10, p. 123-150, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LEITE, Ilka Boaventura; FERNANDES, Ricardo Cid. Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco. **Boletim Informativo NUER**, Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas, Florianópolis, NUER/UFSC, v. 3, n. 3, 2006.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Conferência Nacional de La Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas. Tradução Odacile M. Priosti. Kansas City, Missouri, 2004. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/o-conceito-de-museu-comunitc3a1rio.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832009000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2020.

MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27338/29110>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MEDEIROS, Bartolomeu T. F. Conceituação e políticas de tombamento: isto acrescenta algo aos quilombos?. In: SANDRONI, Carlos; SALLES, Sandro Guimarães. **Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos**. Recife: Ed. da UFPE, 2013.

MICAELO, Ana Luísa. **'Essa terra que tomo de conta': Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/13778/1/MICAELO%202016%20Essa%20Terra%20Que%20Tomo%20De%20Conta_pdf.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINH-HA, Trinh T. A busca totalizante do significado. In: CAIXA CULTURAL. **O Cinema de Trinh T. Minh-ha**. Catálogo. 2015a. p. 29-50. Disponível em: http://www.caixacultural.com.br/cadastrodownloads1/Catalogo_Cinema_Trinh%20Minh-ha_RJ.PDF.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

MINH-HA, Trinh T. Questões de imagem e política. In: CAIXA CULTURAL. **O Cinema de Trinh T. Minh-ha**. Catálogo. 2015b. p. 51-59. Disponível em: http://www.caixacultural.com.br/cadastrodownloads1/Catalogo_Cinema_Trinh%20Minh-ha_RJ.PDF.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

MINUZZO, David Kura. Reflexões em torno de um percurso no campo da museologia social. In: DALLA ZEN, Ana Maria (Org.). **Aulas de Museu**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

MUNICÍPIO amplia acesso à EJA a comunidade quilombola. **O Alto Taquari**, Arroio do Meio, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.oaltotaquari.com.br/portal/2019/11/municipio-amplia-acesso-a-eja-a-comunidade-quilombola/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. Afinal, o que é patrimônio? In: NETTO, R. **Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. (Formação de mediadores, v. 1, 2020).

NUNES, Georgina Helena Lima. Dos quilombos do sul do sul, a cultura, concepções de terra e resistências como potencializadoras de pedagogias escolares. In: BAPTISTA, J.; SILVA, C. F. (Orgs.). **Práticas comunitárias e educativas em memória e museologia social**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

O ALTO TAQUARI. Arroio do Meio, 08 de abril de 1983.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Site Oficial**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm. Acesso em: 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. **Élisée Revista de Geografia da UEG**, v.4, n.2, p.257-275, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3712>. Acesso em: 14 out. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S; SIQUEIRA, Graciele. Instrumentos possíveis para uma intervenção nas cidades - Parte II. In: NETTO, R. **Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. (Formação de mediadores, v. 12, 2020).

POLLETO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena; YUNES, Maria Angela M. (Org.). **Resiliência e psicologia positiva**: interfases do risco a proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**. Brasília: Phábrica, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Pontos-de-Mem%C3%B3ria-Portugu%C3%AAs.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 16, p. 5-38, ano 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/33>. Acesso em: 12 maio 2020.

REDE RS de Pontos de Cultura contempla 83 projetos com investimento de R\$ 12 milhões. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 25 abr. 2013. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/rede-rs-de-pontos-de-cultura-contempla-83-projetos-com-investimento-de-r-12-milhoes>. Acesso em: 01 jun. 2021.

REMPEL, Claudete; MAJOLO, Marco Antonio. Levantamento ambiental do município de Arroio do Meio – Vale do Taquari. **Acta Scientiae**, Canoas, v.1, n. 2 p. 29-38, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/196/180>. Acesso em: 17 abr. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Open Street Map**. 2020. Disponível em: <https://www.openstreetmap.org/search?query=rio%20grande%20do%20sul%20morro%20s%C3%A3o%20roque#map=19/-29.30126/-51.93160>. Acesso em: 27 abr. 2020.

RIOS, Sebastião. Da gênese do texto e de sua relação com o campo dos estudos de performances culturais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000300007. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIZZI, Lourdes Maria Gaspar Otto (Coord.). **Histórias que são vidas**. Arroio do Meio: Secretaria de Educação e Cultura, 2001.

RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos C. (Org.). **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivres/livros/rsnegro.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum Revista de História**, v. 18, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11395/6509> Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266> Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: AYÔ, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Maria Célia. Reflexões sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 18, v. 18, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/35>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SANTOS, Paula Assunção dos Santos, A mesa de Santiago do Chile para pensar o futuro. In: JUNIOR, José do Nascimento; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos. **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporaneo**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, Programa IBERMUSEOS, 2012. (Volume 1 Mesa de Santiago do Chile, 1972). Disponível em http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

SÃO ROQUE/PALMAS. Município entrega rede de água para comunidade quilombola. **Prefeitura de Arroio do Meio**, Rio Grande do Sul, 24 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.arroiodomeio.rs.gov.br/site/noticia/431>. Acesso em 10 set. 2020.

SCHEINER, Teresa C. M. **“Museology”**. Curso ministrado na International Summer School of Museology (ISSOM). Brno, República Tcheca, julho 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020. [Texto não publicado].

SCHEINER, Teresa C. M. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SOUZA, L. M.; ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N.

História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SDR apoiará comunidade quilombola de Arroio do Meio para construção de Centro Multiuso. **Emater/RS-ASCAR**, 18 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=20475#.YL01jflKjIV>
Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, E. M. V.. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. **Ofícios de Clio**, v. 5, n. 8, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/19051/13121>
Acesso: 20 out 2021.

SILVA, Fernando Oliveira da; SÁ, Jardélia Rodrigues; GOMES, Luciano Costa *et al.* (Org.). **Pessoas comuns, histórias incríveis:** a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS/EST, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização, e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960). 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Histórias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política:** a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Loni Maria da; GOULART, Erica Marta Seitz; MULLER, Andre Michel; SAIS, Rafaela Corrêa; HAMMES, Eluise; SCHROEDER, Carla Jaqueline; DIEFENTHALER, Angélica. **Resgate da cultura alimentar quilombola comunidade São Roque.** Arroio do Meio: Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, EMATER/RS-ASCAR, 2011. 35 p.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Políticas públicas e medição na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Florentina. **Vozes negras nos anos 30** [Documento Eletrônico]. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/131-florentina-souza-vozes-negras-nos-anos-30> Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, José Edimar de. Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongos no Contexto da Guerra dos Farrapos (1844). **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 9, n. 3, maio/ago. 2018.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. **Extensão Entrelhares: educação e formação cidadã. Salão a arte de reinventar vidas UFRGS** [Live]. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eYGcOIMhHCc> Acesso em: 15 mar. 2021.

TAVARES, Júlio Cesar de. Uma ponte sobre o Atlântico. In: LAHNI, Cláudia Regina Lahni *et al.* (Org.). **Culturas e diásporas africanas**. Juiz de fora: UFJF, 2009.

TOLENTINO, Átila. Políticas públicas: preservação do patrimônio brasileiro. In: NETTO, R. **Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. (Formação de mediadores, v. 9, 2020).

TORRES, Luiz Henrique. O poente e o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777). **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 22, n. 2, p. 19-25, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23453>. Acesso em: 01 abr. 2021.

TUDO SOBRE ARROIO DO MEIO - Estado do Rio Grande do Sul. **Cidades do Meu Brasil**, 2021. Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/rs/arroio_do_meio. Acesso em: 09 jun. 2021.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. **Site Institucional – Seção Convivências**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/deds/programas-e-aco-es/programas-convivencia-2011>. Acesso em: 8 set. 2019.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. **Site Institucional**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/deds/o-deds>. Acesso em: 10 jan. 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Site Institucional**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: ROJAS, Roberto (Org.). **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979.

VARINE-BOHAN, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 25-35, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>. Acesso em: 26 dez. 2020.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

Prezado(a) Senhor(a):

Com o objetivo de resgatar, reconhecer e valorizar a história e a cultura do Quilombo de São Roque, Morro Alto, Rio Grande do Sul, está sendo realizado, junto ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o projeto de pesquisa denominado QUILOMBO DE SÃO ROQUE, ARROIO DO MEIO, RS: memórias, histórias e resiliência cultural, sob a responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Ana Maria Dalla Zen e da Mestranda Daiane dos Santos Moraes.

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a autorizar a sua participação nesta pesquisa, que tem como objetivo identificar quais são os objetos, as práticas do dia a dia, a culinária, as celebrações e os lugares que representam a identidade cultural do quilombo. Trata-se de uma pesquisa a ser feita por meio de entrevistas e conversas sobre suas memórias. As entrevistas poderão ser realizadas nas residências dos(as) entrevistados(as) ou na Associação da Comunidade do Morro de São Roque. Já as rodas de memória poderão acontecer na casa de um dos moradores do quilombo e/ou na Associação da Comunidade do Morro de São Roque.

Ao participar deste estudo, o(a) Senhor(a) permitirá que a pesquisadora/professora faça perguntas sobre a sua vida no Quilombo de São Roque, lembrando situações de seus antepassados, de sua infância, de seu casamento, de sua maternidade/paternidade, de seu trabalho, de lutas, de convivência com as pessoas do grupo e com o território que serão utilizadas na redação de dissertação de mestrado sobre o patrimônio cultural da comunidade quilombola de São Roque.

O(A) Senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para si ou a pesquisa. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa/aula através do telefone da pesquisadora/professora, Ana Maria Dalla Zen, pelo celular (51) 998075491. Se necessário, poderá entrar em contato com Comissão de Ética da UFRGS, pelo telefone (51) 3308-3738.

Esclareço que alguns questionamentos sobre a sua vida podem provocar sentimentos de tristeza, saudades, mágoas, ou outros tipos de incômodos ao lembrar-se de histórias e situações passadas que o(a) senhor(a) pode não querer descrever, motivo pelo qual poderá se recusar a responder, ou até mesmo afastar-se da pesquisa. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e somente as pesquisadoras/professoras terão conhecimento dos dados.

Por se tratarem de informações de sua vida, que você considera importantes para serem divulgadas, se for de sua escolha, o seu nome próprio será identificado. Mas, no caso de optar por preservar a sua identidade, seu nome será substituído por um nome fictício, de sua livre escolha, para poder acompanhar o resultado final.

Destaco que os documentos serão guardados durante cinco anos, podendo ser consultados a qualquer momento.

Espero que este estudo traga informações importantes sobre as referências culturais do quilombo, sobre a identificação dos bens culturais que representam a comunidade, e sobre o quão importante a sua cultura é para o patrimônio cultural do estado, e que isso possa ser divulgado pela Professora Ana Maria Dalla Zen e a mestranda Daiane dos Santos Moraes para dar protagonismo e visibilidade à comunidade quilombola de São Roque. Lembro que as entrevistas serão gravadas em vídeo e fotografadas e, nesse sentido, pedimos o seu consentimento para o uso de imagens. Conforme Res. 510/16, os registros da pesquisa devem ser guardados por cinco anos.

Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre para a sua participação nesta pesquisa, ao preencher os itens abaixo:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa/aula.

Opto por () utilizar um nome fictício : _____

() prefiro que meu nome seja divulgado

Nome:

Assinatura da Entrevistada

Assinatura da Pesquisadora

Data: ___/___/_____

TELEFONES Pesquisadora: (51) 998075491

Mestranda: (51) 998082710

CEP/UFRGS: (51) 3308 3738

E-mail azen@ufrgs.br

E-mail daiane.moraes@ufrgs.br

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

APÊNDICE B – Roteiro de Perguntas

- 1) Fale-me sobre você, qual é o seu lugar dentro do Quilombo de São Roque?
- 2) Conte-me como foi fundado o quilombo. E fale-me sobre o seu fundador.
- 3) Vocês têm habilidades específicas em relação à terra, ao plantio, à culinária, ao artesanato. Têm alguma celebração anual? Conte-me sobre ela.
- 4) Quais os costumes, hábitos, conhecimentos, tradições e fazeres que Seu Alcides e Dona Maria da Glória tinham e ainda estão presentes no dia a dia do território?
- 5) Em relação ao território onde está localizado o quilombo, qual é o local que mais lembra os seus antepassados? Esse espaço tem um significado importante para a comunidade?
- 6) Para você, quais são os objetos, práticas do dia a dia, celebrações, expressões corporais e lugares que identificam a forma de ser da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque? Podem ser, por exemplo, uma história, uma receita, uma forma de preparar um prato culinário, um artesanato, uma dança, uma música, uma paisagem, uma festa de que todos participem, ou qualquer outro elemento em que todas as pessoas da comunidade se identifiquem e achem ser a representação da cultura do grupo
- 7) Qual(is) servem para ligar as gerações entre os avós, pais e filhos?
- 8) Ao fechar os olhos, qual é a primeira lembrança que vem do quilombo?
- 9) E qual(is) deles você gostaria que fosse(m) reconhecido(s) por outros grupos sociais, por outras comunidades, como sendo a identidade do Quilombo de São Roque?
- 10) Os saberes (conhecimentos), fazeres, lugares, festas, danças, artesanato, culinária são chamados de bens culturais e formam o patrimônio cultural do quilombo. São heranças deixadas por seus antepassados, e as que vocês querem deixar para as futuras gerações. Esses bens formam a identidade de cada morador, bem como da comunidade, tornando-a única e diferente das demais. Então me fale mais detalhadamente sobre os elementos que você apontou.
- 11) Você acha importante que esse bem cultural seja passado para as próximas gerações?
- 12) O que você acha de identificar e de registrar, em um documento (método escrito), esses bens culturais?

APÊNDICE C – Referências Culturais do Quilombo de São Roque

1 CELEBRAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Devoção à Virgem Imaculada Conceição
IMAGEM
<ul style="list-style-type: none">• Quadro da Virgem Imaculada Conceição que pertenceu ao Seu Alcides, foi herdado pelas suas filhas e hoje pertence à sua neta, Dona Loni.

<ul style="list-style-type: none">• Fonte: Dona Loni (2021)
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Trata-se de um agradecimento em devoção à Virgem Imaculada Conceição, por graças alcançadas.
LOCALIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Quando a homenagem foi criada, a primeira etapa, das orações e a mesa dos inocentes, era feita na casa de Seu Alcides Geraldo da Silva. E, a segunda etapa, o baile, realizado no sábado seguinte à homenagem, acontecia no salão de Seu Alcides. Esse salão, que hoje não existe mais, foi feito por ele, seus irmãos e filhos. Construído em madeira, não utilizou pregos, apenas encaixe entre as peças. Quando Seu Alcides faleceu, quem manteve a celebração por 15 anos foi sua filha Erci, que realizava a homenagem em sua casa e o baile do sábado na Associação dos Moradores do Morro São Roque. Após o seu falecimento, sua irmã Araci continuou com a tradição, só que, a partir de então, não se realizou mais o baile. Quando ela adoeceu, a responsabilidade passou para sua filha, Dona Loni, que está na coordenação do evento há 17 anos, 11 anos junto com sua mãe e há seis anos sozinha, promovendo-o em sua casa.
DATAS

- A celebração é realizada todo o dia 8 de dezembro e, quando a data cai em dia de semana, é adiada para o domingo seguinte. Embora dure apenas um dia, a preparação do evento se inicia com uma semana de antecedência. Nesse período, as famílias combinam entre si qual é o prato que cada uma vai levar e como o espaço deverá ser preparado na casa do organizador. Além disso, são discutidos os ingredientes a serem levados para a preparação das receitas culinárias, com destaque para que os pratos culinários ofertados sejam preparados pelas mãos daqueles que alcançaram a graça. Um dia antes da celebração, as famílias começam a preparar as receitas culinárias, que prometeram levar para a homenagem à Virgem Imaculada Conceição, e o organizador, além de fazer o prato sob sua responsabilidade, arruma o espaço, adequando-o às necessidades do evento.

HISTÓRIA

- A homenagem teve início com Seu Alcides Geraldo da Silva, que prometeu à Virgem Imaculada Conceição realizar uma mesa para os inocentes, ou seja, crianças de 0 a 7 anos, para agradecer por todos os milagres de cura que eram alcançados pela concessão da Virgem. A mesa era servida no chão e as crianças, sentadas ao redor, deveriam comer com as mãos, como fazia Jesus Cristo. A partir da demonstração de fé de Seu Alcides pela Virgem, as pessoas da comunidade passaram a segui-lo e a fazer suas promessas. E, em agradecimento pelas graças alcançadas, elas passaram a participar da celebração, ofertando pratos culinários para o almoço do dia do evento. Como ela é reverenciada por ser responsável pela cura, as promessas eram feitas exatamente pedindo o restabelecimento da saúde. A Virgem Imaculada Conceição também é reconhecida como a mãe dos inocentes, o que fazia com que muitas mulheres pedissem a sua ajuda na hora do parto e para que seus filhos nascessem com saúde. Com o passar do tempo, a devoção se tornou tão forte que o evento passou a fazer parte do calendário da comunidade. A celebração no dia começa com orações e em seguida é dada uma salva de palmas em homenagem à Virgem. Depois há o almoço, quando as crianças são servidas antes, depois é a vez dos adultos, quando elas tenham terminado e saído para brincar. Na época de Seu Alcides, a celebração incluía uma segunda etapa, a realização de um baile no salão que ele construiu, animado por uma banda da família, quando todos cantavam, tocavam instrumentos e dançavam. Com sua morte, o evento passou a ser feito sob responsabilidade da Dona Erci, na casa dela, e o baile passou a ser realizado na Associação dos Moradores do Morro São Roque. Depois, Dona Erci foi substituída em sua função por Dona Araci, que transferiu o evento para sua casa e os bailes deixaram de ser realizados. Com seu término, a celebração passou a contar somente com os moradores locais.

<p>SIGNIFICADO</p> <ul style="list-style-type: none"> • O significado desta homenagem é o fortalecimento da fé das pessoas, como também a união entre elas e a valorização do alimento feito por cada uma. Trata-se de uma manifestação da fé católica, mas que envolve toda a comunidade, independentemente da religião que cada pessoa professa. Isso demonstra a harmonia e o respeito à diversidade religiosa existente na comunidade. Trata-se de mais uma tradição que se mantém entre as diferentes gerações, sendo passada pela oralidade, observação e vivência.
<p>DESCRIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • O movimento na casa da pessoa responsável se inicia bem cedo. O seu núcleo familiar irá ajudá-la a organizar o lugar onde será feita a celebração, cujo espaço deve conter uma mesa na qual será instalado o altar, com uma toalha, o quadro da Virgem Imaculada Conceição, vasos de flores e castiçais com velas. No chão, haverá uma toalha, que será a mesa dos inocentes, bem como bancos ao seu redor, para os adultos sentarem. O anfitrião recepciona as pessoas que chegam à sua casa e organiza os pratos culinários na cozinha. A cerimônia começa às onze horas e trinta minutos, quando ele acende as velas do altar e dá início às orações com a prece à Virgem Imaculada Conceição, Pai Nosso, Ave Maria, o credo e finalmente lidera a reza do terço. Ao final, é feita uma salva de palmas para a Virgem Imaculada Conceição e para as crianças ali presentes. As crianças, com idade entre 0 a 7 anos, sentam-se em círculo ao redor da mesa dos inocentes e são servidas ao meio-dia em ponto. Comem com as mãos os pratos que são servidos, dentre os quais galinhada, massa, arroz, salada, pãezinhos feito em casa, suco de vinho, e, como sobremesa, recebem pudim, cuca, balas, doces e pirulitos. Os adultos ficam ao seu redor, sentados nos bancos, conversando e tomando chimarrão. Logo depois de as crianças terem comido, vão brincar, e só então os adultos almoçam, quando todos se servem e se sentam. Ao final, reorganizam a casa e repartem a comida que sobrou para cada família levar o alimento abençoado para seu lar.
<p>PROGRAMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma semana antes: planejamento do espaço em que acontecerá a homenagem, organização na combinação dos pratos culinários, com a definição de quem faz o quê para levar; compra dos ingredientes que serão utilizados no preparo do alimento; aquisição dos materiais que serão utilizados na organização do espaço (velas, flores, copos, guardanapos, entre outros). • Alguns dias antes: início da preparação das iguarias e organização do espaço que irá sediar o evento. • No dia do evento: finalização dos pratos que serão servidos, organização da mesa dos inocentes, montagem do altar, recepcionar os convidados; iniciar a cerimônia com as preces, reunir e atender as crianças no almoço e, depois dele, providenciar o almoço dos adultos, finalizar a celebração e arrumar o espaço.
<p>PESSOAS ENVOLVIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todas as pessoas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque
<p>COMIDAS E BEBIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Galinhada • Salada • Massa • Arroz • Carreteiro • Pãezinhos caseiros • Cuca • Suco de vinho • Pudim • Doces

<p>EXPRESSÕES ORAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prece à Virgem Imaculada Conceição <i>Levantei de manhã cedo para varrer a Conceição Encontrei Nossa Senhora com ramo de ouro na mão Pedi um galinho, Ela disse que não, tornei a pedi, Ela me deu Seu cordão Um cordão de sete voltas ao redor do coração Manos vamos para a praia, vamos a praia a brincar Vamos ver a barca nova que do céu caiu no mar Nossa Senhora vem dentro, e os anjos do céu a remar. Virgem Imaculada Conceição, uma mão leva São Pedro Outra leva São João, no meio vem a imagem, a imagem da Conceição. Glória a Deus</i>
<p>OBJETOS IMPORTANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • O quadro da Virgem Imaculada Conceição (imagem acima), que, segundo Dona Loni, deve ter mais de cem anos, sempre esteve presente, desde a primeira cerimônia realizada pelo Seu Alcides. Depois do evento, ele passa a ser guardado pelo responsável da próxima edição.
<p>ESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • São necessários o espaço físico disponibilizado pelo responsável, e a colaboração de cada participante, com a produção de um prato culinário.
<p>AVALIAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pontos positivos: a celebração nasceu na comunidade, iniciada por Seu Alcides, e significa a importância atribuída à religião pela comunidade. Trata-se de um evento coletivo e solidário, que demonstra a união do grupo, a prática da fé e a transmissão da tradição, em que participam pessoas de qualquer religião. E, acima de tudo, recupera a memória, as lembranças e as formas como os ascendentes cultuavam a Virgem e como praticavam seus rituais religiosos. • Pontos negativos: a celebração está desaparecendo, uma vez que as pessoas mais novas não assumem a sua realização. E a ocorrência da pandemia também é um entrave, uma vez que ela deixou de ser realizada em 2020 e provavelmente em 2021. Além disso, muitos moradores se tornaram evangélicos e deixaram de participar de festas de fé católica.
<p>RECOMENDAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não permitir que a cerimônia desapareça, uma vez que se trata de uma tradição significativa, que contribui para a união da comunidade, renova a fé, recupera lembranças do Vovô Teobaldo, de Seu Alcides e da infância de cada morador. Os adultos se lembram com emoção que participaram quando crianças da mesa dos inocentes e que comeram com as mãos. Sugere-se que, durante a pandemia, a cerimônia seja feita de modo adaptado nas próprias casas e divulgadas no grupo de <i>WhatsApp</i> da comunidade, para demonstrar que a celebração pode ser adaptada e ressignificada no período da pandemia.
<p>FONTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • SILVA, Ailton Roque da, relato via WhatsApp, em 29 jun. 2021. • SILVA, Carlos Eduardo da, relato via WhatsApp em 31 maio 2021. • SILVA, Eliana Luciana Voigtlander da, relato via WhatsApp em 03 jun. 2021. • SILVA, Erenilda da, relato via WhatsApp em 29 jun. 2021. • SILVA, Franciele Aparecida da, relato via WhatsApp em 06 jun. 2021. • SILVA, Gilberto da, relato WhatsApp em 19 jun. 2021. • SILVA, Loni Maria da, relato via WhatsApp em 18 jun. 2021. • SILVA, Mayra Ribeiro da, relato via WhatsApp em 31 maio 2021.

2 FORMAS DE EXPRESSÃO

IDENTIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Dança africana <i>Amaé Axé</i>
IMAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação no Almoço Comunitário (2019) na Associação dos Moradores do Morro de São Roque, Arroio do Meio, RS.

<ul style="list-style-type: none"> • Fonte: Patrícia Xavier (2019). Arquivo: DEDS/PROEXT/UFRGS
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • É uma expressão cultural que representa a alegria, o ritmo e a musicalidade dos ancestrais da comunidade, que se reuniam para dançar, cantar e tocar instrumentos, com o intuito de comemorar a vida, a união e o alimento conquistado pelo trabalho duro. A dança africana é marcada pela alegria dos integrantes da comunidade, atualmente ela é realizada por meio de uma roda de mulheres, que dançam ao ritmo da música eletrônica <i>Ilê Pérola Negra</i> da cantora Daniela Mercury.
LOCALIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Ela ocorre dentro da comunidade, mas pode acontecer em qualquer lugar. A dança africana pode acontecer na rua, no ginásio, nas casas, no salão da associação, no salão da igreja, nas escolas, em outros municípios. O local que irá acontecer a apresentação da dança não precisa ser decorado, mas deve ser um espaço que comporte todas as dançarinas e suas saias quando estiverem rodando. O espaço deve dispor de um lugar para o equipamento de som que irá transmitir a música. No momento em que a dança acontece, o local é transformado em território dos ancestrais do grupo.
DATAS DE APRESENTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • A dança não tem calendário pré-estabelecido e não segue um cronograma específico para acontecer. Geralmente, ocorrem mais apresentações fora da comunidade no mês de novembro, coincidindo com o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Ela é apresentada também nas escolas sempre que o grupo é convidado.
HISTÓRIA
<ul style="list-style-type: none"> • A dança africana teve início com o Seu Alcides Geraldo da Silva, Dona Maria da Glória e seus irmãos, que, quando se encontravam nos almoços de família, tocavam

instrumentos, como pandeiro, gaita e atabaque para confraternizarem. Os homens cantavam, tocavam instrumentos e dançavam, enquanto as mulheres cantavam e dançavam. Então Seu Alcides, seus irmãos e filhos resolveram construir um salão todo de madeira, sem o uso de pregos, que hoje não existe mais, onde passaram a ser realizados os bailes da comunidade quilombola de São Roque. Os bailes eram animados ao som de sua banda, formada pelos homens da família, em que cada um tocava um instrumento. Os bailes eram momentos de descontração, confraternização e demonstração dos dotes artísticos da família Silva. Todos cantavam, dançavam e a transmissão cultural do grupo acontecia naturalmente nesses momentos. O baile era o espaço onde os homens dançavam junto com suas mulheres, que ensinavam seus filhos e netos a cantar, dançar e tocar instrumentos musicais. E foi assim que os filhos de Seu Alcides e da Dona Maria da Glória transmitiram para as novas gerações a dança africana. Desse modo, alguns foram ensinando aos outros. Ao longo do tempo, a dança africana foi se modificando e se adaptando, ao ser apropriada pelos novos moradores da comunidade. Atualmente, os netos de Seu Alcides, talvez tomados pela timidez, deixaram de tocar e dançar nas apresentações, o que exigiu a reformulação da dança e da expressão cultural, pois hoje é exclusiva das mulheres. Hoje, elas dançam ao som da música eletrônica da cantora brasileira Daniela Mercury, Ilê Pérola Negra, que elas escolheram. Além de dançar, elas são responsáveis pelas coreografias e figurinos. A dança africana continua sendo uma representação da identidade da comunidade, sendo as apresentações realizadas na comunidade ou fora dela, quando convidadas. Ao participarem, elas demonstram a alegria de estarem dançando como seus ancestrais.

SIGNIFICADO

- A função da dança africana é fortalecer e manter a cultura da comunidade. Trata-se de uma expressão corporal que mexe com a memória, com a história, com a alegria, com a comemoração à vida das pessoas. Transmitida de geração a geração, é aberta a todos que quiserem dançar, sejam mulheres, homens e crianças de todas as idades. A dança africana tem um grande valor simbólico, porque representa a identidade individual, ao mesmo tempo que faz parte da memória coletiva. É uma referência da cultura popular do Quilombo de São Roque. Transmitida pelas vivências, observações e experiências, a sua realização se converte em momentos de integração entre as pessoas, que se divertem, trocam saberes e conversam sobre suas lembranças. Essa manifestação cultural é importante para que as novas gerações conheçam como seus avós, bisavós e tataravós celebravam a vida e as conquistas da comunidade.

DESCRIÇÃO

- No momento da apresentação, as expressões faciais, os gestos corporais, o ritmo da música, a leveza e a harmonia no momento de rodopiar e rodar as saias contagiam e hipnotizam o público, proporcionando uma viagem no tempo, que estabelece conexão com a ancestralidade. Trata-se de um momento mágico, que permite que as gerações do presente (re)vivam os sentimentos das gerações passadas, como a luta, a força, o reconhecimento e a valorização de quem são eles. Essa manifestação cultural é apresentada em situações que se destacam pela sociabilidade, receptividade, valorização e divulgação do grupo, e representa a luta, a força e a alegria da Comunidade. As mulheres que dançam compõem um grupo de 10 pessoas com idades entre 12 e 60 anos. Elas se organizam para ensaiar a coreografia e deixar os figurinos em condições para serem usados em qualquer ocasião. O figurino para a dança se constitui numa blusa de babado na altura dos ombros, na cor branca, e uma saia rodada de chita, tecido de algodão com estampas coloridas e vivas, cuja cor predominante é azul, e os pés ficam descalços.

ETAPAS

- A sua organização envolve o ensaio da coreografia, o reparo e o cuidado com o figurino, da combinação do tempo de duração da dança, a preparação de alimentação para as dançarinas, o ajuste dos detalhes do lugar da apresentação, do transporte do figurino e das dançarinas, a definição do responsável pelo som, pelo transporte e preparação dos equipamentos de som, a disposição do espaço que se tornará o palco de apresentação e da organização do local onde o público permanecerá. Os ensaios são realizados durante o ano e acontecem no pátio das casas das dançarinas, numa tradição que permanece por gerações. Há regras pré-estabelecidas a serem seguidas pelas dançarinas: cuidar e fazer reparos no figurino que está sob sua responsabilidade, chegar pontualmente para os ensaios e apresentações, e, acima de tudo, devem conhecer o significado da dança africana, sua cultura e sua ancestralidade para se expressarem com o coração.

IMAGEM

- Ensaio realizado em frente à casa de Seu Dárcio e Dona Maria Rita (2019)




- Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

PESSOAS ENVOLVIDAS

- A dança africana não mobiliza somente as mulheres, mas toda a comunidade, o que inclui mulheres, homens, jovens e os mais velhos, que auxiliam as dançarinas no momento da apresentação, na organização do espaço físico da apresentação, na reprodução do som, nos registros da apresentação, além de prestigiarem a dança com orgulho e alegria. As pessoas mais experientes se tornam instrutoras das mais novas. Atualmente quem ensina a coreografia é a Dona Eliana, que aprendeu o significado da dança africana com seus ancestrais, e permanece à frente do grupo na hora da apresentação. Os contatos para marcar as apresentações devem ser com o presidente da Associação Comunitária Vovô Teobaldo. Os ensaios são realizados nos finais de semana, quando as mulheres, com tempo livre, conseguem se encontrar na comunidade.

ROUPAS E ACESSÓRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • O figurino, que é produzido e reformado pelas próprias dançarinas, é composto por uma blusa branca com babados nos ombros, uma saia rodada de tecido de chita em tons azuis e vermelho, e os pés descalços. Atualmente, as mulheres que compõem o grupo são: Eliana, Mayra, Ana Paula, Pâmela, Dona Clari, Franciele, Hadija, Katieli, Loane e Erica.
MÚSICA DA APRESENTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Título: Ilê Pérola Negra • Compositores: Miltão/Rene Veneno/Guiguio • Intérprete: cantora Daniela Mercury
ESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • As apresentações são gratuitas, voltadas tão somente à divulgação da cultura. Podem receber auxílio para transporte e alimentação.
AValiação
<ul style="list-style-type: none"> • Pontos positivos: o aprendizado da dança acontece por meio da vivência, da observação e da experiência. As crianças da comunidade se interessam desde cedo em aprender o significado e a coreografia da dança, enquanto aguardam suas mães nos ensaios. Desse modo, a dança vai sendo mantida entre os mais novos pela ação dos mais velhos. A dança africana tem um grande valor simbólico, porque representa a identidade individual, bem como faz parte da memória coletiva. Ela demonstra como é a tradição de festejar, de confraternizar, por meio dos dons artísticos dos participantes na forma de dançar e de tocar instrumentos musicais, desde o tempo de Seu Alcides até os dias atuais. • Pontos negativos: a timidez dos homens, tanto para dançar, como para tocar um instrumento, bem como a falta de um lugar coberto para ensaiar quando o dia está frio e chuvoso; o medo de não conseguirem ensinar a dança para as novas gerações, com o risco de ela desaparecer; a falta de ensaio durante a pandemia preocupa a comunidade no que diz respeito aos ensinamentos para as crianças e como conseguirão preservar a dança no grupo sem se encontrarem por tanto tempo; o desinteresse de alguns jovens em aprender a dança, bem como o êxodo de moradores jovens para viver na cidade.
RECOMENDAÇÕES
<p>Pude perceber que a dança africana fortalece e mantém a cultura da comunidade, porque é uma expressão corporal que mexe com a memória, com a história, com a alegria, com a comemoração à vida das pessoas. Ela é transmitida de geração a geração, e dela pode participar qualquer um, seja mulher, homem, idoso ou criança. Vejo que teria de existir na comunidade um ponto de cultura, onde pudessem ser oferecidas oficinas de recuperação e fortalecimento de sua cultura e tradições. E, em plena pandemia, acredito que as famílias poderiam ensaiar a dança africana em casa, o que se tornaria um momento de descontração, de alegria, de lembranças e de fortalecimento das suas tradições.</p>
FONTES
<ul style="list-style-type: none"> • SILVA, Ailton Roque da, relato via WhatsApp, em 29 jun. 2021. • SILVA, Carlos Eduardo da, relato via WhatsApp em 31 maio 2021. • SILVA, Eliana Luciana Voigtlander da, relato via WhatsApp em 03 jun. 2021. • SILVA, Erenilda da, relato via WhatsApp em 29 jun. 2021. • SILVA, Franciele Aparecida da, relato via WhatsApp em 06 jun. 2021. • SILVA, Gilberto da, relato WhatsApp em 19 jun. 2021. • SILVA, Loni Maria da, relato via WhatsApp em 18 jun. 2021. • SILVA, Mayra Ribeiro da, relato via WhatsApp em 31 maio 2021.

3 LUGARES

IDENTIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Seu Dárcio Geraldo da Silva e Dona Maria Rita da Silva
IMAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Seu Dárcio e Dona Maria Rita vista de frente

<ul style="list-style-type: none"> • Fonte: Ramon Moser(2019) Arquivo:DEDS/PROEXT/UFRGS
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma das primeiras casas de madeira da comunidade, onde moraram Seu Dárcio e Dona Maria Rita e seus filhos Eliana, Erenilda e Ailton. Atualmente, moram lá Carlos Eduardo e sua esposa Mayra. Ele é neto de Seu Dárcio e Dona Maria Rita, filho de Dona Eliana. A casa foi palco de reuniões para a formação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo, bem como reuniões com a Prefeitura de Arroio do Meio, com a Secretaria de Saúde, com a EMATER-RS/ASCAR, com o IACOREQ. Também foi espaço de realização de oficinas oferecidas pela EMATER-RS/ASCAR e pelo IACOREQ.
LOCALIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Localiza-se no centro da comunidade remanescente de quilombo, em frente à estrada Linha de São Roque.
HISTÓRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Seu Dárcio, Dona Maria Rita, Seu José (irmão de Seu Dárcio) e os demais irmãos do casal, com a ajuda das crianças, construíram a casa. A madeira foi colhida e tratada numa serraria da região, numa época em que era autorizado o corte de araucárias no município. Com a nova casa, a família se mudou de uma outra, localizada num dos pontos mais alto do Quilombo, para o centro da comunidade. Por muitos anos ela foi a primeira casa a ser vista pelas pessoas que chegavam à comunidade. Ela foi palco de diversas reuniões da comunidade, e em seu pátio até hoje é preservada a tradição do enterro dos cordões umbilicais de recém-nascidos.
SIGNIFICADO
<ul style="list-style-type: none"> • O lugar se constitui num ponto de memória da comunidade, desde a sua construção, tendo se mantido por muito tempo como espaço para realização de reuniões de interesse social. Tais encontros se constituem em momentos importantes na


<p>trajetória do grupo, nos quais são decididos os rumos que a comunidade deve tomar para se unir, se fortalecer e conquistar políticas públicas. Entre eles, destaca-se um, em que foi decidida a fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo. Hoje ela ainda acolhe em seu pátio reuniões e ensaios da dança africana e capoeira. Também é um ponto de referência para quem chega à comunidade, porque se localiza em frente à estrada Linha de São Roque.</p>
<p>DESCRIÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas na construção da casa: Seu Dárcio, Dona Maria Rita, Seu José, irmãos e os filhos do casal.
<ul style="list-style-type: none"> • Elementos naturais: a casa está circundada de árvores, entre elas limoeiros e laranjeiras. O pátio é coberto por uma vegetação rasteira e do lado da casa há resquícios de uma horta que foi feita pela Dona Maria Rita. Nos fundos, num terreno plano, o chão é coberto por uma vegetação rasteira. Há também um varal bem comprido e um chiqueiro que abriga os porcos do atual casal.
<ul style="list-style-type: none"> • Elementos construídos: o chiqueiro e um varal unindo dois postes, composto por fios de nylon. Há também um poste de luz na frente da casa
<ul style="list-style-type: none"> • Vestígios: ao lado da casa há resquícios de uma horta que foi feita por Dona Maria Rita e os cômodos de madeira ainda são da época do casal que construiu a casa.
<ul style="list-style-type: none"> • Materiais: a casa é feita de madeira, pedra, cimento e telhas de fibrocimento. Os cômodos do banheiro e da cozinha foram feitos de alvenaria, construído com recursos financeiros do Programa RS Rural.
<ul style="list-style-type: none"> • Medidas: com 1.500 metros quadrados, a casa possui três quartos, uma sala/cozinha, uma varanda de madeira, um banheiro e uma peça que atualmente é a lavanderia, mas será a cozinha da casa de alvenaria.
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades que ocorrem no lugar: trata-se de uma casa de moradia, mas é o ponto de referência da comunidade para a realização de reuniões com o IACOREQ, EMATER-RS/ASCAR, Prefeitura, UFRGS, como também para a sediar os ensaios da Dança Africana e capoeira.
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção: a casa é habitada pelo casal Carlos Eduardo e Mayra, que estão procurando captar recursos para mantê-la e conservá-la.
<ul style="list-style-type: none"> • Conservação: a construção necessita de conservação e de substituição de parte do madeirame, bem como de uma nova pintura em suas aberturas e paredes internas e externas e de uma restauração da varanda da casa. A horta da Dona Maria Rita deveria ser recuperada. Para a Dona Eliana “[...] depois do falecimento dos meus pais parece que a casa não tem mais vida, mesmo com o Cadú morando lá” (Dona Eliana, depoimento <i>WhatsApp</i> em 03 jun. 2021).
<ul style="list-style-type: none"> • Tradições, celebrações e saberes associados ao bem: é tradição que os umbigos dos recém-nascidos sejam enterrados no quintal, ato comum entre comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais rurais. A associação entre o umbigo e o terreno onde está enterrado “[...] acentua a relação da pessoa com a terra onde nasce. Assim, a casa onde a mãe de uma pessoa morava quando do seu nascimento ganha relevância para a sua própria identidade” (MICAELO, 2016, p. 184).
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Positivos: restaurar e preservar um lugar que serviu para muitas reuniões de reivindicações, lutas e fortalecimento da comunidade, e não deixar que a memória que aquele lugar carrega desapareça com o tempo.
<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Negativos: trata-se de uma propriedade privada, que pertence primeiramente a um núcleo familiar de dentro da comunidade, que não dispõe de recursos para sua restauração.
<p>RECOMENDAÇÕES</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Captar recursos mediante editais para manutenção da casa e de seu pátio. • A comunidade deve decidir se a casa pode ser reconhecida como um bem

patrimonial do grupo, ou se ela pertence tão somente ao núcleo familiar nela residente.

FONTES DE PESQUISA

- MICAELO, Ana Luísa. 'Essa terra que tomo de conta': Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13778/1/MICAELO%202016%20Essa%20Terra%20Que%20Tomo%20De%20Conta_pdf.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.
- SILVA, Ailton Roque da, relato via *WhatsApp*, em 29 jun. 2021.
- SILVA, Carlos Eduardo da, relato via *WhatsApp* em 31 maio 2021.
- SILVA, Eliana Luciana Voigtlander da, relato via *WhatsApp* em 03 jun. 2021.
- SILVA, Erenilda da, relato via *WhatsApp* em 29 jun. 2021.
- SILVA, Franciele Aparecida da, relato via *WhatsApp* em 06 jun. 2021.
- SILVA, Gilberto da, relato *WhatsApp* em 19 jun. 2021.
- SILVA, Loni Maria da, relato via *WhatsApp* em 18 jun. 2021.
- SILVA, Mayra Ribeiro da, relato via *WhatsApp* em 31 maio 2021.

4 SABERES

IDENTIFICAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento e uso de Ervas Curativas. 	
IMAGEM	
<ul style="list-style-type: none"> • Em frente à sua casa, Seu Gilberto posa para a fotografia com o Cipó Escada, chá que ele indica para curar a anemia. 	
	
<ul style="list-style-type: none"> • Fonte Arquivo pessoal (2021) 	
DESCRIÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do uso de Ervas Curativas, forte tradição na comunidade. 	
LOCALIZAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento do uso das ervas curativas está presente em cada morador do território. E as ervas são encontradas em todo o território quilombola. 	
MOMENTOS IMPORTANTES	
<ul style="list-style-type: none"> • O aprendizado é adquirido na infância, quando os avós e os pais ensinam as crianças a reconhecerem os chazinhos, e para que eles servem. Quando os adultos precisam de algum chá, dizem o nome dele para a criança e o local onde ele se encontra, assim, a criança vai até o pátio da casa em sua busca. O aprendizado e a troca de conhecimentos sobre as ervas curativas acontecem todo o momento. 	

HISTÓRIA
<ul style="list-style-type: none"> • O ervanário e benzedor, Seu Alcides, começou a ser conhecido na região de Arroio do Meio e municípios vizinhos como Negro Teobaldo o Curador⁹⁴, ou Vovô Teobaldo. Ele era a pessoa que conhecia profundamente as ervas curativas da região, fazia chás, infusões de ervas no álcool e na cachaça, emplastos, xarope e ervas em pó. Esse saber foi transmitido de geração a geração como disse Seu Ailton “Começou com Dona Laurinda que deixou para Seu Alcides, que deixou para sua filha Elsa, que passou para o Seu Gilberto (Seu Ailton, relato via WhatsApp em 30 nov. 2020)”. Saberes que vem de longe, de seus ancestrais, por meio da oralidade, do diálogo e da escuta. O avô ensinou seus filhos, que ensinaram seus filhos, que ensinaram filhos e netos. Todos sabem utilizar os chás para se curar.
PESSOAS E ACONTECIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciou com Dona Laurinda, que utilizava as ervas para curar as suas doenças e as do seu filho Alcides. Foi ela quem ensinou Seu Alcides a conhecer o poder curativo das ervas. Quando Seu Alcides se refugiou no Morro São Roque, utilizou o saber adquirido com sua mãe e aplicou-o no novo território em que passou a viver. Também testou pessoalmente o poder curativo das novas ervas encontradas no lugar, para depois indicar às pessoas. E foi assim que Seu Alcides curou o fazendeiro da região, e foi conhecido e solicitado por muitas pessoas localizadas em diversas regiões do Vale do Taquari. Seu Alcides passou esse conhecimento para seus filhos e para seu neto, Seu Gilberto, que atualmente é a referência das pessoas de fora da comunidade como o conhecedor das ervas curativas do quilombo. Mas todas as pessoas que moram na Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque conhecem e utilizam o poder curativo das ervas.
SIGNIFICADO
<ul style="list-style-type: none"> • É muito importante manter esse saber na comunidade, porque se trata da forma pela qual as pessoas do grupo se curam. Elas acreditam que as ervas são a maneira mais saudável de curar um mal-estar, uma alergia, uma doença, porque utilizam os recursos da natureza. • A distância e o afastamento das pessoas da comunidade em relação a um atendimento médico ampliam a relevância das ervas para iniciar o combate de suas doenças o mais rápido possível, porque na maioria das vezes o acesso a uma consulta médica no posto de saúde do distrito de Palmas pode demorar vários dias. • Trata-se de um saber que tem muita ligação com os ancestrais do grupo, Dona Laurinda, Seu Alcides e os filhos de Seu Alcides e Dona Maria da Glória, que transmitiram o conhecimento das ervas curativas para seus descendentes.
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • O Seu Alcides, que era ervanário e benzedor, tratava-se de uma pessoa que conhecia profundamente as ervas curativas da região, e, além disso, era reconhecido por sua capacidade em reestabelecer a saúde das pessoas por meio de rezas e benzimentos. Ele fazia chás, infusões de ervas no álcool e na cachaça, xarope, emplastos e ervas em pó. Esse saber foi transmitido de geração a geração. Desse modo, esses saberes, que vêm de muito longe, trazidos pelos ancestrais africanos, mantêm-se por meio da oralidade, do diálogo e da escuta, num processo contínuo, em que o avô ensinou seus filhos, que ensinaram para seus filhos e netos. Dessa maneira, todos sabem utilizar chás para a cura de seus males.

⁹⁴ Termo dado a Seu Alcides por recuperar a saúde de muitas pessoas por meio das Ervas Curativas.

ETAPAS
<ul style="list-style-type: none"> • É preciso reconhecer a erva curativa como se encontra na natureza, para que ela serve, onde encontrá-la, identificá-la, como colhê-la com cuidado, lavá-la, e prepará-la para a sua conservação e posterior utilização. Cada uma possui uma ou mais formas de ser utilizada e preparada, dependendo da doença que se quer curar.
PESSOAS ENVOLVIDAS COM O SABER
<ul style="list-style-type: none"> • Todas as pessoas da comunidade, o que inclui os mestres e os aprendizes.
MODOS DE FAZER
<ul style="list-style-type: none"> • Chá: utilizar a erva recém-colhida, que é colocada num recipiente com água fervente tampado, durante cinco minutos, e, em seguida, beber o líquido. • Pó: deixar a erva dependurada para secar, e, quando murchar, colocar no sol, até que, quando ela estalar ao ser pega com a mão, estará pronta para ser processada em um moedor. Depois que virar pó, é necessário apenas armazenar em saquinhos ou em potinhos fechados. Será utilizada em cima de feridas • Infusão de ervas no álcool: colocar as ervas em uma garrafa com álcool, tampá-la e deixar curtir com o recipiente fechado, durante 3 dias. Utilizar o preparado em massagens. • Infusão de ervas na cachaça: colocar as ervas em uma garrafa com cachaça, tampá-la e deixar curtir com o recipiente bem fechado, durante 3 dias. Depois de pronto beber uma porção durante alguns dias. • Xarope: as ervas são fervidas em água, mel e açúcar e armazenadas em vidros fechados para beber por um período. • Emplasto: num pilãozinho, a erva é macerada com banha de porco, é guardada em um recipiente com tampa e será utilizada em cima de contusões ou em massagens. Os recipientes são identificados com o nome da erva curativa que cada um contém.
PRODUTOS E CARACTERÍSTICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Pó, infusões, xarope, emplasto e chás.
OBJETOS E FERRAMENTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Moedor: É uma caixinha de madeira, com uma manivela e uma gavetinha, no qual, na parte de cima se introduz a erva, quando se tira a manivela. Após girar várias vezes a manivela, o pó da erva fica armazenado na gaveta do moedor. Trata-se de um equipamento ainda utilizado por Seu Gilberto, porque ele usa diversas plantas medicinais que são utilizadas como pó. • Panelas, vasilhames, garrafas com tampa, mel, açúcar, fogão, banha, cachaça, pilão, coador, saquinhos de plástico, entre outros.
ESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de tempo e espaço em casa para colher, separar secar e preparar as ervas, que são colhidas no território da comunidade, cujas terras possuem grande diversidade de espécies.

TRANSMISSÃO DO SABER
<ul style="list-style-type: none"> Os avós passam para os filhos, os pais para filhos e netos. O aprendizado é adquirido na infância, quando os avós e pais ensinam as crianças a reconhecer os chazinhos. Desse modo, quando adultos, se precisarem de algum, dizem o nome do chá para criança, o local onde pode ser encontrada a planta, e a criança vai até o pátio para pegá-la. A troca e o reconhecimento de ervas curativas ocorrem a todo momento.
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Pontos positivos: a cura para muitos males está na porta de casa, ou no território da comunidade. Segundo Dona Eliana: “[...] podemos nos tratar com os recursos oferecidos em nosso território” (Depoimento <i>WhatsApp</i> em 03 jun. 2021). Todas as pessoas da comunidade têm o hábito e sabem utilizar as ervas curativas. Todas as famílias têm plantadas na horta de suas casas as ervas curativas que mais utilizam. Há uma contínua troca de saberes entre os mais velhos e os mais jovens. Um exemplo é o Chá da Confusão, utilizado contra a COVID-19, composto pela infusão na cachaça de 70 a 80 ervas diferentes. Essa beberagem foi criada em conjunto pelos moradores, que foram agregando as ervas curativas que conheciam destinadas a reduzir os sintomas e males que o coronavírus causa. Assim, trata-se de um processo coletivo, em que cada um colaborou com algum conhecimento específico na formulação da infusão, já que a erva que um não lembrava, o outro sabia. Pessoas de outras regiões procuram a comunidade em busca de suas ervas curativas, e o Quilombo, desde a época do Vovô Teobaldo, era conhecido na região por esses saberes.
<ul style="list-style-type: none"> Pontos negativos: há uma verdadeira invasão de novos chás que estão sendo inventados, os mais jovens estão acrescentando outros tipos de ingredientes, muitos dos quais são ineficazes para a cura da enfermidade apontada, o que vem provocando um descrédito na função curativa das ervas.
RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> O exercício de ensinar as crianças em reconhecer as ervas curativas é fundamental, inclusive durante a pandemia, para que este saber permaneça vivo entre as futuras gerações. A união de saberes de cada membro da comunidade para a cura de todos em relação à COVID-19 se constitui num exemplo de como esse saber está presente na memória de cada pessoa, o que representa um elemento identitário do grupo. Fazer um catálogo das ervas curativas encontradas no território para que as futuras gerações possam ter esse conhecimento registrado, mesmo com a falta das pessoas mais velhas.
FONTES
<ul style="list-style-type: none"> SILVA, Ailton Roque da, relato via <i>WhatsApp</i>, em 29 jun. 2021. SILVA, Carlos Eduardo da, relato via <i>WhatsApp</i> em 31 mai. 2021. SILVA, Eliana Luciana Voigtlander da, relato via <i>WhatsApp</i> em 03 jun.2021. SILVA, Erenilda da, relato via <i>WhatsApp</i> em 29 jun. 2021. SILVA, Franciele Aparecida da, relato via <i>WhatsApp</i> em 06 jun. 2021. SILVA, Gilberto da, relato <i>WhatsApp</i> em 19 jun. 2021. SILVA, Loni Maria da, relato via <i>WhatsApp</i> em 18 jun. 2021. SILVA, Mayra Ribeiro da, relato via <i>WhatsApp</i> em 31 maio 2021.

ANEXO A – Relatório parcial sobre o grupo de famílias negras da localidade de São Roque, do município de Arroio do Meio (2004)



Porto Alegre, 16 de junho de 2004.

Relatório Parcial Sobre o Grupo de Famílias Negras da Localidade de São Roque – Município de Arroio do Meio

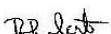
Este agrupamento de afrodescendentes originou-se da compra de uma 'colônia' de terras (24,4ha) por parte do casal Alcides Geraldo da Silva e Maria da Glória de Souza, nos idos da década de 1920. Ele era oriundo de Estrela e ela de São Jerônimo; tiveram 13 filhos dos quais 4 (e alguns dos seus descendentes) permaneceram no local. Segundo os atuais descendentes, Alcides faleceu cerca de 20 anos atrás com 112 anos. Já Maria da Glória teria falecido á cerca de 40 anos atrás com 60 anos. A descendente mais velha do casal, Araci da Silva (67 anos) sabe pouco dos ancestrais por parte de pai, além do fato do avô Pedro da Silva ter participado de uma revolta (pelas descrições, de 1893 c/ou de 1923). Com relação aos ancestrais maternos, carrega fortes lembranças da avó Filomena, falecida cerca de 50 anos atrás com 115 anos, tempo suficiente para transmitir aos netos imagens vivas sobre o 'tempo do cativoiro', pelo qual teria passado em uma fazenda em São Jerônimo.

O estabelecimento do casal no local onde estão hoje as 09 famílias de descendentes teria sido possibilitada pelo trabalho árduo de Seu Alcides como servente de pedreiro e pelo empréstimo que este teria tomado junto ao padrinho de um dos filhos, o qual foi pago a troca de lenha e serviço. Seu Alcides teria se destacado como curandeiro na região: fazia os diagnósticos com brasa de fogão em copo d'água e curava com ervas do mato. Esta construção de fronteiras etno-raciais a partir de práticas religiosas diferenciadas persiste até os dias atuais: às imagens de santos e símbolos católicos visíveis no interior das casas misturam-se imagens e símbolos da umbanda, tendo alguns descendentes iniciação em tal religião. Como se tem observado assiduamente em outras comunidades, abundam ervas com significação ritual ao redor das casas (guiné, alecrim, manjerição, arruda, espada de São Jorge, erva da fortuna, dinheirinho, etc.).

Alguns membros do grupo têm sua fonte de renda no trabalho em fábricas de calçados ou como domésticas, mas o trabalho agrícola, em terras próprias ou não, prepondera. Cabe ressaltar que a 'colônia' onde hoje residem os descendentes de Alcides e Maria da Glória está localizada em terreno íngreme, no topo de uma serra. Além desta área, alguns descendentes conseguiram adquirir outras pequenas áreas nos arredores, nenhuma acima de 10ha, onde praticam a agricultura. Além disso, plantam em terras alheias em troca de uma porcentagem da produção. O trabalho contínuo da EMATER junto ao grupo tem despertado nas mulheres o interesse em incrementar as fontes de renda através da produção de hortaliças, melado, etc.

A comunidade é relativamente bem servida com infra-estrutura: o fornecimento de água é realizado através de vertente, com qualidade monitorada e há acesso á energia elétrica; as casas são de madeira ou alvenaria, havendo apenas algumas em precário estado de uso.

Este relatório de caráter parcial tem como objetivo fornecer uma caracterização mínima da comunidade, de forma que esta possa acessar políticas públicas condizentes com sua especificidade etno-racial. Foi elaborado com base em formulário preenchido pelos técnicos do Escritório Municipal da EMATER e em visita à comunidade realizada pela consultora.


Rosane Rubert
Antropóloga
Consultora RS-Rural

Fonte: Processo 54220.002976/2010-31.

ANEXO B – Ata de Fundação da Associação Comunitária Vovô Teobaldo

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22

ATA nº 1 , de 13 de março de 2005

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na residência do casal Sr. Darcio Geraldo da Silva e Sra. Maria Ita da Silva, na Comunidade Quilombola de São Roque, Linha Palmas, no Município de Arroio do Meio/RS, reuniram-se os moradores quilombolas com o fim de unificar forças para reivindicar junto aos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, bem como da iniciativa privada, movimentos sociais, etc... ações que venham minimizar seus problemas na comunidade, referentes as condições gerais de sobrevivência, moradia, geração de renda, saúde, educação, preservação da sua cultura, infraestrutura e saneamento básico. A possibilidade de formar uma Associação Comunitária foi a forma escolhida pela totalidade dos participantes com a alegação que uma pessoa sozinha a reivindicar não tem a mesma força que tem a Comunidade toda unida. Com esta intenção e com referência a historia da Comunidade, foram sugeridos para nomear a Associação os nomes Vovô Alcides e Nego Theobaldo, o que ficou de ser definido na próxima reunião. Após a decisão unânime de fundação da Associação Comunitária, os membros da Comunidade acordaram em discutir um Estatuto para a referida Associação e após a aprovação do mesmo por seus membros, seria feita a escolha da diretoria. Eu, Eliana Luciana Voigtlander da Silva, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os sócios fundadores.

Fonte: IACOREQ março 2021.

ANEXO C – Certidão de Autorreconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da **Constituição Federal de 1988**, **CERTIFICA** que a **Comunidade de São Roque**, localizada no município de Arroio do Meio, estado do Rio Grande do Sul, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n. 429, fl. 37 nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Eliana Voigtlander CPF 929.339.390-53
Rejane M da Silva CPF 458.117.090-72
Loni Maria da Silva CPF 489.384.160-20
Ailton Roque da Silva CPF 489.383.350-20

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **17 de novembro** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmars.gov.br <http://www.palmars.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Handwritten signature and date:
26/01/09

ANEXO D – Diário Oficial da União com a Portaria da Fundação Palmares



Nº 233, terça-feira, 6 de dezembro de 2005

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

5

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA RETIFICAÇÕES

Retificar o enunciado da Portaria de aprovação n.º 0476/05 de 08 de novembro de 2005, publicada no D.O.U. n.º 216 de 10 de novembro de 2005, Seção 1, página 12, referente ao Processo: 01400.010/93/2005-70, Projeto Sínese, Centro de Apoio I - 1.º andar - Pranta: 03-6/35 nos seguintes termos: I - Cande de 15; Área: 7 Áreas lançadas - (Art. 26º, II) - Leia-se: "Área: 7 Áreas lançadas - (Art. 15)";

Retificar o valor da redução na matrícula n.º 071404 de 23 de outubro de 2004, publicada no D.O.U. n.º 208 de 20 de outubro de 2004, Seção 1, página 05, referente ao Processo: 01400.010/93/2005-16, Projeto "Área Cêner 2" - Pranta: 02-8/38 nos seguintes termos: I - (Cande de 15 - Valor reduzido em R\$ 5.200,910/39 - II) - Leia-se: "Valor reduzido em R\$ 3.199,910/39";

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 292, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada n.º 04, de 25 de fevereiro de 2003, e em cumprimento ao disposto na Lei n.º 8.212, de 23 de dezembro de 1991, Lei n.º 8.685, de 30 de julho de 1993, Medida Provisória n.º 2.224-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei n.º 10.454, de 13 de maio de 2002, e Decreto n.º 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprova os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento de Art. 1º da Lei n.º 8.685, de 30 de julho de 1993.

05-0207 - Memórias do Candombê.
Processo: 0180.02/7690/04-46.
Proponente: Legos Cultural e Esportiva Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.708.003/0001-48.
Valor total do investimento aprovado: R\$ 1.461.500,00
Valor aprovado no Artigo 1º da Lei n.º 8.685/93: R\$ 1.386.425,00.
Banco: 001 - Agência: 0287-9 - Conta Corrente: 26.153-X
Período de vigência: até 31/12/2005.
Aprovado no RDC n.º 143, realizado em 13/09/2005.
Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DAHL

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 44, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.660 de 22 de agosto de 1982, art. 3º, § 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2001, da Portaria n.º PCP n.º 16, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, F.07, resolve:

Art. 1º Registrar os projetos de Cadastro Geral n.º 001 CER-TIFICAR que conferem Declaração de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades, a seguir: SÃO BEATIFICANTE DOS QUILOMBOS; Comunidade de Júlia Matula, localizada no município de Luliânia, Estado de Minas Gerais, Livro 005, registro 420, folha 25;

Comunidade de Quilombo, localizada no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais, Livro 005, registro 421, folha 29;

Comunidade de Saré, localizada no município de Itaramirim, Estado de Minas Gerais, Livro 005, registro 422, folha 30;

Comunidade de Jacaré, localizada no município de São João do Salto, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 423, folha 31;

Comunidade de Nossa Senhora do Socorro, localizada no município de São Rita, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 424, folha 32;

Comunidade de Boa Vista, localizada no município de Brejo, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 425, folha 33;

Comunidade de Piratininga, localizada no município de Bacanal, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 426, folha 34;

Comunidade de São Domingos, localizada no distrito Baía da Carreira São Domingos no município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, Livro 005, registro 427, folha 35;

Comunidade de Irua, localizada no município de Louveira, Estado de Bahia, Livro 005, registro 428, folha 36;

Comunidade de São Roque, localizada no município de Aracaju, Estado de Alagoas, Livro 005, registro 429, folha 37;

Comunidades do Lago do Raio e Chibocira, localizadas no município de Aquino, Estado do Ceará, Livro 005, registro 430, folha 38;

Comunidade de Bauri dos Pires, localizada no município de Camatitanga, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 431, folha 39;

Comunidade de Fazenda Seridóinha, localizada no município de Camimipil, Estado de Minas Gerais, Livro 005, registro 432, folha 40;

Comunidade de Água Preta, localizada no município de Curu Verde, Estado de Minas Gerais, Livro 005, registro 433, folha 41;

Comunidade de Caracá, localizada no município de Huesar, Estado do Maranhão, Livro 005, registro 434, folha 42;

Comunidade de Alagôpinho de Lage dos Negros, localizada no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, Livro 005, registro 435, folha 43;

Comunidade de Pilões, localizada no município de Iporanga, Estado de São Paulo, Livro 005, registro 436, folha 44;

Art. 2º O referido é verdade e dou-se. Extra e mando publicar.

URIRATAN CASTRO DE ARAUJO

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1.336/MD, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2005

Altera a Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998, que regulamenta as Normas Gerais sobre os auxílios locais para o RBID.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Evento	Quantidade	Unidade
Aux. Br. Administrativa	01	Assessor de Seção de Logística
	01	Assessor de Seção de Pessoal
	01	Assessor de Seção de Informações e da Estatística
Assessor de Apoio	01	Assessor de Seção de Logística

"(NR)

Art. 2º O Anexo "B" da Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria Normativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e a Tabela Salarial II do Anexo sanará seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições estabelecidas nas letras "B", "C", "D", "E", "F", "G" e "G" do art. 17 da Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

ANEXO

(Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998)

ANEXO B

TABELA SALARIAL I

CATEGORIA	MÍNIMO (R\$)	MÁXIMO (R\$)
AUXILIAR DE ACÚM.	1.000,00	2.400,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1.200,00	3.000,00

TABELA SALARIAL II

CATEGORIA	MÍNIMO (R\$)	MÁXIMO (R\$)
ASSISTENTE DE APOIO	700,00	2.200,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1.000,00	2.400,00

COMANDO DA AERONÁUTICA DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL SUBDEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

PORTARIA DAC Nº 1.203/SIE, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2005

Homenagem do Heliponto da Plataforma "CAÇÃO-2"

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, de acordo com a delegação de competência do DIRETOR-GERAL, outorgada pela Portaria DAC nº 303/GAC, de 03 de janeiro de 2004, usando das atribuições que lhe confere a Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº 206, de 25 de outubro de 1995, tendo em vista o que consta do Ofício nº 1443/2005-DPC, de 25 de outubro de 2005, de Diretor de Portos e Costas do Comando da Marinha, registrado sob o Processo nº 07-012/9482/2005, resolve:

Art. 1º Considerar homologada e aberta ao tráfego aéreo o heliponto abixo, com as seguintes características:

Nome do Heliponto:
a) Tipo e nome do campo de recursos naturais: Produção - Campo de Cação; b) Prefixo / Noca da Plataforma: PCA 02 / CAÇÃO-2; c) Proprietário: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS; d) Unidade da Federação: Espírito Santo; e) Formato e dimensões úteis da área de pouso e desenvolvimento: Circular - 17,50 metros; f) Coordenadas geográficas: 19º 03' 54" S; 039º 39' 12" W; g) Área de pouso: 22,60 metros; h) Resistência do piso: 6.000 kg; i) Dimensões do maior helicóptero a operar: 17,46 metros; j) Condição operacional: Visual Diurna/Voturna.

Art. 2º A presente Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, e terá validade até 18 de outubro de 2010.

Cel AV RAFAEL RODRIGUES FILHO
Inteiro

PORTARIA DAC Nº 1.233/SIE, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005

Homenagem e Aterodromo de Araruama (SIVVO) (GD).

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, de acordo com a delegação de competência do DIRETOR-GERAL, outorgada pela Portaria DAC nº 303/GAC, de 03 de janeiro de 2004, com fundamento na Lei nº 7563, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista o que consta do Processo nº 60-011/2167/2004, resolve:

Art. 1º - Considerar homologada e aberta ao tráfego aéreo público o aeródromo abixo, com as seguintes características:

DADOS DO AERÓDROMO:

1.1) Localidade principal servida pelo aeródromo: Araruama; 1.2) Denominação do aeródromo: Araruama (SIVVO); 1.3) Tipo do aeródromo: Público; 1.4) Classe do aeródromo: 2 - C; 1.5) Município: Araruama; 1.6) Unidade da Federação: Goiás; 1.7) Latitude: 14° 33' 38" S; 1.8) Longitude: 052° 14' 27" W; 1.9) Elevação: 323,35 metros; 1.10) Designação das pistas: 1028; 1.11) Dimensões da pista: 1010,00 X 30,00 metros; 1.12) Natureza do piso do pista: Asfalto; 1.13) Resistência da pavimentação: PCN I/II/III/IV; 1.14) Condição operacional: VFR Diurna.

Observações: 1) Os mínimos aerodromológicos operacionais são os constantes das Instruções específicas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DICEA, divulgadas nas Publicações de Informações Aeronáuticas pertinentes.

2) O peso máximo operacional, constante desta Portaria, refere-se apenas à restrição do pavimento. Condições no momento da operação, relativas a vento, temperatura, pressão, altitude e comprimento de pista disponíveis são da alçada do operador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Cel AV RAFAEL RODRIGUES FILHO
Inteiro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.181, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado da Educação, usando de competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1986, e nº 3.860 de 9 de julho de 2001 alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 301/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e Portaria nº 2.201, de 22 de junho de 2003, e o despacho do Secretário de Educação Superior ao Memo. nº. 4.674/2005-MEC/SESA/DE-SUP/COOSI, em referência ao Processo nº. 23010.016646/2002-63, do Ministério da Educação, resolve:

ANEXO E – Ofício de solicitação de abertura do processo de regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque



Arroio do Meio, 23 de novembro de 2010

Senhor Superintendente

Com fundamento no art. 1º e art. 3º do Decreto 4.887/03, e dos arts. 5º e 7º da IN nº 49 de 19/9/05, a Comunidade Remanescente de Quilombolas de São Roque, situada no município de Arroio do Meio, RS, solicita a Vossa Senhoria instauração por esse órgão de Procedimento Administrativo com vistas a adotar as medidas necessárias ao pleno cumprimento do disposto no art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 4.887/03.

Atenciosamente,

Assinatura /Nome

CPF

Alexandre da Silva	6		
Zacilias T DA SILVA	6		
Reyane M do. Gileno	4		
Daurianira da Silva	20		
Marcione F. da Silva	6		
Blandia Beliste da Silva	0		
Josiane Kungler	006		
Antônio da Silva			
Gilberto da Silva	4		
Camille da Silva	4		
Marciano Francisco Gomes			
Leocádia da Silva			
Jatricia Fatima Passini			
Servi Maria da Silveo	489.3		
Antonio 17 da Silva	0		
Sora S-S. Wansche	7		
Rafael A. Wanscher			
Gisele A da Silva	0		

Exmo. Sr. José Rui Tagliapietra

Superintendente Regional do Incri / RS

Av. Loureiro da Silva, 515 – Porto Alegre - RS

Fonte: Processo 54220.002976/2010-31.